



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS (PPGICH)/UFFS

ADRIANA CHIAMOLERA

POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS E OS IMPACTOS SOCIAIS DA
PANDEMIA DA COVID-19 NAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC

ERECHIM/RS

2023

ADRIANA CHIAMOLERA

**POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS E OS IMPACTOS SOCIAIS DA
PANDEMIA DA COVID-19 NAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC**

Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Humanas, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva.

ERECHIM/RS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Chiamolera, Adriana

POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS E OS IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC / Adriana Chiamolera. -- 2023.

137 f.:il.

Orientador: Doutor Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim,RS, 2023.

1. Pobreza. 2. Desigualdade social. 3. Pandemia. 4. Assistência Social. I. , Luis Fernando Santos Corrêa da Silva, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ADRIANA CHIAMOLERA

**POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS E OS IMPACTOS SOCIAIS DA
PANDEMIA DA COVID-19 NAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, defendido em banca examinadora em 25/10/2023.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva – UFFS
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira - UFFS
Membro titular interno

Prof. Dr. Rafael Santos Silva - UFC
Membro titular externo

Profª. Dra. Rosiane Serrano - IFRS
Membro suplente externo

Erechim/RS, outubro de 2023.

Dedico este estudo aos sujeitos desta pesquisa, aos usuários e trabalhadores da política de assistência social do município de Herval d'Oeste/SC, em especial à minha amiga e colega de profissão Gabriela Stang.

AGRADECIMENTOS

Embrenhar-se nesta jornada acadêmica desafiadora mostrou que o caminho, por vezes, é solitário. As viagens semanais de Herval d'Oeste/SC a Erechim/RS pareciam intermináveis. Chegava o dia de aula presencial e era angustiante saber que eram exatos 150 km de ida, mais a volta, pois era certo que seria o dia das intempéries climáticas: chuvas e mais chuvas, além de neblina; condições caóticas, para uma motorista que odeia dirigir com chuva, neblina e à noite. No entanto, o medo e a insegurança não me fizeram desistir, pois os meus sonhos são muito maiores que os receios que me amedrontam.

Por isso, e por tudo que sou e pelo que me tornei, pelas inspirações e utopias, pelos sonhos e lutas é chegado o momento de agradecer, e não poderia começar por uma pessoa mais importante.

Gratidão à minha querida amiga Gabriela Stang. Com toda a certeza, se não fosse por ela, eu não estaria aqui. Obrigada de coração pelo incentivo para o início dessa jornada do tão sonhado mestrado, e por me dar ânimo para não desistir dessa caminhada.

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim/RS, pela receptividade desta catarinense em terras rio-grandenses. Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e a seus servidores pela prestatividade e atenção, bem como a todos os professores que são parte desta construção e que ao longo de dois anos contribuíram e incentivaram na busca pelo conhecimento.

Ao querido orientador Luís Fernando, corresponsável por esta produção, pelas tantas conversas, pelas excelentes aulas que tivemos e pelos ensinamentos repassados. Obrigada pelo incentivo, e por ser calmaria com essa orientanda que esteve apavorada durante todo o processo, atrasada na escrita e enroscada nos prazos. Obrigada por ter acreditado no meu potencial e pela dedicação para que este trabalho fosse desenvolvido.

Agradeço à banca, aos estimados Luís Fernando, Thiago Ingrassia e Rafael Santos Silva, que com generosidade compartilharam suas valiosas sugestões para aprimoramento e qualificação deste trabalho.

Aos colegas de mestrado do PPGICH 2021/2 que deixaram nossas aulas mais leves e divertidas, com café e bolo. Agradeço pela oportunidade de vivenciar, em nossas aulas, o olhar interdisciplinar de cada um, a partir das suas profissões e, especialmente, de suas vivências. O que mais me tocou profundamente foi a frase “não fale do lugar, onde os meus pés pisam”, que vou levar pra vida e que me traz profundas reflexões nesta construção.

À minha família, meus pais, irmã, afilhada, pelo amor incondicional e por acreditarem em mim sempre. Agradeço por me fornecerem carinho e apoio em todos os momentos.

Ao meu esposo, por trazer cor aos meus dias e por ser a razão nos meus momentos de emoção. Agradeço por me dar segurança para seguir em frente e por me tranquilizar nos momentos de desespero e aflições frente às dificuldades enfrentadas.

A todos os colegas de trabalho, que concordaram em ajudar essa mestranda nesta construção, e que dedicaram do seu tempo para participar da pesquisa, bem como aos usuários da política de assistência social que contribuíram fundamentalmente para que chegássemos até aqui, agradeço.

Enfim, agradeço carinhosamente a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse concluído com sucesso.

“O Brasil deveria ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora, aquele que passa fome aprende a pensar no próximo”.

(O quarto de despejo - Carolina Maria de Jesus)

RESUMO

O presente estudo teve o objetivo de investigar os impactos sociais da pandemia da COVID-19, no que tange ao acesso ao trabalho e à renda, como princípio básico para a reprodução social do sujeito. A pesquisa abordou a situação das famílias atendidas pela política de Assistência Social do município de Herval d'Oeste/SC, considerando o contexto de pobreza e de desigualdade social que os afeta. Desse modo, essa pesquisa é de natureza bibliográfica, documental, de campo, qualitativa e quantitativa. A fundamentação teórica inicia esclarecendo a pobreza como categoria historicamente construída, vislumbrada a partir da análise da Lei Geral de Acumulação Capitalista, da teoria marxista, a superexploração dos trabalhadores, e o modo como esse processo é produtor de desigualdades sociais e pobreza, além de identificar, comparar e problematizar as concepções de pobreza. São abordados ainda os impactos sociais da pandemia de modo geral, e especialmente nas famílias atendidas pela política de assistência social de Herval d'Oeste. A pesquisa de campo ocorreu por meio de entrevistas semidirigidas, com aplicação de roteiros distintos com: a) usuários da política de Assistência Social do município de Herval d'Oeste, atendidos desde o início da pandemia, até abril de 2022; b) operacionalizadores da política de Assistência Social, que estavam envolvidos diretamente no atendimento às famílias. Por fim são apresentados os dados da pesquisa, que constataram que o aumento da demanda por benefícios eventuais nos serviços da assistência ocorreu em virtude do nulo ou insuficiente acesso à renda das famílias, que se encontravam vulneráveis socialmente. Essa processualidade está intrinsecamente ligada ao aumento da desigualdade e da pobreza evidenciada no Brasil e, especialmente, no município em questão. A pandemia complicou os velhos problemas estruturais enraizados no Brasil e escancarou o quadro de discrepância econômica e social entre os sujeitos. Identificou-se que os impactos sociais da COVID-19 trouxeram décadas de retrocesso para a vida das pessoas. Desse modo, torna-se necessário reconhecer a extensão da pobreza e das desigualdades sociais, e investir em políticas públicas que priorizem a proteção social da população vulnerabilizada. Além disso, é imperativo reconhecer a fome como uma violação de um direito básico e repensar a Política de Assistência Social, para que ela possa responder à realidade pós-pandemia. Ademais, é também preciso superar os problemas conjunturais e resistir contra atual tendência existente no Brasil de priorizar políticas sociais focalizadas e reprodutoras da pobreza.

Palavras-chave: Pobreza; Pandemia; Assistência Social.

ABSTRACT

The present study aimed to investigate the social impacts of the COVID-19 pandemic regarding access to work and income, as a basic principle for the social reproduction of the individual. The research addressed the situation of families served by the Social Assistance policy of the municipality of Herval d'Oeste/SC, considering the contextualization of poverty and social inequalities that affect them. Thus, this research is of a bibliographic, documentary, field, qualitative, and quantitative nature. The theoretical foundation begins by clarifying poverty as a historically constructed category, envisioned through the analysis of the General Law of Capitalist Accumulation, Marxist theory, the super-exploitation of workers, and how this process produces social inequalities and poverty, in addition to identifying, comparing, and problematizing the conceptions of poverty. The social impacts of the pandemic in general are also addressed, especially in the families served by the social assistance policy of Herval d'Oeste. The field research was conducted through semi-structured interviews, with the application of different scripts with: a) users of the Social Assistance policy of the municipality of Herval d'Oeste, served since the beginning of the pandemic, until April 2022; b) operators of the Social Assistance policy, who were directly involved in serving the families. Finally, the research data is presented, which found that the increase in demand for occasional benefits in the assistance services occurred due to the null or insufficient access to income of the families, who were socially vulnerable. This process is intrinsically linked to the increase in inequality and poverty evident in Brazil and, especially, in the municipality in question. The pandemic complicated the old structural problems rooted in Brazil and laid bare the framework of economic and social discrepancy among individuals. It was identified that the social impacts of COVID-19 brought decades of regression to people's lives. Thus, it is necessary to recognize the extent of poverty and social inequalities, and invest in public policies that prioritize the social protection of the vulnerable population. Furthermore, it is imperative to recognize hunger as a violation of a basic right, and rethink the Social Assistance Policy so that it can respond to the post-pandemic reality. Additionally, it is also necessary to overcome cyclical problems and resist against the current tendency in Brazil to prioritize targeted social policies that reproduce poverty.

Keywords: Poverty; Pandemic; Social assistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quantidade de pessoas empregadas entre os anos de 2007 e 2013 por setor 54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB no Brasil	36
Gráfico 2 - PIB Per Capita no Brasil	38
Gráfico 3 - Índice de Gini no Brasil	39
Gráfico 4 - Índice de Pobreza no Brasil	48
Gráfico 5 - Taxa de Emprego no Brasil	50
Gráfico 6 - PIB Per Capita de Herval d'Oeste/SC	53
Gráfico 7 - Taxa de Desemprego no Brasil	57
Gráfico 8 - Faixa etária dos usuários da Política de Assistência Social	80
Gráfico 9 - Perfil da escolaridade dos usuários da Política de Assistência Social	81
Gráfico 10 - Número de pessoas que fazem parte da composição familiar	83
Gráfico 11 - Renda familiar dos usuários da Política de Assistência Social	84
Gráfico 12 - Perfil profissional dos usuários da Política de Assistência Social	85
Gráfico 13 - Impactos da pandemia na saúde das famílias atendidas	87
Gráfico 14 - Formas de acesso à renda encontradas pelas famílias durante a pandemia	91
Gráfico 15 - Dificuldades enfrentadas nos atendimentos no período da pandemia	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização do SUAS de acordo com as normativas nacionais	68
Quadro 2 - Identificação dos Profissionais da Política de Assistência Social	98

LISTA DE SIGLAS

AE	Auxílio Emergencial
AMMOC	Associação dos Municípios do Meio-oeste Catarinense
BE	Benefício Eventual
CADÚNICO	Cadastro Único
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Auxílio Brasil
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Proteção e Atendimento à Famílias e Indivíduos
PBF	Programa Bolsa Família
PCFM	Plano de Combate à Fome e à Miséria
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA INSTIGANTE CAMINHADA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
1.3.1 Coleta e análise de dados	23
2. POBREZA COMO CATEGORIA HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA.....	26
2.1 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	26
2.2 O SUBDESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES LATINO-AMERICANAS	32
2.3 DESIGUALDADES SOCIAIS	35
2.4 ABORDAGENS CONCEITUAIS E ESTRUTURAIS DA POBREZA.....	43
3. A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE.....	53
3.1 CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC	53
3.2 PANDEMIA DA COVID-19: OS FATORES QUE IMPLICARAM NO PROCESSO DO NULO OU POUCO ACESSO À RENDA DAS FAMÍLIAS.....	56
3.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	62
3.3.1 A política de Assistência Social em Herval d'Oeste/SC	67
3.3.1.1 Programa Bolsa Família (Auxílio Brasil)	74
4. OS IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	77
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS	77
4.2 UM NOVO PERFIL DA POBREZA?	80

4.3 OS IMPACTOS SOCIAIS: A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS.....	88
4.4 (DES) PROTEÇÃO SOCIAL E O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	96
4.4.1 Bolsa família frente à realidade da pobreza.....	97
4.4.2 Impactos sociais: o olhar das trabalhadoras da assistência social.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE A - Roteiro para realização de entrevistas semi-dirigidas aos usuários da política de assistência social.....	124
APÊNDICE B - Roteiro para realização de entrevistas semi-dirigidas aos técnicos da política de assistência social.....	126
APÊNDICE C – Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - Usuários	127
APÊNDICE D – Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - Trabalhadores	131
APÊNDICE E – Parte do Parecer consubstanciado do Comitê de Ética com a aprovação da pesquisa	135

INTRODUÇÃO

“Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da história”.

(José de Souza Martins)

No Estado brasileiro, a questão da pobreza e da desigualdade social se configura como algo preocupante, em decorrência da abertura comercial e do ajuste macroeconômico implementados pelo projeto neoliberal, que provocam mudanças regressivas nas relações de trabalho, na estrutura de distribuição de renda e no formato das políticas de proteção social. Importa destacar que as análises desenvolvidas ao longo deste estudo das categorias teóricas pobreza e desigualdade seguem identificando diversas matrizes de fundamentação sobre essas concepções, dentre elas a teoria do desenvolvimento de Amartya Sen, da modernidade líquida de Zygmunt Bauman, e os fundamentos de Karl Marx.

Faz-se necessário apreender o conhecimento histórico e estrutural da realidade na conexão com o todo, visando, na consideração das múltiplas determinações, compreender nas raízes do passado o nosso presente e, assim, ter apontamentos concretos com relação ao futuro. Entender que a realidade periférica e dependente, nos marcos da modernização capitalista em escala global, engendra padrões bem distintos dos países centrais, distinção esta que se coloca nas contradições da sociedade de classes.

O início da pandemia da COVID-19, no primeiro semestre de 2020, mostrou a dura face da pobreza no Brasil. É preocupante reconhecer os efeitos mais dramáticos dessa pandemia, que foram e são sentidos fortemente pelas famílias que se encontram mais vulneráveis. As implicações sociais são vistas hoje e deverão ser notadas pelos próximos anos. Nesse contexto, “A produção de conhecimento sobre a pobreza é indispensável para se definirem políticas públicas emergenciais e estruturais que possam retirar o maior número possível de indivíduos da condição de pobreza e que possam promover a inclusão social de maneira sustentável” (Cattani, 2007, p. 212).

Como profissional do Serviço Social, pude perceber no olhar das famílias atendidas pela política de Assistência Social de Herval d'Oeste/SC a insegurança e o medo da realidade de um momento inédito, cheio de incertezas. Desde o início do século passado, não havíamos

presenciado uma pandemia dessas proporções, tampouco sabíamos o que fazer. O que parecia um problema que seria resolvido em poucos dias, arrastou-se por meses. A dificuldade de inúmeras famílias que batiam à porta da assistência perdurava, aumentando a incerteza no amanhã, do quando seria possível uma nova oportunidade de trabalho que pudesse garantir a sua subsistência e de sua família. A doença não disseminou apenas um vírus, espalhou dúvidas, inquietações e preocupações do que passamos e do que estaria por vir.

Diante dessa problemática, é importante investigar como os brasileiros podem ter sido afetados pela realidade de desigualdade e pobreza desencadeada pela pandemia. Compreender as consequências da pandemia na vida desses indivíduos, bem como nos aspectos macrossocietários, é crucial para determinar o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza, e banalizá-la, considerando a incompatibilidade da realidade posta pelo capitalismo e o pouco investimento social nas políticas públicas pelo Estado brasileiro.

Tendo em vista as determinações macrossocietárias, a proposta desta pesquisa parte do pressuposto de que se faz necessário compreender o marco teórico da relação existente entre a desigualdade e a pobreza, categorias que se articulam com a condição imposta aos usuários dos serviços de assistência social no contexto da pandemia mundial, especialmente no Brasil.

Desse modo, trata-se de considerar as tendências gerais do modo de produção capitalista observadas no contexto brasileiro, partindo da forma como o capitalismo cria uma lacuna de desigualdade social, que se agravou diante do quadro de incertezas experienciado com a chegada da COVID-19.

O desenvolvimento do estudo empírico teve como referência geográfica a cidade de Herval d'Oeste, localizada no meio oeste do estado de Santa Catarina, pelo entendimento de que estudos dessa natureza podem contribuir para a compreensão das particularidades da pobreza, suas concepções e relações, especialmente em um momento adverso como foi a pandemia. Daí a importância de desenvolver esta pesquisa que contribua para o conhecimento dessa realidade específica. Ademais, o fato de residir e atuar profissionalmente na cidade favorece o trabalho de observação, coleta de informações junto aos usuários e técnicos, bem como desperta o interesse em pesquisar o meu território. Para a política de assistência social,

[...] o território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (Brasil, 2008, p. 54)

Nesse sentido, o território é compreendido como resultado e produto de sujeitos que, em suas ações, o produzem e reproduzem. A justificativa em apresentar esta proposta de pesquisa refere-se à experiência como assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), atuando junto às famílias que estão inseridas nesse território. A partir desse saber, é possível realizar reflexões a respeito das demandas cotidianas apresentadas pelos usuários às equipes técnicas de atendimento, bem como as respostas dadas a essas famílias diante das vulnerabilidades sociais enfrentadas. A respeito da relevância de tal proposta, acredita-se que a pandemia contribuiu para o aumento das desigualdades sociais e da situação de pobreza que permeia a vida dessas famílias. Desse modo, é importante que se realize esse debate sob uma perspectiva crítica, principalmente relacionada aos processos de espoliação da vida desses sujeitos.

Essa proximidade ocorre a partir da análise que se pretende empreender sobre o fenômeno da desigualdade social e da pobreza, e sua relação com a condição do usuário da política de assistência social diante das expressões estruturais do capitalismo contemporâneo.

Importa assinalar que a política de assistência social, enquanto proteção social inscrita no campo das políticas sociais públicas, apresenta contradições inerentes à sua natureza e função. Por um lado, essa política se configura como um mecanismo de regulação e controle das relações sociais, que permite ao Estado capitalista manter o consenso entre as classes com o amortecimento do conflito social latente. Por outro lado, essa política se constitui como produto das contradições históricas, no processo das lutas sociais pela satisfação das demandas das maiorias.

Pensou-se, para o desenvolvimento deste trabalho, o olhar para uma perspectiva da interdisciplinaridade em ciências humanas, que procura articular os diferentes saberes contextualizando-os, de forma a possibilitar ações, reflexões e ressignificações. Desse modo, buscou-se um arcabouço conceitual amplo, mesmo que de autores de matrizes teórico-metodológicas distintas, mas que se complementam na construção da base de fundamentação deste estudo.

Esta dissertação está organizada em quatro seções: na primeira contempla-se a parte introdutória desta dissertação de mestrado, na qual explica-se os argumentos e os elementos que instigaram este estudo. Dessa maneira, essa seção apresenta o problema de pesquisa, os objetivos estruturados em geral e específicos, bem como a especificação dos procedimentos metodológicos utilizados para atender esta proposta.

O segundo capítulo, intitulado “Pobreza como categoria historicamente construída”, tem como objetivo apresentar ao leitor a uma compreensão crítica sobre o modo de produção

capitalista, vislumbrado a partir da análise da Lei Geral de Acumulação Capitalista, da teoria marxista, e a superexploração dos trabalhadores na América Latina, com ênfase no Brasil, além do modo como esse processo gera desigualdades sociais e pobreza. Além disso, busca-se a construção da categoria teórica pobreza na perspectiva crítico-dialética, que orientará as análises e problematizações no decorrer deste estudo, bem como identificar, comparar e problematizar as concepções de pobreza existentes.

A terceira seção, “Os impactos sociais da pandemia do Coronavírus nas famílias atendidas pela política de assistência social de Herval d'Oeste”, descreve as consequências da pandemia no Brasil, contextualizando o município em questão. Adiante, discorre-se sobre a categoria da política pública de assistência para orientar as análises e problematizações inquiridas nesta pesquisa, bem como das concepções e práticas adotadas pela política de assistência social no município de Herval d'Oeste/SC.

Assim, a quarta seção estará centrada na pesquisa empírica. Num primeiro momento, será apresentado o resultado dos dados coletados para, em seguida, buscar identificar a efetividade da política de assistência social no que tange ao aspecto da pobreza socialmente produzida durante a pandemia da COVID-19.

Na seção 5, serão apresentadas as considerações finais, nas quais serão desenvolvidas as sínteses e conexões necessárias em torno do objeto investigado: a questão da pobreza em cena, considerando a materialidade concreta que caracteriza a vida política e social dos sujeitos e as contradições existentes. O objetivo é mensurar as possibilidades de atuação e democratização da política de assistência social no que diz respeito ao acesso universal à riqueza socialmente produzida pela via das políticas sociais. Do encontro entre minha trajetória e minhas angústias na vivência do trabalho social no CRAS, nasce o problema do qual me ocupo nesta pesquisa, e apresento a seguir.

1. OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA INSTIGANTE CAMINHADA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo pretende discorrer sobre os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, traçando o caminho do pensamento para desvendar o significado da realidade social investigada. Por meio do método dialético, este estudo procurará distinguir a visão da categoria pobreza, apreendendo o movimento que vai da aparência à essência.

Nesta primeira seção, será apresentada a contextualização do problema, destacando as questões de pesquisa que fomentam a presente dissertação, por meio do mapeamento das políticas sob direção da agenda neoliberal direcionadas para o enfrentamento das expressões da questão social, com destaque para a realidade de Herval d'Oeste/SC. Ademais, serão expostas as hipóteses, os objetivos e a metodologia a serem utilizados por este estudo.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Compreender a correlação entre desigualdade, pobreza e os reflexos que isso pode configurar no cotidiano das pessoas - especialmente para aquelas que dependem das políticas de proteção social -, é essencial para entender como a pandemia da COVID-19 impactou nas condições socioeconômicas dessas famílias.

A inquietação que motivou essa pesquisa parte das seguintes indagações: O aumento da demanda por benefícios eventuais pelas famílias do município de Herval d'Oeste/SC pode indicar uma ampliação na situação de pobreza desses usuários? Quais os impactos sociais da pandemia da COVID-19, no que diz respeito à desigualdade social e à situação de renda desses indivíduos? Qual o papel da política de assistência social no que tange à garantia de sobrevivência e renda dessas famílias no contexto da pandemia da COVID-19?

A reflexão sobre essas interrogações nos faz perceber o quão necessário e urgente é dialogar sobre essa temática tão atual, e ao mesmo tempo historicamente reiterada e profundamente preocupante. A pobreza e a desigualdade social são resultantes da questão social que permeia a vida desses indivíduos que são, em sua maioria, atendidos pelas políticas de proteção social. Nesse sentido, Yazbek (2001, p. 35) lembra que “a pobreza é uma face do descarte de mão-de-obra barata, que faz parte da expansão capitalista”. Diante do referido quadro, uma questão fundamental que deve ser esclarecida é como as contradições do capitalismo contemporâneo afetam a condição dos indivíduos da classe trabalhadora, ainda mais quando tomamos como cenário atual a perda dos direitos sociais conquistados, e apenas

parcial ou contraditoriamente materializados, e que repercute sobre as condições de reprodução da vida humana desses sujeitos.

Nesse labirinto de indagações, a questão que por hora se coloca é sobre a proporção crescente de trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho formal e, portanto, que não têm acesso às políticas sociais contributivas. Desse ponto de vista, cabe lembrar que os impactos aos trabalhadores informais, desempregados e não-empregáveis são profundos diante do cenário vivido no Brasil e no mundo, principalmente na situação de uma pandemia. Esses são produtos de uma relação que produz e reproduz a desigualdade social e, conseqüentemente, a pobreza, e são engrenagens empregadas ali. Por fim, é nesta complexa teia de problemas e conceitos que traçaremos nosso caminho de discussão.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Investigar os impactos sociais da pandemia da COVID-19 nas famílias atendidas pela política de assistência social no que tange ao acesso ao trabalho e à renda como princípio básico para a reprodução social do sujeito e de sua família.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Referenciar o marco teórico do debate sobre a desigualdade e a pobreza, estabelecendo as necessárias correlações com a conjuntura;
- Investigar o aumento da demanda por benefícios eventuais nos serviços da assistência social, buscando avariar a relação dessa processualidade com o aumento da desigualdade e da pobreza;
- Identificar os diferentes fatores que implicam no processo de não acesso à renda, e inquirir acerca de suas conseqüências sociais na realidade brasileira contemporânea;
- Comparar o número de beneficiários do Programa Bolsa Família anterior à pandemia e até 2022;
- Constatar o papel desempenhado pela política de assistência social, diante da concepção dos usuários e trabalhadores, ao atendimento ofertado às famílias na pandemia a partir do SUAS, tendo em vista o novo desenho dessa política pública.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção metodológica desta pesquisa deu-se em um esforço formulado a partir da apreensão do método materialista-dialético. Portanto, o ponto de partida teórico-metodológico da investigação realizada foi o legado teórico e político do marxismo. Além disso, a pesquisa foi construída com o intuito de situar e analisar os fenômenos sociais em seu contraditório e complexo processo de produção e reprodução social, frente às múltiplas causas que os determinam, numa perspectiva estrutural e a partir da análise da totalidade concreta.

Relativo aos procedimentos metodológicos propostos, a pesquisa é de natureza bibliográfica, documental, de campo, qualitativa e quantitativa. A pesquisa bibliográfica constitui-se de uma ferramenta fundamental para a construção deste estudo, e é “[...] desenvolvida com base no material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2022, p. 44). O objetivo do levantamento da literatura é de possuir um arcabouço teórico sobre as categorias desigualdade, pobreza e política de assistência social. Ainda, esse levantamento objetiva conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre o tema, tornando-se um instrumento indispensável para a pesquisa, além de “[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2022, p. 45)

Rauen (2002) afirma que a pesquisa bibliográfica consiste na busca de informações importantes para a tomada de decisões, e define três momentos: a) o levantamento das fontes de informação, b) o tratamento dos dados e c) a elaboração do texto científico.

A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, porém “[...] vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico” (Gil, 2002, p. 45). Ademais, a análise documental dos cadastros será essencial para a seleção das famílias entrevistadas, bem como os demais documentos que poderão ser pertinentes para a investigação proposta serão elementos chaves nesse processo. Gil (2002, p. 46) acrescenta que “[...] os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”.

Conduzimos, portanto, esta pesquisa a partir de dois eixos metodológicos: método qualitativo, mediante a fala das famílias usuárias e dos trabalhadores da política de assistência social, coletados via entrevista semidirigida; e método quantitativo¹, acerca das informações contidas nos históricos de atendimentos desses usuários, bem como o tratamento dos dados

¹ Os dados quantitativos irão contextualizar os apontamentos qualitativos levantados na pesquisa em questão.

estatísticos coletados por meio de sites oficiais da transparência relativos ao Programa Bolsa Família.

A pesquisa de natureza qualitativa preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, isto é, trabalha-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2004). Tem por finalidade observar e compreender, a partir de um recorte do público a ser estudado, diversos aspectos de uma determinada realidade. Ademais, “é uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (Minayo, 2004, p. 23).

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (Silva, Menezes, 2000. p. 20)

A ênfase na dimensão qualitativa não representa uma desconsideração às abordagens quantitativas, mas uma necessidade de o estudo desenvolvido conferir maior densidade e profundidade às interpretações, uma vez que concepções e significados, como a pobreza, são específicas em suas determinações e desdobramentos. Uma questão, portanto, difícil de ser submetida apenas à observação direta e ao aspecto estatístico pela sua natureza complexa e específica.

Haguette (2003, p. 20) expressa que a metodologia qualitativa prioriza “[...] o reconhecimento de que a sociedade é constituída de microprocessos que, em seu conjunto, configuram as estruturas maciças, aparentemente invariantes, atuando e conformando inexoravelmente a ação social individual”.

Para isso, faz-se necessário identificar os sujeitos da pesquisa e quantificá-los para que seja possível fazer a coleta de dados e informações que serão observadas e analisadas para posterior obtenção dos resultados.

A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.) (Silva, Menezes, 2000. p. 20).

A obtenção de informações relativas às experiências pessoais será significativa para a pesquisa, uma vez que, a partir de fragmentos coletados mediante as entrevistas², será possível identificar a visão dos sujeitos acerca da relação das estruturas societárias e seus efeitos sobre suas condições de vida. Ademais, será provável identificarmos, nessa perspectiva, o olhar dos entrevistados frente às possibilidades da política de assistência social como emancipadora desses sujeitos, na processualidade do protagonismo dos usuários na superação das situações de vulnerabilidade social. Essa análise também demanda um olhar aguçado sobre as promessas no enfrentamento à pobreza.

1.3.1 Coleta e análise de dados

A coleta de dados estatísticos é especialmente necessária para o desenvolvimento de uma pesquisa científica sobre a observação e interpretação de fenômenos de interesse. Nesse contexto, a análise descritiva é a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, pois visa “organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos” (Reis; Reis, 2002).

Para analisar os dados observados, utilizou-se uma abordagem estatística das informações coletadas. A metodologia da pesquisa de campo consistiu em: I) análise de prontuários de usuários atendidos pela política de Assistência Social para a seleção das famílias entrevistadas; II) aplicação de roteiros distintos de entrevistas semidirigidas com: a) usuários da política de Assistência Social do município de Herval d’Oeste, atendidos desde o início da pandemia, até abril de 2022; b) operacionalizadores da política de Assistência Social que estejam envolvidos diretamente no atendimento às famílias.

A coleta de dados³ ocorreu no segundo trimestre de 2023 e as entrevistas semidirigidas foram realizadas através de visitas domiciliares e/ou nos próprios equipamentos socioassistenciais (CRAS, CREAS e Abrigo). Todas as entrevistas ocorreram com agendamento prévio.

A seleção das famílias ocorreu a partir da análise dos prontuários desses usuários e teve como critério único o não acesso dessa família à política de assistência social em momentos

² A entrevista segue o tipo definido como: “padronizada ou estruturada, que é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 196).

³ Ressalta-se que todos os parâmetros necessários foram seguidos para a execução da coleta de dados, sendo que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, na Plataforma Brasil, e o parecer com a aprovação da pesquisa com seres humanos encontra-se anexado ao apêndice E.

anteriores, no que diz respeito à busca por benefício eventual (concessão de cesta básica). Ou seja, todos os núcleos familiares entrevistados tiveram sua primeira solicitação no serviço no período de abril/2020 a abril/2022. O número de famílias entrevistadas foi definido ao atingir-se o ponto de saturação, isto significa que as entrevistas foram finalizadas ao obter um conjunto de informações suficientes para a análise sugerida.

A análise dos dados da concessão de cesta básica desenvolveu-se por meio do levantamento de prontuários dos usuários (físicos e eletrônicos)⁴ do período mencionado acima. Diante do estudo desses cadastros, foi avaliado o quantitativo de novas famílias que buscaram pelo serviço, bem como selecionados os indivíduos para a entrevista. Buscou-se escolher distintos grupos familiares, com diferentes números de membros e moradores de diversos bairros, de modo a identificar se os impactos da pandemia afetaram todos de modo geral ou se foi intensificado em localidades mais vulneráveis do município em questão.

Para o acesso a essas informações, solicitou-se autorização por escrito ao responsável pela Secretaria de Assistência Social, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sem que houvesse exposição dos dados confidenciais das pessoas. É possível considerar ainda que, como profissional do equipamento de proteção social básica, a pesquisadora possui livre permissão no acesso a tais materiais.

Além da pesquisa qualitativa, foi realizada a pesquisa quantitativa examinando os dados relativos ao Programa Bolsa Família (PBF) e Programa Auxílio Brasil (PAB), que atualmente voltou a ser chamado de PBF. Tais dados são informações públicas e podem ser acessados a partir do endereço eletrônico www.cecad.cidadania.gov.br⁵. Cabe frisar que de abril de 2020 a outubro de 2021 o pagamento PBF foi suspenso, sendo creditado os valores do Auxílio Emergencial (AE) aos beneficiários. Em novembro de 2021, as famílias iniciaram o recebimento do PAB. Dessa forma, os números a serem comparados serão do segundo trimestre de 2020 e 2022 (como referência o mês de abril). Nas entrevistas semidirigidas foram identificadas se essas famílias foram/são beneficiárias de PBF, PAB ou AE.

É importante ressaltar que a análise dos dados parte do olhar de uma única profissional/entrevistadora, e o tratamento e a interpretação deles nortearam-se numa perspectiva sócio-histórica, pautada em categorias fundamentadas teoricamente. As informações obtidas mediante a pesquisa foram examinadas por meio do diagnóstico e

⁴ Ressalta-se que até dezembro/2021 os prontuários eram todos físicos, a partir de janeiro/2022 com a implantação de sistema informatizado na secretaria de assistência social do município, os cadastros passaram todos a serem inseridos em plataforma digital.

⁵ O site disponibiliza informações de domínio público, que podem ser acessadas e verificadas por qualquer pessoa interessada.

compreensão dos conteúdos discursivos, sejam eles documentais ou orais, acerca do contexto social dessa população. Em seguida, prosseguiu-se com a investigação e elaboração desta dissertação de mestrado.

2. POBREZA COMO CATEGORIA HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA

O objetivo desta seção é referenciar teoricamente o modo de produção capitalista, bem como apresentar que a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional, contribuindo, desse modo, para o subdesenvolvimento dos países periféricos. Esta análise introdutória é fundamental para o entendimento da inter-relação desse processo histórico no contexto das problemáticas apresentadas em nosso país, diante da perspectiva da desigualdade social e da pobreza.

Desse modo, iniciamos com a análise dos determinantes mais gerais, em que compreendemos o modo de produção capitalista, e partimos para o foco central deste estudo, no qual se analisa e se categoriza a pobreza nas sociedades capitalistas periféricas, como as sociedades latino-americanas, dentre elas, o Brasil.

2.1 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O processo de trabalho na sociabilidade capitalista configura-se, essencialmente, num processo de troca entre trabalho e capital, em que o capital se configura em dinheiro e a força de trabalho assume a forma de mercadoria⁶ (Marx, 1988).

Para Marx (1988, p. 142), “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Ou seja, o homem faz uso do seu corpo e dos seus movimentos, transformando a natureza externa e sendo por ela transformado, desenvolvendo, desse modo, as potencialidades para o trabalho. É um processo de modificação do próprio homem na produção das condições necessárias à sua existência.

A relação entre trabalhador e capitalista é a que existe entre vendedor e comprador de mercadoria. O capitalista paga ao trabalhador o valor da força de trabalho, portanto, o valor da mercadoria que compra. O salário é a representação material do valor da força de trabalho. O capitalista paga ao trabalhador o necessário para a sua subsistência, isto é, paga o necessário para reproduzir a classe trabalhadora. Nesse sentido:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e

⁶ Segundo Marx (1988), a mercadoria é um objeto externo, o qual, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie.

que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. (Marx, 1988, p. 147).

No capitalismo, o trabalhador é alienado dos produtos que cria com sua força de trabalho. Ele não se vê representado no que produz, pois não tem propriedade nem controle sobre eles. Esses produtos pertencem ao capitalista, que é o dono dos meios de produção. O trabalhador se sente estranho ao seu próprio trabalho, que é algo alheio a ele.

Esse processo de estranhamento⁷ começa na produção e se estende ao consumo. Marx afirma que essa relação entre as classes configura um sistema de exploração e alienação do trabalho. O capitalista explora o trabalhador ao retirar dele o poder de decisão sobre o produto de seu trabalho. O trabalhador se aliena ao vender sua força de trabalho para sobreviver, pois nada mais possui. Assim, o capitalista enriquece ao se apropriar da mais valia, que é o excedente do produto de trabalho do trabalhador (Marx, 1988).

Segundo as análises de Marx (1988), o processo de produção da mercadoria envolve duas coisas, um processo de produção e um processo de valorização ou de criação de valor. O valor de uma mercadoria está determinado pela quantidade de trabalho necessário para sua produção e, além disso, o trabalho necessário para produzir os meios de produção.

A acumulação do capital, ou seja, o excedente do valor total do produto é permeado, por um lado, pelos meios de produção, e por outro, pela força de trabalho. A parte em que é convertida em meios de produção, matéria-prima, é concebida como capital constante e o valor investido não agrega valor no processo de produção. A parte em que o capital se converte em força de trabalho, mudando seu valor no processo de produção, é o capital variável, a expressão em dinheiro do valor de todas as forças de trabalho que o capitalista simultaneamente emprega.

Nesse sentido, surgem os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, que se relacionam com a produção de valor e a acumulação de capital. O trabalho produtivo é aquele que gera valores de uso, que se transformam em mercadorias e que permite a extração de trabalho excedente, resultando em capital. Já o trabalho improdutivo é aquele que não produz valor, não acumulando capital. A acumulação do capital depende da força de trabalho despendida pelo homem como trabalho vivo, e dos artefatos tecnológicos que são os meios de produção, ou trabalho morto. O economista ainda explica que:

O capitalista ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro

⁷ Conceito estudado por Marx, ao tratar sobre a alienação.

animado que começa a ‘trabalhar’ como se tivesse amor no corpo. (Marx, 1988, p. 153-4).

A produção capitalista é, portanto, essencialmente produção de mais-valia, que consiste na diferença entre o valor criado pela utilização da força de trabalho e o valor dessa força de trabalho. O valor gerado pela força de trabalho desdobra-se em dois componentes: uma parte corresponde ao valor da própria força de trabalho, parcela repostada pelo salário pago, outra parte constitui o valor excedente, ou mais-valia, que vai ser apropriado sobre a forma de lucro. A mais-valia corresponde, por conseguinte, ao valor do sobretrabalho, ou seja, do trabalho não pago realizado pelo trabalhador para o capitalista, e que constitui a base da acumulação de capital e do processo de valorização da mercadoria.

As formas de apropriação da riqueza e sua concentração em poucas mãos são definidas pela lógica “normal” do capitalismo, qual seja, a extração da mais-valia na esfera da produção. Contudo, a ela estão associados outros processos menos convencionais, inclusive os que fogem às regras da concorrência e outros que reeditam formas aparentemente arcaicas de exploração prática de trabalhadores vulneráveis. Não se trata de fenômenos marginais envolvendo alguns milionários oportunistas, corruptos ou mafiosos. Pelo contrário, esses processos fazem parte da dinâmica estrutural das finanças e dos negócios internacionais. Embora se materializem em graus variados conforme os distintos países, nos seus traços essenciais, eles se reproduzem em toda a América Latina (Cattani, 2007, p. 213).

Segundo a análise de Marx (1988), o capitalista, em seu impulso desmedido de autovalorização, prolonga a jornada de trabalho, mantendo o valor pago pelo dispêndio da força de trabalho do trabalhador na produção de uma mais-valia absoluta. Contudo, se o trabalhador é submetido à ampliação da produtividade pela via da mecanização, ou seja, o aumento do ritmo do trabalho pela tecnologia avançada, sem ser necessário o prolongamento da jornada de trabalho, ele produz uma mais-valia relativa.

O capitalismo tem por fundamento a acumulação de valor que atua para criar e acumular mais valor, e a relação de acumulação de capital, nada mais é do que o trabalho não pago ao trabalhador.

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião, o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele é pela obra de sua própria mão (Marx, 1988, p.184).

O modo de produção capitalista cria um excedente relativo de população diante das necessidades de trabalho social do sistema - o capital atua sobre oferta e demanda de trabalho,

libera e absorve, a acumulação leva a formação de uma massa de trabalhadores sobrantes. Quanto maior a força de trabalho disponível, maior o poder de barganha do capital pela redução de salário e aumento da produtividade. Bauman (2005) faz uma brilhante afirmativa expondo o contingente de trabalhadores que permanecem quase que permanentemente desempregados.

[...] nosso planeta está cheio [...] não somente do ponto de vista físico e geográfico, mas social e político. Hoje são postos em movimento enormes contingentes de seres humanos destituídos de meios de sobrevivência em seus locais de origem. Já não há mais espaço social para os párias da modernidade, os inadaptados, expulsos, marginalizados, o lixo humano produzido pela sociedade de consumo (Bauman, 2005, p. 01).

Bauman (2005) chama esse exército industrial de reserva de “refugio humano”, um efeito colateral da “construção da ordem” e do “progresso econômico”. Os humanos refugados jamais serão incorporados pelo sistema produtivo e ficarão à mercê das políticas de proteção social. Com o avanço do progresso tecnológico, são oferecidos novos meios de sobrevivência. Contudo, o processo de valorização do capital continua e a formação de valor resulta na acumulação, que só ocorre porque a classe capitalista explora a classe trabalhadora no processo de trabalho.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício do seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é *a lei absoluta geral da acumulação capitalista*. (Marx, 1988, p. 209, grifo do autor).

Assim, temos que as relações sociais que se constituem na sociedade capitalista emergem do conflito entre o capital e o trabalho, refletindo a exploração do trabalho humano pelo capital. Ou seja, as relações de produção modelam, portanto, a estrutura social e a separação de sociedade em classes a partir da divisão social do trabalho. Quando as condições materiais de produção mudam, também se alteram as relações entre os homens que ocupam a mesma posição na sociedade de classes.

Na visão durkheimiana⁸ (1977), a teoria da divisão do trabalho social é fundamentada não na liberdade, mas na dependência entre os indivíduos, que produz um efeito moral e

⁸ Émile Durkheim, é o sociólogo fundador do funcionalismo, além de ser o idealizador de outras teorias, como o fato social.

singular nos agrupamentos entre os sujeitos ao produzir um sentimento de solidariedade coletiva, como o autor ilustra. Para Durkheim, a solidariedade é um fenômeno que cria laços, ordem e normas de conduta para proporcionar a integração social. Ao conferir unidade ao grupo, a solidariedade faz os indivíduos se tornarem interdependentes.

A divisão do trabalho social pode ser de dois tipos: mecânica e orgânica. A solidariedade mecânica está relacionada às sociedades simples, em que os indivíduos compartilham os mesmos valores, crenças e sentimentos. A homogeneidade está na consciência coletiva que abafa as consciências individuais. Na solidariedade orgânica, a sociabilidade é concebida como um organismo completo, em que as partes dependem umas das outras para funcionar e os laços resultam da diferenciação dos membros do grupo social (Durkheim, 1977). Bourdieu, sob sua teoria das classes sociais que, de certo modo, se contrapõe à teoria marxista, faz a seguinte observação:

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com a toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. (Bourdieu, 1989, p. 136)

Bourdieu reforça que, no espaço social, não se pode juntar uma pessoa com qualquer outra pessoa, esquecendo as diferenças que perpassam sobre elas do ponto de vista econômico e cultural. De tal modo, a divisão das pessoas em grupos ou estratos sociais - seja em relação à riqueza econômica, ao poder político ou religioso, seja em relação à função que cumpre na sociedade - representa a desigualdade social existente entre as pessoas (Bourdieu, 1989).

Segundo Bourdieu (1989), Marx tem um olhar sobre as classes sociais a partir da ótica do processo de produção, ignorando que esses seres ocupam diferentes campos e subcampos, sobretudo nas relações de produção cultural. Marx trata as classes sociais de forma diversificada e inacabada, mas que se constituem entre produtores diretos da riqueza e os proprietários da riqueza socialmente produzida, e é nessa relação polarizada que caracteriza um determinado tipo de sociedade. Seguindo esse pensamento, Lênin vai afirmar que:

[...] as classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social e historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção [...], pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que se dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social (Lênin, 1966, p. 32).

Todavia, são essas classes fundamentais que fundam e caracterizam um determinado modo de produção que se enfrentam em interesses antagônicos, de acordo com a ótica Marxista. Bourdieu (1989) discorda desse pensamento de Marx, e expõe que, embora as classes estão a todo momento envolvidas em lutas de diferentes formas, não necessariamente se constituem em grupos antagônicos. Ele corrobora que o espaço social é multidimensional, composto por campos relativamente autônomos e que, direta ou indiretamente, o campo da produção econômica, assim como os subespaços ocupados pela classe dominante e pela classe subordinada, estão infindavelmente imbricados.

Proudhon considerou a “propriedade como a origem da divisão social em classes” (*apud* Santos, 1987, p. 08). Marx (1988) aponta ainda que a cada uma dessas classes, dado seu papel no processo produtivo, corresponderá um tipo de remuneração. Não é a renda que determina a classe, mas o tipo de propriedade no processo produtivo que determina o tipo e o volume da renda dos indivíduos. É essa propriedade (da força de trabalho, do capital ou da terra) que vai definir o lugar que esse sujeito ocupa, o papel que desempenha e suas relações no processo de produção de riqueza.

À medida que a terra se transforma em meio de produção apropriado pelo capitalista, essas duas classes (proprietários de terras e capital) tendem a fundir-se numa só. Para Marx e Engels, no sistema capitalista, as classes sociais tendem a se aglutinar em apenas duas, e esclarecem no Manifesto do Partido Comunista:

As pequenas classes intermediárias, os pequenos industriais e comerciantes, os rentistas, os artesãos e os camponeses, todas essas classes engrossam as fileiras do proletariado, seja porque o seu pequeno capital não chega para o grande empreendimento industrial e sucumbe na concorrência com os capitalistas maiores, seja porque a sua habilidade profissional é desvalorizada por novos métodos de produção. Assim, o proletariado se recruta em todas as classes da população (Marx e Engels, 1998, p. 14)

Bourdieu (1989) assinala que os sistemas simbólicos existentes nas classes sociais são responsáveis por produções simbólicas que funcionam como instrumentos de dominação. Ele chama de sistemas simbólicos a língua, a arte e a religião, e é nesses sistemas que o poder simbólico se edifica e se revela. Esse poder é “invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 7). Baseado na perspectiva marxista, o sociólogo francês elucida que tais produções simbólicas se relacionam com os interesses da classe dominante e privilegiada:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (Bourdieu, 1989, p. 10).

Bourdieu entende que o capital cultural, social e simbólico, para além do econômico, cumprem sua função social e política a partir das suas produções, pelo acúmulo de poder material e simbólico da classe detentora desses poderes. A classe dominada coexiste em constante luta hegemônica em busca de espaços nos meios de produção. É fato a discordância entre o pensamento de Marx e Bourdieu sobre as classes, mas ambos entendem que as concepções de dominação provêm das visões da classe dominante. No entanto, Bourdieu engloba o universo econômico aos universos dos outros sistemas citados acima, enquanto Marx compreende o mundo social por meio da relação entre a exploração e a própria produção. Dessa forma, as classes sociais estariam hierarquizadas pela sua posição na estrutura produtiva no processo de acumulação do capital.

Como consequência da acumulação do capital econômico há a expansão da riqueza, no entanto, de forma desproporcional, porque a classe trabalhadora permanece na subcondição de exploração, expandindo, desse modo, a pauperização. A acumulação capitalista em escala mundial teve grande ascensão. O cenário de desenvolvimento socioeconômico na América Latina teve como pano de fundo a dinâmica de desenvolvimento e expansão do capitalismo como sistema mundial de acumulação.

O modo de produção vivenciado hoje por quase todas as nações mundiais é o capitalismo. E é o modo de produção que, em grande medida, determina as relações sociais e a forma como o ser humano irá se reproduzir na sociedade como ser social. Portanto, na próxima subseção, as análises sobre o desenvolvimento econômico ganham ênfase, elucidando ainda mais as determinações estruturais e sociais na América Latina, com maior destaque para o Brasil.

2.2 O SUBDESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES LATINO-AMERICANAS

Importa destacar, de partida, que o subdesenvolvimento das nações periféricas da América Latina não se refere a um atraso histórico em relação às nações centrais, nem ao desenvolvimento tardio do capitalismo nesses países devido a fatores internos. Ele é produto do próprio avanço do modo de produção capitalista, cuja expansão imperialista ocorreu às custas da incorporação periférica de alguns países ao mercado mundial (Fernandes, 1973).

Fernandes esclarece que, historicamente, as economias capitalistas centrais, consideradas “mais avançadas” necessitaram de mercados dependentes, semicoloniais e coloniais, dos quais se conseguisse maior drenagem de riquezas. Dessa maneira, a América Latina foi peça chave para o desenvolvimento da indústria e expansão do capital dos grandes centros.

O autor analisa que o sistema de colonização e dominação externa, “experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado *antigo sistema colonial*” (Fernandes, 1973, p.13).

Assim, os países latino-americanos sofreram o reflexo do padrão de dominação por parte das nações imperialistas de diferentes formas. Todavia, a essência era a mesma: a produção de excedente econômico e de acumulação de capital. Do ponto de vista do desenvolvimento dos países periféricos, Fernandes analisa também os reflexos dos processos ditos “de modernização” no desenrolar da acumulação de capital em escala mundial, dizendo que:

[...] as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder. Terceiro a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem social, econômica e política existente, como requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (Fernandes, 1973, p. 20).

A América Latina passou por um violento processo de dominação externa que se estendeu por um longo período, no qual a Europa conquistou o controle dos negócios, das exportações e importações. Essa influência externa afetou todos os âmbitos: econômico, político, cultural e social. Dessa forma, seus processos de independência nasceram gerando nações independentes, entretanto ainda dependentes. Conforme análise de Rocha:

As novas sociedades latino-americanas, geradas a partir dos processos de independência, nascem baseadas na escravidão, na concentração de terras e na produção de bens primários voltados para o mercado externo evidenciando que a emancipação do estatuto colonial além de não significar a superação de determinantes fundamentais daquele período, manteve seu cerne e propiciou o aprofundamento de suas raízes (2009, p.53).

Vemos que, mesmo com o processo de independência política, as nações periféricas continuam seu processo de desenvolvimento econômico baseado no mecanismo de exportação

de bens primários para os países centrais. A partir da análise de Fernandes (1973, p. 52), observa-se que “a descolonização nunca pode ser completa, porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira”.

Para explicar as contradições do desenvolvimento periférico, Marini (2005, p.141) explica que “dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes”. Ou seja, trata-se de um desenvolvimento dependente, contraditório, que é diferente da situação colonial, pois tem início a partir dos processos de independência dos países periféricos e está baseado no desenvolvimento de um mecanismo interno, isto é, da forma como a organização da produção se dá nesses países, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho a partir da superexploração.

Desse modo, temos que o processo de inserção das economias periféricas no mercado global deu-se de forma contraditória. Observa-se que as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento dos grandes centros ocorre à custa do subdesenvolvimento de outras nações. As relações são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. A geração desse excedente se dá, nos países periféricos, através da superexploração da força de trabalho.

Para Marini (2005), a partir da crise da industrialização voltada para o mercado interno se inicia um giro na economia mundial globalizada sob o domínio de políticas neoliberais. Nos países centrais, começam-se a desenvolver também mecanismos de superexploração de trabalho antes restrito aos países periféricos.⁹

O sistema capitalista, em sua expansão mundial através das economias centrais, produziu e produz os padrões de desigualdade tanto em sua etapa mercantilista, como monopolista industrial e financeira até a atual globalização. O problema da apropriação, concentração e centralização do excedente econômico foi ponto crucial do desenvolvimento/subdesenvolvimento das nações latino-americanas, e o Brasil mantém traços da sua longa história de colonização. Na próxima subseção, abordaremos as particularidades das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas cotidianamente no contexto do capitalismo vigente.

⁹ Essa hipótese tem sido pesquisada por Adrian Sotelo Valencia e seus estudos estão sistematizados na publicação em português: “A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho.” Uberlândia: EDUFU, 2010.

2.3 DESIGUALDADES SOCIAIS

Nas sociedades capitalistas, de uma forma ou de outra, todas as classes são afetadas pelo processo de produção e concentração de riqueza. Sistemáticamente, a riqueza e o poder moldam o processo de crescimento e, por consequência, ampliam as desigualdades. Sen (2021), em sua entrevista ao jornal El País, aponta que “a desigualdade e a assimetria do poder têm o potencial de corroer as vantagens da democracia”. Em outras palavras, podemos afirmar que, do ponto de vista democrático, aqueles que detêm melhor condição financeira são os que têm maior possibilidade de serem representados e de obter cada vez mais vantagens para a concentração da riqueza socialmente produzida.

Sandel diz, além do mais, que “o status econômico e social diminuído de pessoas trabalhadoras, em décadas recentes, não é resultado de forças inexoráveis; é resultado do modo com que partidos políticos dominantes e elites governaram” (2020, p. 30). Assim, o sistema político amplifica a voz dos ricos, enquanto os fracassos da política e da economia estão interligados e reforçam-se mutuamente, concluiu Stiglitz (2012) ao pesquisar a crise financeira de 2007 - 2008 nos Estados Unidos. Da mesma maneira, a crescente desigualdade tem um efeito significativo nas democracias, reforçando que as extremas disparidades sociais refletem diretamente no sistema político e, conseqüentemente, na economia.

O pensamento seniano com relação aos desdobramentos da desigualdade refere-se a duas principais dimensões: a desigualdade econômica (de bens, de renda e de condições materiais efetivas), que traduz uma situação externa dos indivíduos; e a desigualdade de capacidades (de potencialidades ligadas às características das pessoas), em que o foco está naquilo que as pessoas podem realizar. (SEN, 2000)

Cattani, em seus escritos, enfatiza que “as desigualdades sociais são indispensáveis para o bom funcionamento do sistema capitalista, sendo criadas e recriadas permanentemente como forma de se assegurar a vitalidade e o dinamismo da economia de mercado” (2014, p. 24). Segundo ele:

A pobreza e a desigualdade são construções sociais que se desenvolvem e consolidam a partir de estruturas, agentes e processos que lhes dão forma histórica concreta. Os países e regiões da América Latina moldaram, desde os tempos coloniais até nossos dias, expressões desses fenômenos sociais que, embora apresentem as peculiaridades próprias de cada contexto histórico e geográfico, compartilham um traço em comum: altíssimos níveis de pobreza e desigualdade que condicionam a vida política, econômica, social e cultural (Cimadamore; Cattani, 2007, p. 07).

A concentração de renda se consolidou nos países desiguais e até mesmo nos países considerados iguais. Todavia, a geração de um volume maior de riqueza não traduz o crescimento econômico de um país, contudo sinaliza mais pobreza absoluta e relativa e, conseqüentemente, maiores desigualdades sociais. Portanto, a desigualdade econômica atrasa o crescimento e provoca crises financeiras. Quanto maior as diferenças socioeconômicas entre os indivíduos, maior a vulnerabilidade dos sujeitos menos favorecidos ao processo de dominação das classes mais abastadas. As análises de Bauman apontam que:

Os níveis altos e crescentes da desigualdade sobre patologias de coabitação humana, e a gravidade dos problemas sociais, só se consolidaram e seguem se consolidando. A correlação entre altos níveis de desigualdade de renda e volume crescente de patologias sociais está agora amplamente confirmada [...] além de seu impacto negativo sobre a qualidade de vida, a desigualdade também tem um efeito adverso sobre o desempenho econômico (Bauman, 2015, p. 26)

Ele afirma ainda que “as duras realidades da desigualdade social são ruins para todos ou quase todos no seio da sociedade” (Bauman, 2015, p. 25). Os impactos da desigualdade e da concentração da renda deixam suas marcas na população empobrecida:

[...] o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos subalternizados na sociedade (Silva, 2016, p. 94).

O pressuposto da desigualdade não se refere apenas à distribuição da riqueza socialmente produzida, mas, sobretudo, do desigual acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho, a uma renda digna e à participação social e política. Esse entendimento permite ter um novo olhar sobre as políticas sociais de intervenção nas situações de pobreza que possibilitem a redução, superação ou apenas regulação das vulnerabilidades sociais.

Se é possível falar de um paradoxo da sociedade brasileira, está propriamente dito no descompasso entre produção de riqueza e produção de desigualdade social, exclusão e pobreza.

Estimativas da consultoria britânica Newmark realizadas em 2021, apresentadas pela revista Exame, informam que até 2025 o Brasil poderá chegar a 481 mil brasileiros com patrimônio superior a um milhão de dólares. Isso quer dizer que o país poderá ter 100 mil novos milionários. Os chamados super-ricos devem chegar a aproximadamente 6.000 pessoas, que são aqueles com patrimônio de mais de trinta milhões de dólares.

À medida que a COVID-19 se espalhava, bancos centrais injetaram trilhões de dólares nas economias em todo o mundo para manter a economia global funcionando, algo

essencial, pois evitou um colapso econômico total. Por outro lado, aumentou drasticamente o preço dos ativos e, com isso, o patrimônio líquido dos bilionários e das classes proprietárias de ativos; consequentemente, o enorme aumento na riqueza bilionária é subproduto direto dessa injeção de dinheiro (OXFAM, 2022).

A riqueza bilionária e os lucros corporativos cresceram vertiginosamente. A revista *Istoé* avaliou os resultados indicados pela Forbes (2021) com relação ao número crescente de bilionários em nosso país: no início de 2020 eram 45 bilionários e no começo de 2021 eram 65 pessoas acumulando um patrimônio de 212 bilhões de dólares. O empresário Jorge Paulo Lemann é o número 1 da lista brasileira, com fortuna avaliada em 16,9 bilhões de dólares. De acordo com o relatório de economia, “A pandemia – que levou tristeza e problemas para a maior parte da humanidade – foi um dos melhores momentos da história para a classe bilionária” (OXFAM, 2022). Esses dados indicam que a riqueza tem permanecido na mão de um contingente reduzido de pessoas e que as desigualdades têm se acirrado, a “COVID-19 já impulsiona o maior aumento sistêmico da desigualdade de renda já visto” (OXFAM, 2022).

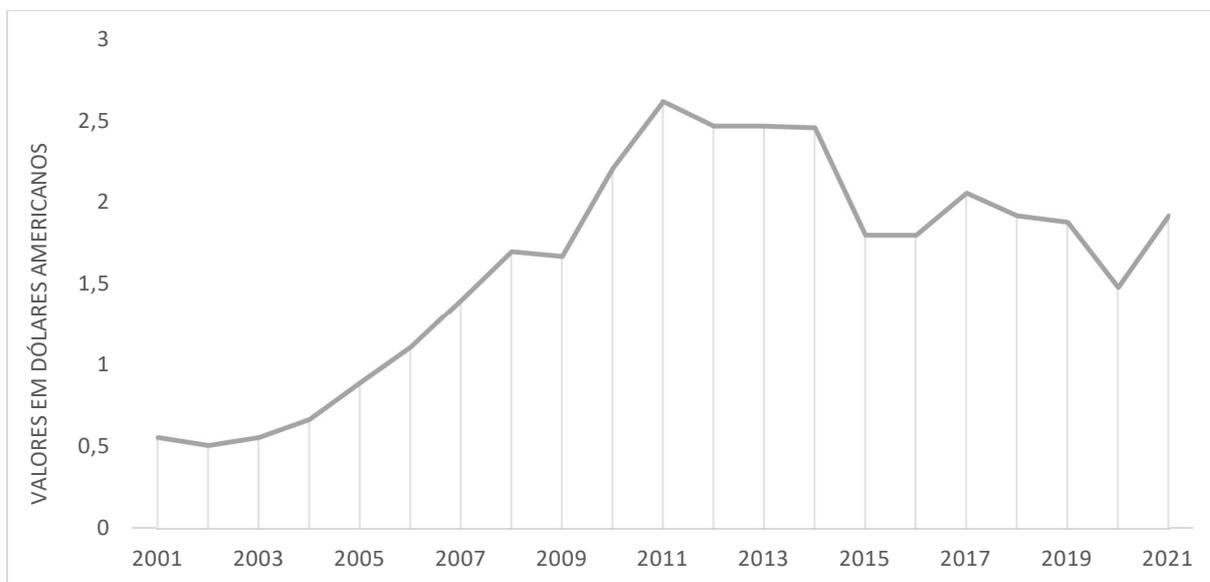
Esse cenário evidenciou que “[...] em quase toda a parte do mundo a desigualdade cresce rapidamente, e isso significa que os ricos, em particular os muito ricos, ficam mais ricos, enquanto os pobres, em particular os muito pobres, ficam mais pobres” (Bauman, 2015, p. 19).

As diferenças têm crescido dramaticamente, o que nos leva a afirmar que o Brasil é um país profundamente desigual. No mesmo instante que vários milionários e bilionários nasciam, centenas de famílias e indivíduos passaram a viver em condições sub-humanas, afetados principalmente pela pandemia do coronavírus.

Uma importante constatação a fazer, complementar às análises, é que o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de um país não vai significar a redução da pobreza. Pelo contrário, o crescimento do PIB por vezes é produzido em volume maior pelas classes mais ricas, enquanto as classes mais pobres continuam no mesmo patamar ou até decaem a um nível abaixo. O gráfico apresentado a seguir aponta os dados do PIB¹⁰ brasileiro, nas últimas décadas.

¹⁰ “O PIB é a soma do valor bruto adicionado por todos os produtores residentes na economia mais quaisquer impostos sobre os produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem fazer deduções por depreciação de bens fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais. Os dados estão em dólares americanos atuais” (Banco Mundial).

Gráfico 1- PIB no Brasil



Fonte: Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>) – Dados Coletados em 2023; Elaboração Própria¹¹.

Percebemos a grande escalada do PIB na primeira década dos anos 2000, todavia, após 2011 pôde-se observar uma queda sucinta nos anos subsequentes e uma retração em 2015 e 2016. Com o agravamento da crise econômica brasileira, o crescimento das despesas públicas e a queda nas receitas, torna-se um problema realizar o ajuste fiscal. Como consequência, em 2016 houve a criação da Emenda Constitucional 95¹², que definiu que os gastos públicos seriam limitados em um teto determinado por lei. Desse modo, o “teto de gastos” estabelece um limite nas despesas da União e o governo fica impedido de criar um orçamento superior ao ano anterior (Brasil, 2016). Isso impacta diretamente para as pessoas que dependem da proteção social das políticas públicas e para a reprodução da própria vida como sujeitos.

Retomando aos indicativos visualizados graficamente, a melhora no PIB só pôde ser constatada em 2017, contudo, a partir do ano seguinte, caiu gradativamente até 2020. Considerar simplesmente o PIB no acréscimo ou decréscimo da riqueza é contraditório. O aumento da riqueza de alguns caminha com o aprofundamento da desigualdade social de outros. Logo, faz-se necessário avaliar o PIB per capita¹³ do país para identificar o quão distante os

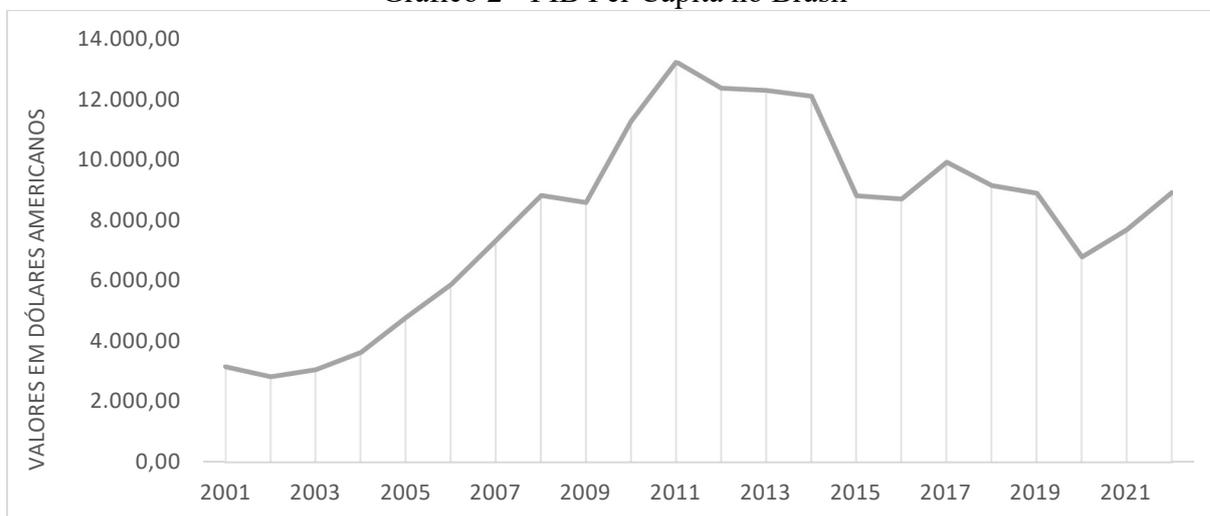
¹¹ Referência para análise do gráfico: trilhões de dólares americanos.

¹² A Emenda Constitucional nº. 95, que alterou parte da Constituição Federal de 1988, instituiu um novo padrão de regime fiscal que congela os gastos públicos por 20 anos, afetando diretamente as políticas públicas.

¹³ “O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela população no meio do ano. O PIB é a soma do valor bruto adicionado por todos os produtores residentes na economia mais quaisquer impostos sobre os produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem fazer deduções por depreciação de bens fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais. Os dados estão em dólares americanos atuais” (Banco Mundial).

valores apresentados estão do real ganho do brasileiro assalariado, que obtém através do seu trabalho o equivalente a um salário mínimo nacional¹⁴.

Gráfico 2 - PIB Per Capita no Brasil



Fonte: Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>) – Dados Coletados em 2023;
Elaboração Própria

O Gráfico 2 mostra que o PIB per capita brasileiro, em 2001, estava em torno de US\$ 3,1 mil dólares, chegou ao seu máximo de US\$ 13,2 mil em 2011, e desde 2012 recuou até US\$ 6,7 mil em 2020 (valor equivalente a R\$ 28,2 mil reais¹⁵). Vale sinalizar que essa recessão se deve à grande valorização do dólar e desvalorização do real. Cabe destacar que, nesse período, houve uma desvalorização do real de 154%¹⁶. Com a depreciação da moeda nacional, a inflação é impactada. Com isso, os insumos importados ficaram mais caros, aumentando os custos da produção, ônus repassado ao preço final dos produtos. Com o real desvalorizado, a exportação torna-se mais vantajosa do que a importação, e com a diminuição na oferta dos produtos ao consumo interno, as mercadorias sobem. Desse modo, a queda do poder de compra do real traz consequências para a segurança alimentar¹⁷ e para a sobrevivência dos sujeitos.

¹⁴ Valor atual do salário mínimo é de R\$1.320,00 reais (referência junho de 2023).

¹⁵ Referência para o cálculo, valor do dólar em janeiro de 2020, R\$4,16.

¹⁶ Dados do Ipea Data apresentam o valor do dólar convertido em real para este período em 31/12/2012, R\$2,0435 e em 31/12/2020, R\$5,1967. (<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=32098&module=M>)

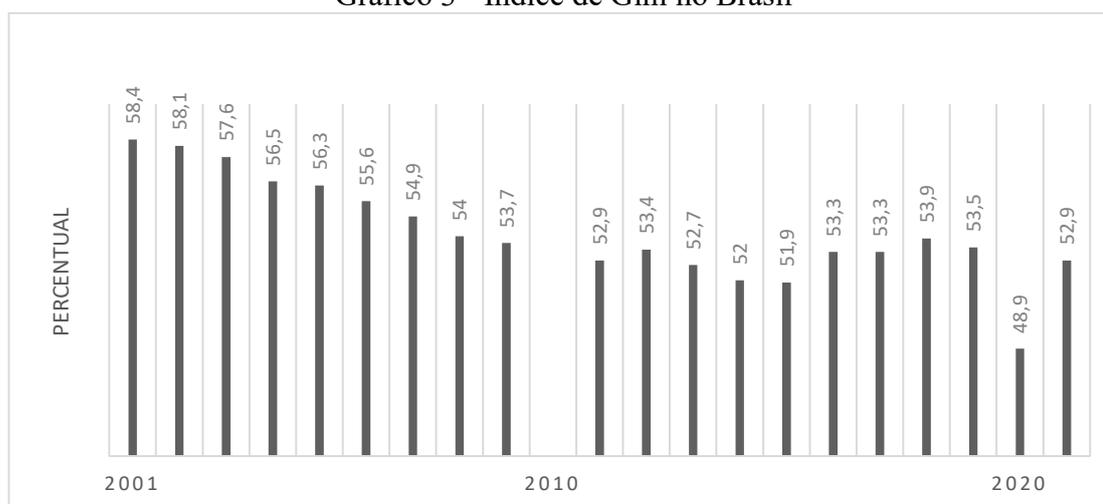
¹⁷ “Segurança Alimentar: A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Insegurança alimentar leve: Preocupação ou incerteza em relação ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos. Insegurança alimentar moderada: Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante de falta de alimentos. Insegurança alimentar grave: Fome (sentir fome e não comer por falta de dinheiro para comprar alimentos; fazer apenas uma refeição ao dia, ou ficar o dia inteiro sem comer)” (Vigisan, 2022).

É válido ressaltar que países que apresentam elevado PIB per capita tendem a apresentar maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), visto que o crescimento da renda pode ser proporcional à qualidade de vida. Porém, o PIB não pode ser um determinante da qualidade de vida, em virtude que ele não leva em consideração a distribuição desigual da renda e outros contextos macroeconômicos, como o citado da desvalorização do real.

Não se pode dizer que a desigualdade é fundamentalmente um problema diferente da pobreza. Analisar a pobreza como um problema de desigualdade, ou vice-versa, não faria jus a nenhum dos dois conceitos. Obviamente, desigualdade e pobreza estão correlacionadas e uma reestruturação no sistema de distribuição poderia erradicar a segunda, mesmo sem a ampliação das capacidades produtivas de um país. O papel da desigualdade na prevalência da pobreza pode então ser considerado, nesta análise, como um fator estruturante para a manutenção do *status quo*.

A aparência da mensurabilidade nos leva a acreditar que os números nos trazem a real dimensão da desigualdade social vivenciada no país, quando, na verdade, é um fenômeno complexo, que não pode ser reduzido a números. Eles não captam as nuances e as implicações da condição socioeconômica dos indivíduos. Tudo parece medível, mesmo quando não é, pois não basta saber o quanto os mais pobres e os mais ricos ganham, mas também como eles vivem, se relacionam e se inserem na sociedade. Vivemos sob o império dos números e, nesse sentido, o coeficiente de Gini é um instrumento que tenta medir o nível de desigualdade das sociedades, numa escala que vai de 0 (completa igualdade) a 100 (completa desigualdade). No gráfico abaixo estão os dados dos últimos anos desse índice em nosso país.

Gráfico 3 - Índice de Gini no Brasil



Fonte: Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=br>) – Dados Coletados em 2023; Elaboração Própria.¹⁸

É perceptível que até 2011 houve um declínio no índice e após esse período houve uma oscilação com o passar do tempo. Sobretudo a partir de 2016, é notável um crescimento na desigualdade social no país, tendência que se manteve até 2019. Somente em 2020 houve uma melhora no índice de Gini que pode ser explicada pelo fato de o governo federal ter incluído no rol dos benefícios sociais, o auxílio emergencial¹⁹. A concessão do auxílio emergencial impacta diretamente no resultado apresentado para o nosso país, pois as famílias que possuíam nulo ou baixo acesso à renda tiveram acesso ao benefício e, de modo geral, foi uma distribuição de renda no país.

Considerando a média histórica desde o ano de 1981, nunca o Brasil chegou a este patamar. Contudo, cabe ressaltar que, embora seja nítida a diminuição nos valores apresentados em 2020, a realidade social não é satisfatória.

Isso porque, de acordo com levantamento de dados feito pelo Banco Mundial, nesse mesmo ano em que o Brasil teve a marca histórica de menor taxa de desigualdade, o país ainda se situava numa posição internacional negativa, ocupando o 9º lugar como país mais desigual entre os 164 países selecionados. Sua posição fica atrás somente de Moçambique, Suazilândia, República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Suriname, Namíbia e África do Sul. Embora o Brasil tenha apresentado uma melhora nessa escalada, a ótica a ser observada é o quanto estamos distantes de sermos um país igualitário.

¹⁸ Importa ressaltar que o dado relativo ao ano de 2010 não foi apresentado pelo Banco Mundial.

¹⁹ Com relação ao auxílio emergencial, medida criada pelo governo federal para mitigar os efeitos da pandemia do coronavírus, será explicado no próximo capítulo.

Tendo em vista essa questão, é indicado uma análise integrada de diversos indicadores e, propriamente, vale uma leitura aprofundada sobre as questões amplas que englobam as desigualdades sociais. O Gini tem certa fragilidade ao atribuir um único valor, resultado de várias combinações possíveis de distribuição de rendimentos e da compensação cruzada desses efeitos; melhor dizendo, diferentes apropriações de renda pelas proporções acumuladas da população podem resultar um mesmo valor de Gini.

O mundo, e especialmente a nação brasileira, produz muita riqueza, contudo, ela está concentrada em volumes nas mãos de poucas pessoas. Cattani sustenta que a “adoção de preceitos neoliberais como: a redução da presença do Estado, desregulamentações, liberalização financeira, fim de barreiras alfandegárias e de controle sobre a movimentação do capital e flexibilização dos contratos de trabalho” (2014, p. 27) são medidas que acarretam na concentração de riqueza a uma pequena parcela da população.

Cattani elucida ainda que a “riqueza contemporânea se manifesta como um fato social total, isto é, pluridimensional, comportando dimensões econômicas, culturais, simbólicas, jurídicas e, sobretudo, políticas” (2014, p. 18). Ele completa afirmando que a riqueza não existe sem o capital, pois vai além da apropriação privada de bens e das formas de dominação ideológica.

Uma análise importante a estabelecer é que a apropriação da riqueza socialmente produzida ocorre para segmentos minoritários. Nesse sentido, o capitalismo cria suas próprias características, sendo, em primeiro lugar, um barateamento da mão-de-obra do trabalhador devido, principalmente, ao exército de reserva aliado aos avanços tecnológicos. Essa combinação resulta na produção de mais-valia, num processo de exploração da força de trabalho.

É dessa relação de exploração do trabalho pelo capital que se produz e reproduz a chamada “questão social”. Yamamoto afirma que o modo de produção capitalista gera “uma acumulação da miséria, relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (2001, p.15-16). Isto é, a chamada questão social expressa a contradição fundamental do sistema capitalista, fundada na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Silva complementa sustentando que “[..] a pobreza decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo” (2010, p. 156). A análise das expressões da questão social, propriamente o problema da pobreza, são discutidas na próxima seção.

2.4 ABORDAGENS CONCEITUAIS E ESTRUTURAIS DA POBREZA

Na época do feudalismo, os pobres se tornavam servos ou vassalos dos senhores feudais e eram tidos como pessoas de má sorte por não pertencerem à nobreza. Os feudos eram isolados e produziam o necessário para a sobrevivência e consumo próprio. Os vassalos, por sua vez, eram submetidos aos trabalhos no campo e ofereciam lealdade em troca da proteção dos senhores feudais. Os servos entregavam os produtos cultivados e serviços aos seus senhores, uma forma de escravidão mais amena que passava dos pais para os filhos, perpetuando uma relação de dependência.

Na transição do feudalismo para o capitalismo, a pobreza sofreu uma profunda mudança e passou a estar correlacionada com o trabalho assalariado. Marx (1988) analisa o problema da pobreza ao estudar o conceito de superpopulação relativa, ponderando que o pauperismo representava aqueles inaptos e/ou incapazes para o trabalho. Soto (2014), na sua perspectiva marxista, complementa o conceito de pobreza, expressando que esta é relacional, pois considera o sistema de acumulação capitalista um antagonismo, compreendendo a pobreza como um processo indissociável ao desenvolvimento do capital. Ou seja, a pobreza é condição para a existência da sociedade capitalista.

É certo que a sociedade brasileira carrega o peso de um país com passado escravista e que fez sua entrada na modernidade capitalista no interior de uma concepção patriarcal, o que contribuiu para a tradução das diferenças e desigualdades no registro como hierarquias. Nessa perspectiva, o pobre é visto como um sujeito que carece da obediência, que precisa de proteção, contudo sem ser jamais merecedor de direitos (Telles, 1993).

Para Sen (1992), a pobreza se configura como impossibilidade das capacidades básicas para o alcance de determinados níveis de vida minimamente aceitáveis, o que incluiria desde as necessidades essenciais até as mais complexas, como a participação política. Nessa perspectiva, a pobreza pode ser vista como privação das capacidades fundamentais, ao invés de apenas a insuficiência de renda.

Rahnema (2000), analisando o debate teórico sobre a pobreza, identifica que esta não tem a ver com o oposto da riqueza. Outras concepções definem a pobreza como a queda no padrão de vida, perda de status social, falta de proteção social e exclusão comunitária.

As ciências sociais, particularmente no Brasil, sedimentaram reflexões pautadas em abordagens que focam a pobreza sob o aspecto econômico ou político, com destaque para a privação material e a ausência de direitos sociais. Nesse sentido, o principal elemento é a inserção no sistema produtivo e no aspecto político, e a ênfase sobre a consciência de classe,

que implica diretamente na tomada de consciência da classe trabalhadora em contraposição à classe dominante. O sociólogo Cattani, complementa expondo que:

A pobreza contemporânea é multidimensional, cumulativa e transmissível. Ela tem raízes históricas, mas também é efeito da estrutura de poder, o que a faz, ao mesmo tempo, substantiva e relacional. Somadas todas essas dimensões, a atualidade da pobreza na América Latina compõe um quadro extremamente complexo (Cattani, 2007, p. 216).

Quando se trata de definir as concepções de pobreza, entram no debate duas correntes: os que creem que esse problema se radica essencialmente por questões individuais do sujeito em alavancar o seu sucesso a partir do seu esforço, e os que acreditam que o problema emerge da estrutura social, resultado da desigualdade típica do sistema econômico.

Com base na primeira corrente nasce a concepção de que somos indivíduos livres e iguais, que buscam satisfazer suas necessidades e desejos. Alguns, a partir dos esforços empreendidos, chegam à ascensão, enquanto outros não, tornam-se pobres chegando, inclusive, à exclusão social, visto que não foram capazes de ser vencedores na “justa” competição de mercado. Já a segunda perspectiva aborda a problemática da pobreza como algo inerente ao sistema econômico de cunho estruturalista; melhor dizendo, mesmo que você se esforce, há condições macrossocietárias que não permitem dar iguais possibilidades a todos.

Se a dimensão estrutural da pobreza não é considerada, o indivíduo passa a ser responsável pelo seu estado de pobreza, havendo fértil espaço para a ideologia da responsabilização e da estigmatização. Mais que isso, o que passa a importar não é superar ou erradicar a exploração e, conseqüentemente, a pobreza, mas mitigar situações extremas, com melhorias imediatas nas condições de vida do pobre que é transformado num consumidor marginal, com conseqüente redução do seu potencial de sujeito perigoso à estabilidade da ordem social. (Silva, Yazbek e Couto, 2015, p. 19)

Cabe ressaltar que as abordagens trazidas nesta pesquisa refletem a linha de pensamento que aborda a condição da pobreza como decorrente de contrariedades estruturais, em contraposição à corrente do individualismo, que considera uma visão parcial das raízes mais profundas da problemática em questão.

Assim, a compreensão da pobreza nas sociedades, particularmente nas sociedades capitalistas, requer sua apreensão em uma perspectiva de totalidade no movimento histórico que lhe dá origem, forma e sentido. Isto significa compreender a pobreza como uma construção social, histórica, mutável, transitória e permeada por relações; um processo resultante e integrante do movimento da sociedade na organização de suas formas de produção e distribuição de bens e serviços. Telles aponta que a pobreza:

[...] não é simplesmente fruto de circunstâncias que afetam determinados indivíduos (ou famílias) desprovidos de recursos que o qualifiquem para o mercado de trabalho. O pauperismo está inscrito nas regras que organizam a vida social. [...] não é apenas uma condição de carência, passível de ser medida por indicadores sociais. É antes de mais nada uma condição de privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade. (1993, p. 13)

As considerações anteriores mostram que a explicação da pobreza implica, necessariamente, na compreensão dos antagonismos que se desdobram na dinâmica de uma sociedade capitalista. As relações de produção nas sociabilidades contemporâneas não se constituem em processos simples e não compõem uma unidade, haja vista a sua complexidade e o seu caráter contraditório. As mesmas relações geradoras de riqueza são igualmente produtoras de pobreza. Esse movimento contraditório retrata a complexidade das relações sociais que produzem a pobreza na sociedade contemporânea.

Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Por um lado, trata-se da questão de identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade. É generalizada, atingindo a maior parte da população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada? Quais são seus determinantes? É um fenômeno crônico ou está associado a mudanças econômicas e tecnológicas? Quais são seus sintomas principais – subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego ou marginalidade? Quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas, ou em outras palavras, qual o perfil dos pobres? (Rocha, 2003, p. 09)

O caráter histórico da pobreza, no contexto da sociedade capitalista, é situado como uma categoria socialmente construída e como expressão da questão social. Netto (2001, p. 46) vai analisar que a chamada questão social “não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital”. Assim, suas manifestações, tais como violência, desemprego, desigualdade social, pobreza, entre outras, nada mais são que expressões da relação capital x trabalho na sociedade capitalista. Os pobres são resultado dessas relações, pois produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, econômico e político. Assim, a pobreza é identificada como expressão das relações sociais (Silva, 2016).

Portanto, a questão da pobreza é um fenômeno político, complexo e multidimensional que expressa a desigualdade social como constitutiva da ordem societária capitalista. É a manifestação das relações de expropriação e exploração para a garantia de mais-valia, gerando um processo excludente e reprodutor da condição social de classe.

A noção de pobreza é também frequentemente relacionada com o conceito de cidadania, na medida em que é assimilada como ausência de direito. Embora não esteja dissociada do campo econômico, é inerente ao campo político (Telles, 1993). As noções mais amplas de exclusão e de vulnerabilidade aparecem como avanços significativos da dimensão da sujeição do pobre às condições a ele impostas, seja no mercado de trabalho, seja no ambiente social em que ele está inserido. Isso demonstra que o processo de exclusão tem muitas dimensões e se configura para além da questão meramente econômica.

Apesar disso, a pobreza aparece distanciada dos debates estruturais e transformada num objeto técnico. Essa mutação, ao mesmo tempo discursiva e prática, isola a compreensão do pauperismo da dinâmica estrutural de produção de riqueza, fazendo com que o trabalho, nos termos ideológicos dominantes, deixe de ser o centro ordenador das políticas sociais, transformando-as em oportunidades individuais de obtenção de renda.

Instituições que promovem o desenvolvimento, como o Banco Mundial, popularizaram o conceito de pobreza a partir de critérios quantitativos. Nessa concepção, os pobres são aqueles que auferem renda abaixo de certos patamares. Para o Banco Mundial, a população que vive com US\$1,9 dólar²⁰ (R\$7,81 reais) por dia encontra-se na linha da pobreza, ou abaixo dela. Embora esse quantitativo de sujeitos tenha diminuído muito nos últimos anos, é importante lembrar que também há pobres nos países desenvolvidos, em alguns casos não vivem abaixo da linha de 1,9 dólar/ dia, mas são classificados como relativamente pobres, pois possuem uma proporção muito pequena da renda média do país onde vivem. Nesse sentido, Cattani expõe que “A baixa renda ou a inexistência de renda revelam apenas uma primeira dimensão da realidade da pobreza. À dimensão monetária, adicionam-se todas as demais, de forma cumulativa e multidimensional, compondo um quadro cada vez mais grave” (2007, p. 22).

Estudos mais recentes do Banco Mundial passaram a reconhecer a pobreza como um fenômeno multifacetado, decorrente de privações que vão além das necessidades econômicas, como a ausência de capacidades acompanhada de vulnerabilidades do indivíduo e de sua exposição ao risco. A Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)²¹ e o Banco Mundial divulgaram dados quanto ao crescimento quantitativo e relativo

²⁰ Valor utilizado como referência pelo Banco Mundial, para mensurar os indivíduos que vivem na linha da pobreza ou abaixo.

²¹ Atualmente, a OCDE é composta por 36 países membros, todos desenvolvidos (exceto México e Turquia) e alguns países parceiros como Brasil, Índia, China, África do Sul e Indonésia. Segundo a página da instituição na internet, todos esses países juntos são “responsáveis por 80% do comércio mundial e do investimento, tendo um papel fundamental na abordagem dos desafios que a economia mundial enfrenta” (OECD, 2019).

da pobreza, destacando que, apesar da economia mundial ter crescido em ritmo acelerado, a lógica excludente tem deixado bilhões de indivíduos vivendo na miséria extrema.

Em seus estudos, Sen (2000) amplia a análise da pobreza com a perspectiva da capacidade em detrimento da perspectiva de renda. A relação entre renda e capacidade pode ser afetada, entre outras coisas, pela idade da pessoa, pelo seu papel na sociedade, pela questão de gênero, pela sua cor da pele, pela localização geográfica na qual o indivíduo se encontra inserido e por questões epidemiológicas e sanitárias sobre as quais as pessoas têm pouco ou nenhum controle. Se, por um lado, esses aspectos afetam a capacidade de auferir a renda, por outro lado, as desvantagens nas capacidades tornam mais árdua a tarefa de converter renda em capacidade, gerando um círculo vicioso perverso.

Por exemplo, uma pessoa mais velha terá maiores dificuldades de se inserir nas engrenagens do capital e de alavancar o seu sucesso, comparada com um jovem em posse plena de suas capacidades e conectado com o progresso da tecnologia. Diante do exposto, é possível compreender que a pobreza é, naturalmente, uma questão de privação, ao impossibilitar o sujeito de ter iguais condições de subsistência. Para Sen, a escassez de renda “não é uma ideia tola, pois a renda tem enorme influência sobre o que podemos ou não podemos fazer. A inadequação de renda frequentemente é a causa principal das privações, que normalmente associamos à pobreza, como a fome individual e a fome coletiva” (2000, p. 92).

As considerações de Sen fornecem bases interpretativas relevantes para a superação de um viés conservador, que restringe a renda e a inserção no mercado como elementos centrais para a compreensão da pobreza. As suas ponderações permitem ampliar o debate e questionar a supremacia do mercado como regulador da sociedade em termos propostos pelo neoliberalismo. Embora não proponha a superação do contexto neoliberal e da responsabilidade dos indivíduos, o autor entende que o crescimento é um meio para atingir a democracia. Um arranjo questionável no capitalismo, sobretudo no seu atual estágio, em razão do caráter concentrador do mercado liberal,

[...] marcado pela exploração e alienação, tornando-se uma relação desigual, marcada pelo antagonismo de interesses, pela subordinação de uma sobre o comando da outra, pela acumulação e enriquecimento de uma e a pauperização (absoluta e relativa) da outra, uma produz o novo valor, a outra se apropria dessa mais-valia (Montaño e Duriguetto, 2011, p. 89).

Sarti (2003) corrobora as análises de Montaño e Duriguetto ao enunciar que o paradigma da produção concebe aos trabalhadores uma perspectiva na qual eles não se reconhecem, ficam desprovidos de consciência e alienados, justificando para além disso que o mundo do trabalho:

[...] constitui-se dentro de um universo social onde as relações capitalistas se entrecruzam com os traços escravistas e clientelistas de nossa formação histórica. Essa característica do trabalho no Brasil reflete-se na identidade entre pobre e trabalhador, reconhecida pela literatura. O que essa literatura “produtivista” não diz é que tal identidade, na qual se reconhecem os trabalhadores, implica que sua concepção do trabalho, envolve referências diversas das que constituem a lógica mercantil do mundo capitalista (2003, p. 39)

Trata-se de uma construção ideológica que inscreve a pobreza no mundo do não trabalho, avesso à produção e à ordem. Baseado nessa ideologia, o pobre “[...] era aquele que não se transformava em trabalhador. Aquele que permanecia fora do mercado de trabalho formal, apenas sobrevivendo. Aquele que ficava fora do controle da nova ordem instituída [...]” (Valladares, 1991, p. 91). Nessa relação entre trabalhador e não-trabalhador, o primeiro assume o reconhecimento de digno e o segundo representa uma ameaça à sociedade. Concebida como uma responsabilidade individual, a pobreza é associada à recusa da venda da força de trabalho ao mercado capitalista, como se fosse uma escolha dos sujeitos de não se integrarem ao mundo do trabalho por uma decisão de permanecer na miséria.

As discussões sobre a pobreza se ampliam mantendo a inserção no mercado de trabalho como inconveniente central, todavia expandindo-se para outros elementos como a modernização, a marginalidade e diferentes questões para as mudanças sociais. A compreensão de determinantes estruturais (classe, relação capital x trabalho, exploração) como elementos chaves da pobreza retira do sujeito a responsabilidade pela sua condição. A incapacidade do sistema em absorver os indivíduos como força de trabalho põe em xeque algumas teorias consolidadas no discurso individualista, posto que a não inserção no trabalho não partia da própria recusa dos sujeitos, mas da incapacidade de um mercado excludente absorver a mão-de-obra excedente.

A existência de um exército de reserva tão extenso se constituiu como um fator de constante pressão de rebaixamento dos salários daqueles que se encontravam empregados, e contribui ainda para o estabelecimento de relações verticais e autoritárias no ambiente de trabalho, posto que os trabalhadores, historicamente, não contaram com instrumentos eficazes de representação de seus interesses, capazes de estabelecer condições favoráveis a si.

Claro está, diante do exposto, que as mudanças que se desdobram nas concepções de pobreza guardam relações estreitas com a dinâmica que se processa na sociedade em termos de instituição de modelo socioeconômico e mercado de trabalho.

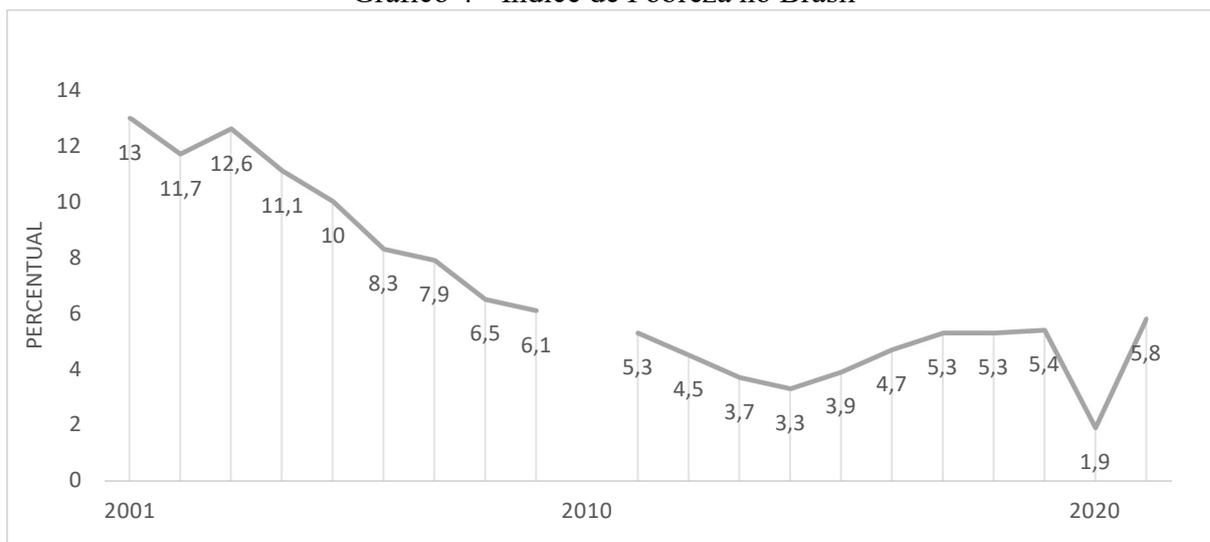
No bojo de uma luta pela redemocratização da sociedade, de emergência de novos sujeitos sociais, de amplos movimentos reivindicatórios em torno dos direitos e da cidadania, a pobreza adentra a pauta pública como tema central de reflexão e de ação política. A Carta

Constituinte de 1988 traz, no rol dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a preocupação em “erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (1988, p. 01). Numa trajetória que atravessa uma multiplicidade de discursos conservadoristas, assumir a pobreza e a desigualdade social como um problema nacional é uma ampla evolução na história.

A constituição dos direitos sociais no Brasil mostra as lacunas de uma cidadania construída de forma segmentada, adjetivada, compartimentalizada, segundo a posição social, política e econômica dos sujeitos.

Segundo Telles (1993) a questão da pobreza é enigmática, pois a miséria persiste em uma sociedade que avançou no processo de urbanização, industrialização e modernização institucional, que consagrou direitos, que instituiu um sistema de proteção social, que vivenciou conflitos e que, bem ou mal, criou mecanismos de negociação de interesses. A autora reitera que as distâncias sociais são tão grandes e brutais para um país que deixou para trás o “estrito figurino da república oligárquica” (1993, p. 10).

O problema é que a pobreza é um fenômeno histórico e social que desafia o projeto de progresso e crescimento de uma sociedade.. Segundo Telles (1993, p. 09) “A pobreza acompanha a história brasileira, compondo o elenco dos problemas, impasses e também virtualidades de um país que fez e ainda faz do progresso um projeto nacional”. No entanto, o discurso político não tem sido suficiente para garantir padrões mínimos de vida para que os sujeitos mereçam ser chamados de civilizados. Dados do Gráfico 4 permitem uma comparação nos índices de pobreza no Brasil.

Gráfico 4 - Índice de Pobreza no Brasil²²

Fonte: Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/country/brazil?view=chart>) – Dados Coletados em 2023;

Elaboração Própria²³.

Ao confrontarmos a taxa de pobreza em nosso país, é perceptível uma queda acentuada nas últimas duas décadas. Contudo, é possível identificar que, a partir de 2015, o índice voltou a subir, fato intrinsecamente ligado à crise vivenciada no país, que contou com o corte nos benefícios sociais pelo governo, a alta inflação e o problema fiscal. Entretanto, o número que mais chama atenção é relativo ao de 2020, que foi o maior índice dos últimos 10 anos.

A incidência de pobreza no município de Herval d'Oeste/SC é de 4,2%, segundo dados de 2013 (PNUD, Ipea), um índice maior do que o dado nacional, momento em que o Brasil tinha a incidência de 3,7%. Esse número requer uma reflexão, pois o município em questão carrega traços nítidos de sua colonização, uma historicidade marcada em decorrência da pobreza. Ribeiro (1978), ao analisar o processo de proletarização que ocorreu na América Latina, em especial no Brasil, vai dizer que o mesmo transcorreu pelo fato que a inserção das sociedades latino-americanas na civilização industrial se deu pela via da atualização e incorporação histórica, e não pela via da aceleração evolutiva. Assim, a lógica que se internalizou fez surgir sociedades “estruturalmente deformadas desde seu nascimento” (Ribeiro, 1978, p. 21).

Ademais, importa referenciar que os processos de modernização que ocorreram internamente privilegiaram historicamente o latifúndio e o agronegócio, provocando cada vez

²² O índice de pobreza apresentado é a porcentagem da população que vive com menos de US\$2,15 por dia a preços ajustados pelo poder de compra de 2017.

²³ Importa ressaltar que o dado relativo ao ano de 2010 não foi apresentado pelo Banco Mundial.

mais miséria no campo, levando os sujeitos para a cidade e tecendo uma particular configuração nos espaços urbanos: a dinâmica da favelização, que expressa a exclusão dos trabalhadores do próprio espaço urbano e dos serviços sociais básicos, muitas vezes ausentes, e, conseqüentemente, a produção de pobreza. Diante desse cenário, uma grande parcela da classe trabalhadora em nosso país não se constitui apenas como exércitos industriais de reserva, mas se configura como verdadeiras concentrações de marginalizados ou, como se refere Fanon (1968), condenados da terra.

A existência dessa imensa massa de trabalhadores sobrantes, ou seja, integrantes do sistema, porém marginalizados – como categoriza Ribeiro (1978) -, está intimamente associada com a própria forma como se organiza a divisão social do trabalho no capitalismo e os mecanismos de superexploração aos quais está submetida a classe trabalhadora no Brasil. É necessário compreender que a divisão internacional do trabalho modificou intensivamente os postos de trabalho estabelecidos nos países do mundo e provocou maior precariedade para os países como o Brasil, que acumulou milhões de desempregados, subempregados e excluídos.

A expansão e o agravamento do quadro de pobreza são expressões desse processo em sua totalidade. Apesar disso, os mecanismos de ação do Estado direcionados para o enfrentamento dessa questão têm sido a formulação e implementação de políticas sociais de cunho compensatório, seletivo e focalizado nos mais pauperizados. Políticas que privilegiam as transferências diretas de uma pequena quantia de recursos que possibilitam, no máximo, o acesso a um reduzido consumo, que, sobretudo, reitera a subcondição de pobreza do indivíduo e de sua família (Silva, 2010).

No que diz respeito à relação entre pobreza e emprego, esta é vista como consequência de mudanças sociais que incidem de forma direta na formação do emprego e transformam a vida principalmente nas cidades, onde marginalidade e pauperismo fazem parte do cotidiano urbano.

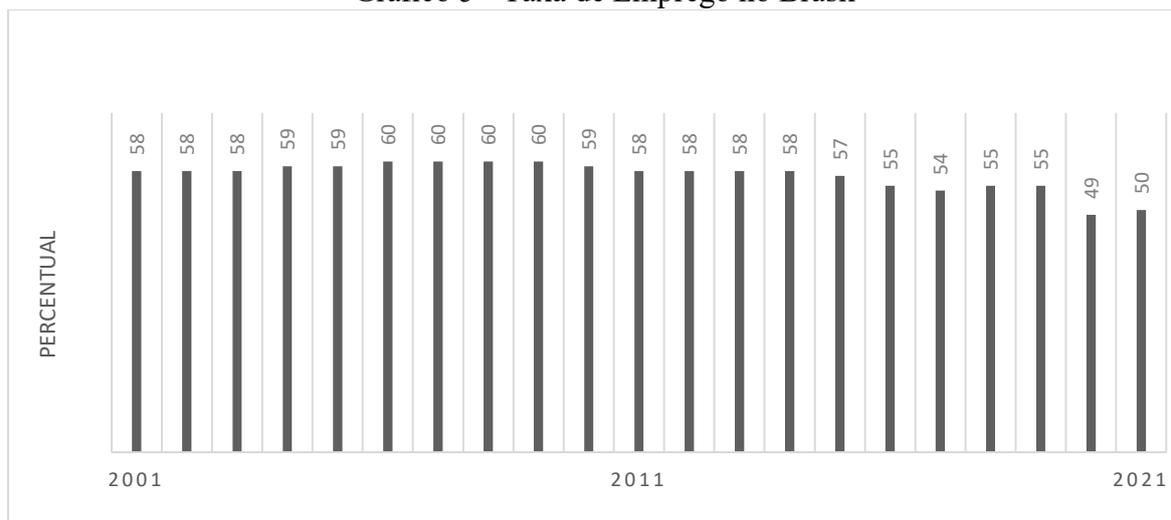
As condições históricas e estruturais do mercado de trabalho brasileiro carregam marcas como níveis salariais reduzidos, crescente informalidade e baixos níveis educacionais do trabalhador. Pensando no capitalismo cada vez mais globalizado e impregnado pela ideologia neoliberal, a flexibilização, a terceirização e a subcontratação são estratégias adotadas pela lógica da acumulação e do aumento da lucratividade para a redução de custos com a força de trabalho.

A partir desse ponto de vista, apesar de trabalho e pobreza não estarem necessariamente vinculados, o fato do modo de produção capitalista não ser capaz de produzir postos de trabalho suficientes ao quantitativo de sujeitos aptos ao trabalho e a riqueza socialmente produzida ser

injusta e desigual entre as classes sociais são fatores “responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reprodutor da pobreza, entendida como fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, que não pode ser considerado como mera insuficiência de renda” (Silva, 2010, p. 157).

Neste sentido, o gráfico 05 indica a taxa de emprego no Brasil, no século XXI.

Gráfico 5 - Taxa de Emprego no Brasil²⁴



Fonte: Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/country/brazil?view=chart>) – Dados Coletados em 2022; Elaboração Própria.

É notório, de acordo com o gráfico acima, que a taxa de emprego caiu consideravelmente nos anos de 2020 e 2021. Esse dado é dramático ao considerarmos a estreita relação que essa taxa configura no que diz respeito à insuficiência de renda da população.

Essa é a condição de muitos trabalhadores no Brasil, um contingente imenso de pessoas que, particularmente durante a pandemia, tiveram suas vidas transformadas e, em decorrência da perda de seus postos de trabalho formal e informal, ficaram à mercê das políticas de proteção social não contributivas. O capítulo a seguir trata dos impactos sociais da pandemia da COVID-19 nas famílias atendidas pela política de assistência social no município de Herval d'Oeste/SC.

²⁴ A Taxa de emprego remete à proporção da população do país que está empregada. “Por emprego entende-se as pessoas em idade ativa que, durante um curto período de referência, exerceram qualquer atividade de produção de bens ou de prestação de serviços remunerada ou lucrativa, quer estivessem a trabalhar durante o período de referência (ou seja, que trabalharam durante pelo menos uma hora) ou não está no trabalho devido a ausência temporária de um trabalho, ou a acordos de horário de trabalho. As idades de 15 anos ou mais são geralmente consideradas a população em idade ativa” (Banco Mundial).

3. A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE

No capítulo anterior, foram resgatados aspectos teóricos que fundamentam a relação entre desigualdade social e pobreza no modo de produção capitalista. Essas relações determinam, em grande medida, o que se faz – ou o que se deixa de fazer – para mitigar as profundas diferenças sociais que caracterizam a América Latina como um todo, e o Brasil em particular.

Nesta seção, a proposta é buscar teorias que possibilitem uma melhor compreensão do papel das políticas de proteção social, - particularmente a política de Assistência Social - no enfrentamento à pobreza, num excepcional momento experienciado mundialmente de pandemia da COVID-19, a fim de fornecer elementos para a discussão sobre os impactos sociais ligados a essa época que terão reflexos no cotidiano dos brasileiros por longo tempo.

Dessa forma, começamos contextualizando o município de Herval d'Oeste/SC, local onde esta pesquisa buscará referenciar suas análises. Após, o enquadramento será nas mudanças na dinâmica da organização das pessoas diante do cenário pandêmico e, na sequência, a base do estudo dar-se-á na operacionalização da política pública dentro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

3.1 CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC

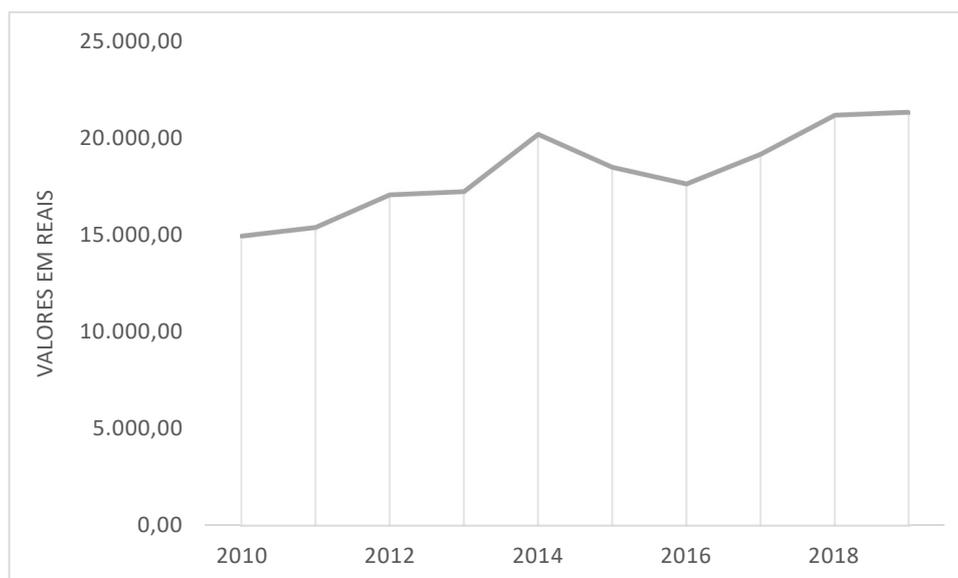
O município de Herval d'Oeste está situado no meio-oeste catarinense, com uma população de 21.724 habitantes (IBGE, 2022). A cidade começou a ser colonizada com a construção da Estrada de Ferro que conectou São Paulo ao Rio Grande do Sul. Os trabalhadores usavam a área como acampamento e, a partir de 1908, imigrantes italianos, vindos do Rio Grande do Sul, começaram a se estabelecer no local. Até 1943, Herval d'Oeste pertenceu ao município de Campos Novos e, posteriormente, ao município de Joaçaba. Em 30 de dezembro de 1953, a comunidade foi declarada emancipada. A cidade pertence à região da AMMOC - Associação dos Municípios do Meio-Oeste Catarinense, com outras 12 cidades vizinhas (Herval d'Oeste, 2022).

A expectativa de vida é um índice (número médio) que representa quantos anos se espera que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano possa viver, a partir do seu nascimento. É um indicador utilizado para compor o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. No município de Herval d'Oeste, a esperança de vida ao nascer cresceu 1,79 anos em uma

década, passando de 74,72 anos em 2000 para 76,51 anos em 2010. O Estado de Santa Catarina apresenta valores de 70,2 anos em 1991, 73,7 anos em 2000 e 76,6 anos em 2010. No Brasil, os valores são de 73,9 anos em 2010, de 68,6 anos em 2000 e de 64,7 anos em 1991 (PNUD, IPEA, IBGE).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda (PNUD, IPEA, FJP, 2016). O índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM de Herval d'Oeste era 0,758 em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a longevidade, com índice de 0,859, seguida de renda, com índice de 0,740 e de educação, com índice de 0,684 (IBGE, 2010). Com relação ao PIB Per Capita, o gráfico 06 aponta os seguintes dados:

Gráfico 6 - PIB per capita de Herval d'Oeste/SC



Fonte: IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/herval-doeste/panorama>), Elaboração Própria.

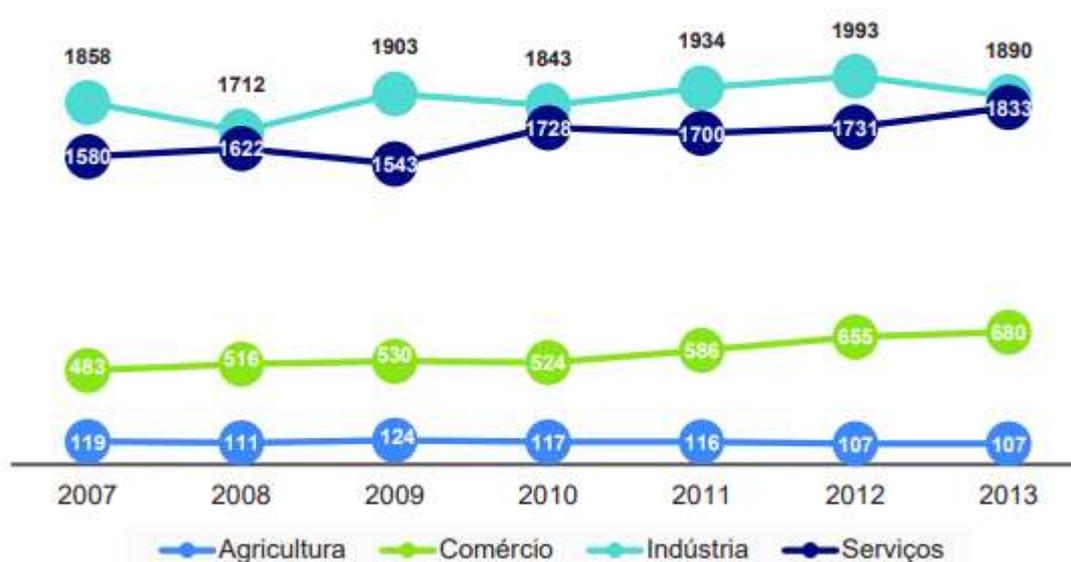
Examinando os dados e os comparando com os apresentados no gráfico 02 (seção anterior), que são os valores do PIB Per Capita no Brasil, é possível identificar que as taxas são discrepantes. Vale frisar que o valor contido no gráfico 02 é mostrado em dólares americanos, e no gráfico acima, em reais. Em 2019, por exemplo, o PIB per capita brasileiro era de 8.897,60²⁵ dólares e o do município em questão era 21.339,80 reais, abaixo do valor nacional.

²⁵ Considerando que a cotação do dólar comercial em 31 de dezembro de 2019 era de R\$4,0098, ao calcularmos o PIB per capita o valor equivalente seria R\$35.677,59 reais.

Ao confrontar os índices dos anos anteriores, identifica-se que permanece a tendência, ficando a cidade em questão com valores inferiores à média do país.

Para o entendimento da questão econômica, é essencial analisar os setores econômicos de acordo com os produtos, modos de produção e recursos utilizados. Em Herval d'Oeste, as atividades econômicas estão presentes nos setores primário, secundário e terciário (comércio e serviço) (Herval d'Oeste, 2022). No que se refere à ocupação da população, a Figura 01 apresenta o comportamento do município entre anos de 2007 a 2013, segundo o Cadastro Central de Empresas (IBGE). Em 2013, Herval d'Oeste, possuía um total de 4.510 pessoas ocupadas, melhor taxa para a série apresentada.

Figura 1 - Quantidade de pessoas empregadas entre os anos de 2007 e 2013 por setor



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas - 2013 (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/herval-doeste/pesquisa/19/29761>).

Percebe-se que a média na taxa de ocupação²⁶ nos anos apresentados se manteve equilibrada. Em 2019, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19,5%, o equivalente a 4.416, ocupando a 205ª posição na comparação entre os 295 municípios do estado. O salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos²⁷ (IBGE, 2019). Cabe identificar que a quantidade de pessoas em ocupação é baixa, tendência que pode ter se intensificado na pandemia da COVID-19, objeto de estudo desta dissertação.

²⁶ Número de pessoas ocupadas por ano 2007 – 4040; 2008 – 3961; 2009 – 4.100; 2010 – 4.212; 2011 – 4.336; 2012 – 4.486; 2013 – 4.510.

²⁷ No ano em questão, o valor do salário mínimo nacional era o equivalente a R\$998,00. Deste modo, o valor médio de renda das pessoas em ocupação era de R\$ 2.195,60

Considerando que o trabalho é uma das fontes de renda capaz de garantir a subsistência à família, a sua insuficiência reflete diretamente sobre a política de assistência social. Dessa maneira, na próxima subseção abordar-se-á os fatores que implicaram na escassez ou nulo acesso à renda pelos brasileiros, em especial com relação aos hervalenses.

3.2 PANDEMIA DA COVID-19: OS FATORES QUE IMPLICARAM NO PROCESSO DO NULO OU POUCO ACESSO À RENDA DAS FAMÍLIAS

No final de 2019, na cidade de Wuhan, na China, foi identificado um vírus da família dos Coronavírus — o SARS-CoV-2, que causa a COVID-19, uma doença infecciosa emergente. A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, decretou emergência de saúde pública de âmbito internacional e, considerando a amplitude de sua disseminação mundialmente, a COVID-19 veio a ser classificada como pandemia em 11 de março de 2020. Desde então, é possível identificar inúmeras transformações no modo de vida das pessoas, bem como uma crise no sistema capitalista global. Granemann alerta que:

[...] desde os primeiros dias da pandemia no Brasil, as medidas sanitárias para seu enfrentamento mobilizadas pela burguesia e pelo seu Estado deram importantes sinais de que a Covid-19 atuaria como força motriz para que o governo Bolsonaro e o Congresso Nacional, ambos sob o comando da burguesia, no uso de suas funções, metamorfoseassem a tragédia sanitária em oportunidades de acumulação inflexivelmente requeridas pelos capitais – também na ‘normalidade’ – quando de suas crises econômicas (Granemann, 2021, p. 03).

Não obstante, a crise herdada de momentos anteriores trouxe dificuldades aos trabalhadores diante da redução dos direitos duramente conquistados. As várias e frequentes “contrarreformas da previdência, a flexibilização de contratos de trabalho, o crescente desemprego e os cortes nos orçamentos da saúde, da assistência social, das ciência e tecnologia, da educação, e da cultura promoveram um ajuste econômico-social continuado” (Granemann, 2021, p. 04) que se acirrou com o evoluir da COVID-19.

A necessidade do isolamento social gerou incertezas na satisfação das necessidades humanas em razão dos recuos nos rendimentos da população e a conseqüente queda no consumo. As medidas de prevenção e a busca pela não disseminação do vírus acarretaram, num primeiro momento, grandes mudanças em todos os aspectos da vida das pessoas. Dentre essas medidas, destaca-se o uso obrigatório de máscaras de proteção em ambientes abertos e fechados, o fechamento do comércio (permanecendo aberto somente os espaços que ofertavam bens e serviços essenciais à população), o fechamento das unidades educacionais de todos os

níveis, o cancelamento de todos os eventos sociais de pequenas e grandes proporções, bem como as interferências no mercado de trabalho formal e informal, com o acréscimo nas demissões e a interrupções de novas contratações - desnecessária para o momento frente à escassez e recessão de trabalho - entre outras situações a que os trabalhadores foram expostos. Essas questões implicam prontamente na condição de vida dos sujeitos que não dispuseram de opções. Isso porque:

Padecer de fome ou morrer pelo contágio, ao ter de trabalhar sem poder praticar o isolamento físico, não são escolhas e tampouco alternativas mutuamente excludentes no cotidiano da classe trabalhadora; ao contrário, afiguraram-se complementares ou, talvez, reciprocamente combinadas para o extermínio dos excedentários (Granemann, 2021, p. 05).

Todas essas transformações corroboraram para o avanço da insegurança alimentar, consequência das restrições de renda que dificultaram o acesso aos alimentos, bem como uma série de adaptações no estilo de vida das pessoas e no processo de organização e reorganização diante da nova dinâmica posta de forma inesperada. O boletim do observatório das desigualdades aborda essa discussão esclarecendo que:

[...] o crescimento da insegurança alimentar (IA) não foi uma novidade da pandemia. Esta apenas intensificou um processo que começou com as políticas de austeridade implementadas no Brasil desde 2014, características de uma agenda neoliberal pautada em ajustes fiscais e redução dos investimentos em políticas sociais, que, dentre outras consequências, desincentivou programas de fomento à agricultura familiar, implementou o chamado “teto de gastos” e diminuiu recursos em áreas como saúde e educação. Trata-se de uma política anti-Estado de bem estar-social, portanto, da qual não se vislumbra um fim no curto prazo (FALÇONI, et al., 2022, p. 31).

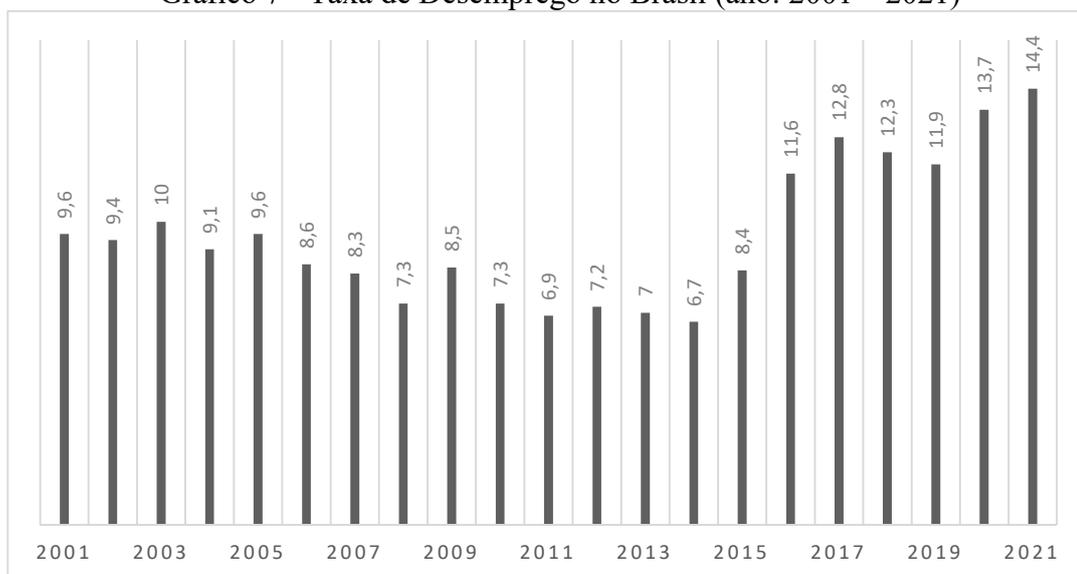
Os ensaios divulgados no boletim nº. 14 pelo observatório das desigualdades em 2022 mostram essa triste realidade e verificam que o Brasil retornou ao Mapa da Fome. Tudo isso contribuiu para prosperar este cenário caótico de incertezas para a vida de milhares de brasileiros. O aumento significativo no preço dos alimentos e dos diferentes produtos e itens básicos para a garantia das necessidades humanas, assim como a escassez de postos de trabalho, na configuração de venda da força de trabalho convertida em renda, potencializaram as dificuldades dos trabalhadores, especialmente os informais (garçons, entregadores, diaristas, faxineiras, cuidadores), que deixaram de ser essenciais naquele momento, uma vez que as pessoas estavam em casa isoladas, sem frequentar inúmeros estabelecimentos não primordiais. Em outros termos, “acumula-se uma massa de trabalhadores “flexíveis”, que se encontram desamparados institucionalmente e que permanecem à mercê das flutuações econômicas que,

em momento de crise como o atual, lhes impõem perdas imediatas na renda” (Mattei e Heinen, 2020, p. 655)

Mattei e Heinen argumentam que “cerca da metade dos postos de trabalho do início de 2020 eram ocupações informais” (2020, p. 667). Dessa forma, é possível observar que os problemas do mercado de trabalho nacional recaem diretamente a essa parcela de trabalhadores que ficaram sob o risco de estarem imediatamente sem renda a partir da nova conjuntura. No que diz respeito ao não acesso à renda ou à insuficiência dessa, os trabalhadores informais e desempregados foram fortemente afetados pela pandemia.

Cabe uma reflexão nesse momento, pois a alta no desemprego expõe que parte da população desempregada obriga-se a assumir ocupações informais. Conforme os dados divulgados pelo BM, a taxa de desemprego chegou ao seu maior patamar em 2021, com 14,4% da população brasileira sem trabalho. Contudo, os agravamentos nos índices já puderem ser percebidos a contar de 2016, como pode-se constatar pelo gráfico:

Gráfico 7 - Taxa de Desemprego no Brasil (ano: 2001 – 2021)



Fonte: Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/country/brazil?view=chart>) – Dados Coletados em 2022; Elaboração Própria.

Esses dados ressaltam que o índice de desemprego já estava elevado antes mesmo dos impactos da pandemia sobre a economia nacional e sobre o emprego em particular. Nesse sentido, os primeiros sinais da deterioração do mercado de trabalho nacional poderão vir do aumento da população desalentada, ou seja, das pessoas que desejariam trabalhar, mas que por algum motivo desistiram de procurar por trabalho (Mattei e Heinen, 2020).

Em um recente relatório, o secretário-geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, pede aceleração para evitar crise laboral pós-covid, retomada justa do trabalho e proteção social para erradicação da pobreza. A pandemia global trouxe à tona o problema das desigualdades sociais e da pobreza (ONU, 2021). O mundo, especialmente o Brasil, tem vivenciado uma conjuntura delicada: por um lado, uma crise em seu padrão de reprodução do capital, por outro, uma crise sanitária com o avanço da pandemia.

No modo de produção capitalista, “os objetos úteis e indispensáveis de hoje são, com pouquíssimas exceções, o refugio do amanhã. Nada é necessário de fato, nada é insubstituível. Tudo nasce com a marca da morte iminente, tudo deixa a linha de produção com um ‘prazo de validade’ fixado” (Bauman, 2005, p. 122, grifos do autor). Inclusive os sujeitos que fazem parte do chamado exército industrial de reserva, que, como Ribeiro (1978, p. 84) retrata, são “excedentes da força de trabalho que o sistema produtivo modernizado não consegue incorporar. Nesse sentido não são desempregados, porque não são empregáveis”.

No processo de subdesenvolvimento brasileiro, marcado pelo espraiamento da pobreza e da desigualdade social, como ponderou-se anteriormente, um universo de trabalhadores é submetido à superexploração da força de trabalho. Se inserem em trabalhos precarizados, com jornadas excessivas e remunerações insuficientes. Muitos têm múltiplas inserções no mercado de trabalho informal ou estão à margem do mercado de trabalho. É o que Bauman (2005) expõe ao falar sobre a modernidade líquida, da civilização do excesso e do refugio, que descarta facilmente o sujeito, pois existe um exército de desalentados para barganhar o valor da força de trabalho.

São sujeitos que, cotidianamente, necessitam de uma política pública que vise garantir a sua reprodução social e de sua família, políticas essas que, historicamente, não desempenharam um papel de transformação, nem de democratização das oportunidades. Pelo contrário, reiteraram a condição de classes subalternas (Yazbek, 2009).

Desse modo, diante do quadro pandêmico, houve a urgência no estabelecimento de ações, por parte do governo federal, de políticas de proteção social “que permitisse que as pessoas que perderam suas rendas antes da pandemia ou em seu curso pudessem se manter em quarentena (Bueno, et. al, 2021, p. 31)”. A política de ajuste de maior ênfase por parte do Estado brasileiro foi a criação do Auxílio Emergencial (AE).

O AE, instituído em 26 de março de 2021, foi aprovado pelo decreto nº. 10.661 que regulamentou a medida provisória nº. 1.039. Foi preciso uma pandemia que matou inúmeras pessoas para que parte da sociedade (Estado) descobrisse que outra parte dela é formada por milhões de “invisíveis” - definição dada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, aos quais,

foi destinado o auxílio emergencial e que, inicialmente, pelos cálculos governamentais, não apareciam como números para o acesso ao benefício. Pode-se dizer que o ministro foi infeliz ao dar essa conotação de invisíveis a esses milhares de sujeitos, pois reforça o quanto os excluídos do sistema são cotidianamente esquecidos e passam despercebidos aos olhos de quem mais deveria olhar por eles, o Estado.

É real a incongruência estatal de não aferir condições aos mínimos sociais. O jogo das aparências e as armadilhas nos discursos políticos carregam falácias que na prática não constroem um campo concreto capaz de dirimir as desigualdades sociais e a pobreza. O AE, dessa forma, cursa a lógica do Estado de cumprir um papel meramente paliativo no contexto adverso, de garantir uma renda mínima às necessidades dos sujeitos. Para receber o benefício, os brasileiros que já possuíam o Cadastro Único foram automaticamente selecionados, enquanto os demais tiveram que realizar a inscrição na plataforma específica, acessível pelo aplicativo no celular ou através do site.

Inicialmente, o valor do auxílio emergencial era de R\$600 reais, pago em seis parcelas mensais de abril a agosto de 2020. Às mulheres provedoras de família monoparental, a quantia concedida foi de R\$1.200. Diante da continuidade da situação pandêmica, apesar da resistência por parte do governo, foram liberadas quatro parcelas extras do benefício no valor de R\$300 reais por mês, creditados de setembro a dezembro do mesmo ano. As mulheres chefes de famílias continuaram recebendo o dobro, isto é R\$600,00 (Brasil, 2021).

Em 2021, as parcelas do benefício variavam de R\$150,00 a R\$375,00, conforme a composição familiar, e foram depositadas em contas poupanças digitais, acessíveis pelo aplicativo CaixaTem. Compete ressaltar que, num primeiro momento, foram liberadas quatro parcelas do benefício, mas houve uma nova prorrogação do benefício por mais três meses, encerrando o pagamento em 31 de outubro de 2021. Após a sétima parcela, os trabalhadores informais e inscritos no CadÚnico deixaram de receber o benefício e os inscritos no Bolsa Família foram migrados para o Auxílio Brasil, novo programa social do governo federal. Convém sinalizar que com o pagamento do AE o governo deixou de creditar às famílias o valor do Programa Bolsa Família (PBF) (Brasil, 2021).

Nossa hipótese é que o AE atenuou estatisticamente os dados relativos à desigualdade social e à pobreza, contudo esse dado torna-se imparcial, visto a decadência da condição de vida dos trabalhadores. Sen explica, em uma entrevista concedida ao jornal El País, que essa crise gerada pela pandemia foi um doloroso episódio para aqueles países que lutam contra a pobreza: “Não só pela perda de renda que gerou para muitos trabalhadores, mas também porque muitos dos que ficaram sem trabalho perderão as habilidades que tinham adquirido

anteriormente. Quanto mais você se isola, menos eficiente tende a ser” (2021, p. 01). Em sua análise sobre os impactos da pandemia, o economista e filósofo aponta sua preocupação com o recrudescimento da pobreza, mas avalia que a recuperação econômica poderá ser relativamente rápida. No entanto, ele enfatiza que o maior golpe sofrido com a pandemia foi a perda de centenas de vidas. Para ele, “se você não estiver vivo, tanto faz se antes era rico ou pobre. A grande tragédia é a morte” (2021, p. 01).

Os impactos da crise na economia nacional vêm se somar com um quadro social preocupante no que tange à triste realidade vivenciada pelas famílias brasileiras. Diante de um cenário em que a própria estrutura econômica e social do país está ameaçada, mais do que nunca se desvela a cruel face do sistema capitalista dependente, que é incapaz em oferecer soluções adequadas à degradação das condições de vida dos trabalhadores.

A Covid-19, no Brasil, percorreu uma letal trajetória determinada pela classe, gênero, cor e, insistimos, pelas ausências de trabalho, alimentação, habitação, transporte, educação e proteção social (saúde, assistência e previdência) adequadas ao provimento da vida. Estas carências são vergonhosamente históricas e não foram iniciadas neste momento da Covid-19; todavia, tais misérias foram agravadas pela propositada inação diante da mais grave e triste ocorrência que se abate sobre todas as gerações vivas, neste momento, no Brasil (Granemann, 2021, p. 07).

Outra observação necessária nessa conjuntura, é entender que “homens e mulheres são afetados de forma diferente pelas epidemias” (Pimenta *et al*, 2021, p. 160). Os estudiosos complementam que a pandemia tem impactado diretamente o trabalho e a renda das mulheres, que tiveram seus trabalhos perdidos, pois assumiram o compromisso no cuidado com as crianças, que permaneceram fora das cadeiras escolares por mais de um ano, bem como na atenção às pessoas idosas e com deficiência (Pimenta, *et al* 2021). As mulheres, por falta de rede de apoio, não fruíram de outra opção a não ser abrir mão do trabalho para se dedicar às tarefas domésticas ou buscar uma atividade remunerada que pudesse ser desenvolvida no ambiente do lar.

Todavia, muitas outras mulheres não puderam optar pelo isolamento e tiveram que continuar trabalhando e se expondo ao vírus, visto a necessidade econômica e a busca por não perder sua renda. Não por acaso, a primeira vítima do coronavírus que foi a óbito no Brasil foi uma mulher de 57 anos, em São Paulo, no dia 12 de março de 2020 (G1, 2020).

Frente às demandas complexas que emergiram com o irromper da COVID-19, fez-se necessário o enfrentamento de seus impactos imensuráveis nos sistemas de saúde, em setores sociais e econômicos, nos meios de sobrevivência, nas subjetividades, assim como nas relações familiares, comunitárias e sociais.

Em 05 de maio de 2023, mais de três anos após o início dos primeiros contágios, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19. No entanto, a pandemia ainda persiste e exige medidas de controle sanitário por parte dos países. Nesse sentido, cabe destacar que, embora a emergência na saúde pública tenha afetado a população como um todo, era de se esperar que seus riscos e consequências fragilizassem, de forma mais contundente, populações já expostas às vulnerabilidades e riscos sociais (Brasil, 2021). Além disso, muitas famílias que não estavam em situação vulnerável foram atingidas por dificuldades econômicas e sociais, e necessitam da política de assistência social para garantir o seu direito à segurança alimentar (PNAS, 2004). É relativo a esse ambiente social e às atenções destinadas a essa população que se debate na próxima seção.

3.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À POBREZA

Em dado momento do capitalismo, especificamente na idade dos monopólios, a chamada “questão social” aparece como expressão política tamanha que demanda que o Estado desenvolva mecanismos para administrar suas expressões. Esses mecanismos obedecem ao movimento mais geral da acumulação capitalista como também aos interesses da classe trabalhadora, como resposta organizada aos processos de luta de classes. A tais mecanismos de intervenção do Estado, Netto (1996) denomina “mecanismos extra-econômicos”, que são as políticas sociais.

A forma como cada sociedade enfrenta suas vicissitudes e como protege seus indivíduos contra riscos que fazem parte da vida humana, como doença, velhice, desemprego, pobreza ou exclusão, é objeto da configuração que assume os sistemas de proteção social. Contudo, as políticas sociais carregam as contradições inerentes ao capitalismo e são resultantes de lutas sociais e pactuações contínuas e intermináveis que nem sempre são favoráveis aos interesses da maioria da população, particularmente se considerarmos a conformação histórica da proteção social brasileira (Behring, Boschetti, 2009).

Castel define a proteção social como a segurança aos indivíduos que, devido a alguma situação de risco ou degradação (doença, velhice, inexistência ou insuficiência de recursos) inesperada, ocasione uma fragilidade ao sujeito. O autor questiona o significado de ser protegido numa sociedade, e afirma que isso implica ter acesso a recursos mínimos para sobreviver. Além disso, defende que a segurança deveria fazer parte dos direitos sociais e que

a insegurança deve ser combatida, por meio do desenvolvimento e reconfiguração das proteções sociais (Castel, 2005).

A proteção social é portanto condição de possibilidade para formar o que chamei de [...] uma sociedade de semelhantes: um tipo de formação social no meio da qual ninguém é excluído, porque cada um dispõe dos recursos e dos direitos necessários para manter as relações de interdependência (e não somente de dependência) com todos. É uma possível definição da cidadania social. É também uma formulação sociológica do que em termos políticos se chama uma democracia (Castel, 2005, p. 92).

Perante tais afirmativas, cabe indagar se as políticas sociais cumprem seu papel de proteção social aos indivíduos vulnerabilizados ou apenas reiteram e reproduzem as situações vivenciadas no dia a dia das pessoas. Vianna (2008) analisa que o sistema de proteção social em nosso país é universal no ponto de vista do marco legal, entretanto, tal concepção não conhece a existência real, marcada por recursos parcos e demandas cada vez maiores. As políticas sociais acenderam no cenário brasileiro como uma resposta do Estado às manifestações oriundas da relação capital/ trabalho, entretanto de uma forma paliativa, focalista e assistencialista. A função que o Estado exercia era o de controlar as mobilizações sociais, e não exatamente proteger os indivíduos.

As políticas sociais surgem em consonância com o desenvolvimento do capitalismo, juntamente com a Revolução Industrial, que inaugurou o processo de assalariamento do trabalhador e tornou o trabalho uma questão de sobrevivência (Netto, 1996). Além disso, as transformações ocorridas no mundo do trabalho têm sido pano de fundo para as mudanças no sistema de proteção social, que precisa ser repensado diante das incertezas e da flexibilidade nas trajetórias ocupacionais. O termo seguridade social passou a ser adotado na Constituição Federal de 1988, como um direito dos cidadãos (Behring, Boschetti, 2009).

Sendo o marco nacional para avanços no campo do enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, a política de assistência social, relacionada à marcha estruturadora das políticas públicas, ressignificou o papel do Estado brasileiro ao criar um arcabouço jurídico envolvendo a Saúde, Assistência Social e Previdência, criando um sistema de proteção social às pessoas. A partir daí, a política de assistência social começou a traçar novos caminhos de atuação (Silva, 2010).

Importa dizer que a análise trazida para o estudo das políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil terá como ponto de partida a promulgação da Carta Constituinte em 1988. Foi justamente nesse contexto que o debate acerca da pobreza ganhou cena nas discussões, em meio a um ambiente de desresponsabilização e desoneração do Estado em relação às expressões

da questão social, de estímulo à filantropia empresarial e à benevolência das organizações da sociedade civil para assumir o papel do poder público (Netto, 1996).

No então mandato do Presidente Itamar Franco (1992), elaborou-se o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM), direcionado para 32 milhões de pessoas diagnosticadas pelo Mapa da Fome²⁸. Além disso, nesse governo foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)²⁹, órgão consultivo ligado à presidência da República, integrado por Ministros de estado e representantes da sociedade civil. Tal iniciativa reconheceu a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como um elo necessário no combate à fome e à pobreza.

Na perspectiva conservadora, os aparatos institucionais criados para operar as políticas sociais focalizadas na pobreza, na extrema pobreza e na vulnerabilidade dos setores excluídos permanecem subordinados aos princípios neoliberais, que priorizam o equilíbrio fiscal mediante a contenção dos gastos públicos. Assim, os programas sociais foram e são amplamente atingidos pelos cortes orçamentários, comprometendo sua efetividade.

Logo no início do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998), o CONSEA foi extinto e o PCFM já foi interrompido e substituído pelo Programa Comunidade Solidária, uma nova fragmentação das estratégias de combate à pobreza no país. Em 1999, transformou-se no Programa Comunidade Ativa, cuja proposta era integrar programas em todos os níveis de governo, federal, estaduais e municipais.

No prosseguimento à agenda política nas medidas de enfrentamento à pobreza, em 2001 criou-se o Fundo de Combate à Pobreza, que passou a financiar ações de transferência de renda, passando a ser o eixo central de atuação dos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Tais propostas foram lançadas com base no diagnóstico de que a causa da fome no país era a pobreza, que impedia o acesso a alimentos nutritivos. Nesse mesmo momento, foi instituído o Programa de Combate à Miséria, mais adiante chamado de Projeto Alvorada, ação inicialmente direcionada para as regiões Norte e Nordeste do país, onde a incidência de pobreza era maior, e posteriormente estendida para outros estados nacionais (FALÇONI, et al., 2022).

Em 2003, o recém-empossado Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou como proposta do seu governo a estratégia Fome Zero. Nessa perspectiva, as transferências de renda ganham centralidade para o enfrentamento à pobreza, e os Programas unificam-se, passando a ser chamado de Bolsa Família, em vigor até o final de 2021. A política de SAN passa a ter

²⁸ Desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) para o enfrentamento da fome, da pobreza e da indigência.

²⁹ Instituído pelo Decreto n°. 807 publicado em 22/04/1993.

ênfase na agenda nacional de 2003, estendendo-se até 2015. Após esse ano, ocorreu uma virada na agenda governamental com impactos na política de segurança alimentar. Em 2006, passou a vigorar a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e, junto com ela, criou-se um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (SISAN), que estabeleceu normas e diretrizes para a política pública em âmbito federal, estadual e municipal, embasada por quatro alicerces:

- (1) uma lei municipal/estadual, que estabelece os princípios, objetivos e diretrizes da política pública de SAN no seu respectivo ente federativo;
- (2) um conselho participativo, que funciona como canal direto da sociedade civil nas decisões do poder público, os quais podem ser consultivos, deliberativos, fiscalizadores e/ou normativos;
- (3) uma câmara intersetorial, responsável por articular as diferentes pastas do governo na elaboração e na execução da política de SAN; e
- (4) um plano de Segurança Alimentar e Nutricional, que define os objetivos e meios de alcançá-los em um espaço temporal de quatro anos, em concomitância com o Plano Plurianual (PPA) (SISAN, 2022, p. 09).

É importante destacar que, nesse período, a política de SAN na agenda nacional passou a ser composta pelos novos programas: Programa Bolsa Família (PBF) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), somados à aprimoração dos já existentes: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Cabe ressaltar que a Política de SAN não tem recebido a devida atenção e investimentos das três esferas de governo, o que reflete diretamente sobre outras políticas públicas, em especial a da assistência social, que assume uma competência que deveria ser compartilhada com outros setores em benefício de uma população que necessita de proteção social.

Nessa mesma marcha de reestruturação e consolidação de políticas públicas, em 2005, houve a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)³⁰, com o intuito de romper com alguns paradigmas e construir uma rede socioassistencial que visasse a proteção e as garantias dos direitos dos cidadãos. Estruturar uma política pública de direito faz-se necessária e totalmente justificável no âmbito nacional, considerando os índices de desigualdades sociais e a pobreza, que sempre foram problemas graves no país onde as oportunidades são desiguais.

O SUAS organiza estruturalmente a rede assistencial no Brasil, orientando a implantação dos equipamentos necessários para a gestão local da política, como os Centros de

³⁰ À luz da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), publicada no ano anterior.

Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outros, de acordo com as demandas, o quantitativo populacional e as orientações ministeriais.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, publicada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2009, organiza os serviços dos equipamentos sociais em níveis de proteção básica e especial de média e alta complexidade. A proteção social básica é desenvolvida no CRAS e destinada à “prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social” (PNAS, 2004, p. 34). Já a proteção social especial é desenvolvida no CREAS e/ou unidades de acolhimento institucional e destinada a “famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados” (PNAS, 2004, p. 37). Numa perspectiva de garantir e consolidar os direitos à população usuária:

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento à garantia dos mínimos sociais ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais (Brasil, 2004, p.27).

É através das políticas sociais que é possível viabilizar aos usuários o acesso aos direitos que ampliam e reforçam a ideia de cidadania. A partir das múltiplas expressões da questão social é que se fundamenta um processo de enfrentamento dessas problemáticas. Sob essa perspectiva:

A nova concepção de Assistência Social como direito à proteção social, direito à Seguridade Social tem duplo efeito, um o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e outro, desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica em um incremento das capacidades das famílias e dos indivíduos (PNAS, 2004, p. 14)

É perceptível que a política de assistência social vem atribuindo ao sujeito a responsabilidade pela sua condição. Ela reforça as estratégias no fortalecimento das capacidades individuais de buscar formas de geração de renda e desenvolvimento das capacidades individuais como princípio essencial para a superação da vulnerabilidade social e da pobreza, desvinculando os determinantes estruturais que a produzem. Do mesmo modo, institucionalmente assume o papel de proteger socialmente o sujeito e sua família, mas exige contrapartida do beneficiário, concebendo dessa maneira uma política amarrada às políticas socioeconômicas (Mauriel, 2010).

Cabe chamar a atenção para elementos que entram em cena com o intuito de dar ênfase ao indivíduo e culpabilizá-lo pela condição de pobreza. Ao focar o sujeito como único responsável por seu empoderamento e superação da sua condição social, abstrai-se a preocupação em estruturar sistemas de proteção social e repensar a conjuntura do sistema econômico vigente. Além disso, o entendimento do modo produção capitalista, bem como das possibilidades destinada a essas pessoas, nos auxiliam a desmistificar a condição de “usuários da política de assistência social”, e a entender as fragilidades dos sujeitos.

Como a pobreza é atribuída a aspectos individuais, parece não haver a preocupação em estruturar um sistema de proteção social amplo. Desse modo, o padrão de proteção social brasileiro tem tido como foco apenas grupos sociais específicos, assim como as estratégias propostas para a superação da pobreza não têm diferido dos moldes já apresentados anteriormente (Mauriel, 2010).

Segundo Yasbek (2009), a política de assistência social pode criar uma identidade subalterna na população usuária devido à dependência desses indivíduos em suprir suas necessidades, reproduzindo assim uma lógica de subordinação na oferta dos serviços socioassistenciais. A autora complementa que a assistência social pode se configurar como “uma estratégia reguladora das condições de reprodução social dos subalternos” (2009, p. 177), e que “as ações assistenciais podem significar a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e acesso ao protagonismo” (2009, p. 146).

O Brasil enfrenta um cenário de instabilidade socioeconômica e de agravamento das desigualdades sociais, acentuado pela pandemia da COVID-19. A insegurança alimentar, que já era um problema crônico no país, tornou-se mais evidente e grave com a crise sanitária e a falta de medidas e diretrizes efetivas do Governo Federal para contê-la (FALÇONI, et al., 2022). Essa é a realidade das famílias atendidas pela política de assistência social de Herval d'Oeste, que necessitaram do amparo dessa política para garantir o acesso regular aos alimentos devido à insuficiência de renda. No que diz respeito à operacionalização da política pública, bem como às demandas inquiridas pelos usuários durante o período pandêmico, relatar-se-á na próxima subseção.

3.3.1 A política de Assistência Social em Herval d'Oeste/SC

A tipificação citada acima normatiza os serviços do SUAS em âmbito nacional, bem como os Cadernos de Orientações de CRAS e CREAS. Tais regulamentos estabelecem uma matriz padronizada dos serviços ofertados nos equipamentos sociais municipais e descrevem o

público prioritário para atendimento, os objetivos, as formas de acesso, o período de funcionamento, assim como o impacto social esperado com a operacionalização de tal ação.

Destaca-se que os municípios podem ainda implantar programas e projetos complementares aos serviços oferecidos, de acordo com as demandas apresentadas pelos usuários e pelas especificidades do território. Assim, as atividades se tornam mais autênticas e buscam uma atuação preventiva, proativa e protetiva às famílias atendidas e/ou acompanhadas.

Uma questão fundamental a entender é que os serviços possuem caráter continuado. Isso significa que eles precisam estar disponíveis para a população de forma permanente, sem descontinuidade ou interrupção. Por outro lado, os programas e projetos possuem começo, meio e fim. Conforme previsto no art. 23 da LOAS, entende-se por serviços socioassistenciais “as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei” (1993, p. 14). Esses serviços são ofertados dentro dos equipamentos do SUAS, e as diretrizes para a organização dos centros de referência da política de assistência social dar-se-á de acordo com o quantitativo populacional. Herval d'Oeste/SC se categoriza como Pequeno Porte II. No quadro apresentado abaixo é possível reconhecer a dinâmica de organização desta política pública.

Quadro 1 - Organização do SUAS de acordo com as normativas nacionais

Porte	Nº de CRAS	Equipe técnica CRAS	Nº de CREAS	Equipe técnica CREAS
Pequeno Porte I - até 20.000 habitantes	Deve ter pelo menos 1 CRAS	- 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo. - 2 técnicos de nível médio.	Atendimento em CREAS regional ou possibilidade de ter 1 CREAS, dependendo da demanda.	- 1 assistente social / 1 psicólogo. - 1 advogado. - 2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem de usuários). - 1 auxiliar administrativo.
Pequeno Porte II - de 20.001 a 50.000 habitantes	Deve ter pelo menos 1 CRAS	- 3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e outro preferencialmente psicólogo. - 3 técnicos de nível médio.	Deve ter pelo menos 1 CREAS.	
Médio Porte – de 50.001 a 100.000 habitantes	Deve ter pelo menos 2 CRAS	- 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõem o SUAS.		
Grande Porte - de 100.001 a 900.000 habitantes	Deve ter pelo menos 4 CRAS	- 4 técnicos de nível médio.	Deve ter pelo menos 1 CREAS a cada 200.000 habitantes.	- 2 assistentes sociais / 2 psicólogos. - 1 advogado. - 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem de usuários). - 2 auxiliares administrativo.
Metrópole - de mais de 900.000 habitantes.	Deve ter pelo menos 8 CRAS			

Fonte: Orientações Técnicas CRAS (2009), Orientações Técnicas CREAS (2011) e NOB-RH/SUAS (2011); Elaboração Própria - 2022.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS recomenda, de acordo com o porte do município, a equipe técnica mínima necessária para o atendimento às demandas. Cabe um adendo diante desse fato, pois ao taxar as recomendações apenas pelo número de população descarta-se todas as especificidades de uma cidade e de seus residentes, bem como as complexas expressões da questão social que se apresenta de diferentes formas nos inúmeros contextos sociais.

Conforme recomendação da NOB-RH/SUAS, as equipes devem contar ainda com um coordenador, devendo o profissional ter o seguinte perfil: “ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais” (2011, p. 31). No âmbito do CRAS para os municípios de Pequeno Porte I, a capacidade de atendimento seria de até 500 famílias/ano, para os municípios de Pequeno Porte II até 750 famílias/ano, Médio e Grande Porte, e metrópole até 1.000 famílias/ano (Orientações Técnicas CRAS, 2009). Para os municípios de Pequeno Porte I e II, e Médio Porte, a capacidade de atendimento no equipamento do CREAS é de até 50 pessoas/indivíduos, e nos municípios de Grande Porte e Metrópole até 80 pessoas/indivíduos (Orientações Técnicas CREAS, 2011).

O SUAS em Herval d'Oeste está composto pela gestão municipal, que atualmente tem como membros um gestor e um gerente de programas sociais (com a função de coordenar os grupos tradicionais da terceira idade). Além disso, a organização da política está estruturada com 01 CRAS, 01 CREAS e 01 Abrigo Institucional para acolhimento de crianças e adolescentes. Importa enfatizar que, em 2008, a política de assistência social municipal passou a ser uma secretaria de comando único, que até então estava vinculada com a secretaria de saúde, ou seja, era um departamento. Esse fato referencia um marco na estruturação da política no município.

O CRAS, que é a porta de entrada da política de assistência social, foi implantado em 30 de abril do mesmo ano através da lei municipal nº. 2.610. A datar de agosto de 2016, a unidade possui sede própria, em área central do município. A construção deu-se através de cofinanciamento estadual, aos moldes estruturais do ente federativo. Atualmente, a equipe técnica para atendimento da população é um coordenador, dois assistentes sociais, um psicólogo, um pedagogo, três técnicos de nível médio, quatro estagiários, um auxiliar de serviços gerais e um motorista. Conforme a tabela, a equipe de referência necessária para o funcionamento do CRAS está sendo cumprida, inclusive com um técnico de nível superior a mais.

O equipamento oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos³¹, e tem como público prioritário “famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social” (Brasil, 2009, p. 13). O objetivo desses serviços é o de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

O CREAS foi instituído em 24 de agosto de 2010 pela lei municipal nº. 2804, e possui sede própria desde setembro de 2017, estando situado em bairro próximo ao centro de Herval d'Oeste/SC (Vila Militar). A obra foi executada com recursos do Pacto por Santa Catarina e conta com a estrutura padrão. Nos dias atuais, a equipe é composta por um coordenador, dois assistentes sociais, dois psicólogos, três técnicos de nível médio, cinco estagiários, um auxiliar de serviços gerais e um motorista. O número de trabalhadores é superior ao recomendado quanto à quantidade de técnico assistente social e psicólogo, porém não há profissional formado em direito para compor a equipe.

O Centro presta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social³², o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Seu público prioritário são famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos.

O Abrigo Municipal Institucional Anjos da Luz foi criado em 13 de dezembro de 2006, por meio da lei nº. 2462, com sede própria desde sua criação no bairro Jardim José Rupp. Cabe informar que o abrigo é uma casa, na intenção de não destoar das estruturas residências do bairro, buscando não atrair atenção dos que circulam nos arredores. Do mesmo modo, não há placas informativas de que o espaço é uma unidade de acolhimento. O espaço é destinado ao abrigamento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, dos municípios de Herval d'Oeste e de Erval Velho³³, que estiverem com os seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência física, psicológica, sexual, negligência, em situação de

³¹ Conforme as normativas da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o CRAS poderia ofertar o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, contudo o município optou por atender essas demandas através do PAIF e do SCFV.

³² O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é realizado junto com o de Abordagem Social, parâmetros definidos pela equipe do CREAS.

³³ Erval Velho fica a aproximadamente 15 km de distância de Herval d'Oeste, e possui convênio para o acolhimento de crianças e adolescentes de sua cidade que estejam em situação de risco no ambiente familiar.

abandono e órfãos) e que necessitem de proteção. A equipe é formada por um coordenador, um assistente social, um psicólogo, oito técnicos de nível médio, dois auxiliares de serviços gerais, e um motorista³⁴, conforme as normas técnicas vigentes.

O trabalho social com famílias realizado nos equipamentos do SUAS deve produzir seguranças sociais aos seus usuários, conforme suas necessidades e a situação de vulnerabilidade e risco em que se encontram (Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, 2009). Neste sentido, a organização do espaço físico, a composição dos recursos humanos, a definição de metodologias empregadas e o planejamento das ações devem ser concebidos a partir do que se propõe a ofertar aos usuários.

No período pandêmico, a maior demanda apresentada na política de assistência foi de famílias solicitando por benefício eventual (cesta básica³⁵). Esses benefícios, porém, revelam a presença do conservadorismo, que se mostra por práticas assistencialistas sob o véu da ajuda e da caridade. A cesta básica, que é o carro chefe dos BE, reduz a política de assistência social à uma mera concessão de benefícios diante da crise socio sanitária que emana da mesma crise consequente das contrarreformas neoliberais em curso no país.

A lei municipal 3.210/2017 dispõe sobre a regulamentação e a concessão dos benefícios, dentre eles do auxílio à situação de vulnerabilidade temporária, que tem por objetivo garantir o “acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente na aquisição e preparo de alimentos, que serão supridas através do fornecimento de cestas básicas” (Herval d'Oeste, 2017, p. 05).

³⁴ A NOB-RH/SUAS recomenda que para o atendimento de até 20 usuários em abrigo institucional a equipe de referência seja: 01 coordenador, 01 assistente social, 01 psicólogo, e cuidadores/auxiliares 02 por turno.

³⁵ É necessário explicitar que atualmente o município oferta dois tamanhos de cesta básica, pequena e grande. E que a liberação de tal benefício está atrelado ao número de pessoas que compõem o núcleo familiar, e a condição social por este apresentada, no determinado momento da solicitação. A cesta de alimentos é composta pelos seguintes itens: Pequena - 01 pacote de arroz parboilizado tipo 1 (2kg); 01 pacote de açúcar refinado (2 kg); 02 pacote de farinha de trigo tipo 1 (1kg); 01 pacote de feijão preto (1kg); 01 pacote de farinha de milho fina (1 kg)kg; 01 pacote de sal refinado (1kg); 03 caixas de leite integral (1 litro); 01 pacote de massa com ovos (1kg); 01 unidade de óleo de soja (900 ml); 01 pote de doce de frutas (400 gramas); 01 caixa de chá em sachê sabores diversos; 03 latas de sardinha (125gr); 01 sabonete (180gr); 01 creme dental (90gr.); 01 água sanitária (1 litro). Grande – 01 pacote de arroz parboilizado tipo 1 (5kg); 01 pacote de açúcar refinado (5kg); 01 pacote de farinha de trigo tipo 1 (5kg); 02 pacote de feijão preto (1kg); 01 pacote de farinha de milho fina (1kg); 01 pacote de sal refinado (1kg); 10 caixas de leite integral (1 litro); 01 pacote de massa com ovos (1kg); 01 unidade de óleo de soja (900 ml); 01 pote de doce de frutas (1kg); 01 pacote de biscoito sortido (1kg); 01 café solúvel (160gr); 6 latas de sardinha (125gr); 01 sabonete (180gr); 01 creme dental (90gr); 01 água sanitária (1 litro).

Cabe informar que o benefício é concedido em forma de bens, para as famílias que se enquadram no critério de renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, mediante cadastro³⁶, com a apresentação dos documentos de todos os membros do grupo familiar³⁷ (Herval d'Oeste, 2017).

No período inicial da pandemia do Coronavírus, o atendimento às famílias foi priorizado por formas não presenciais, como o contato telefônico ou por mídias sociais da internet (WhatsApp, Messenger). A população repassava as informações para cadastro via telefone sem a necessidade de apresentação dos documentos, mas algum membro do núcleo familiar necessitava buscar a cesta básica nos equipamentos de assistência social (CRAS e/ou CREAS). Contudo, é necessário avaliar o quanto essa cesta básica é capaz de suprir as necessidades mais essenciais do sujeito, que é o direito ao alimento, e o quanto foi aporte para a superação da condição de pobreza.

Vale pontuar, nesse momento, que o governo federal não repassa recursos financeiros para a gestão dos benefícios eventuais, deixando a responsabilidade orçamentária exclusivamente a cargo dos estados e municípios. Em 2022, o estado de Santa Catarina repassou a quantia de aproximadamente 128 mil reais, em três parcelas. Os recursos foram previstos para os Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais. Isso significa que o valor repassado pelo fundo estadual para o fundo municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste não foi capaz de suprir nem com 20% da necessidade do município em questão, no que diz respeito à gestão do BE.

Vale esclarecer que a política de assistência social, em sua trajetória histórica, teve um cofinanciamento insuficiente diante de suas demandas. Infelizmente, não é possível fazer política pública sem recursos financeiros, o que impacta diretamente nos recursos humanos disponíveis, bem como nas metodologias de trabalho.

Essas consequências ficam ainda mais evidentes quando se agudiza aos já graves problemas decorrentes da profunda desigualdade social no Brasil. A pandemia nos desafia como sociedade, e enquanto categoria profissional, à reinvenção de comportamentos, devido à intensificação das graves (e o surgimento de novas) expressões da questão social que transformou a vida de milhões de famílias e pessoas. Entretanto, a insegurança e excessiva demanda nos faz e fez seguir pela correnteza, como o curso de um rio, sem ao menos questionar as práticas produzidas e reproduzidas num cotidiano de intenso sofrimento e incertezas.

³⁶ Qualquer profissional técnico de nível superior do SUAS (assistente social ou psicólogo) pode realizar a análise e a concessão do benefício eventual mediante parecer social (Herval d'Oeste, 2017).

³⁷ Os documentos necessários são: documento pessoal, comprovante de renda, comprovante de endereço.

Interessa refletir que a assistência social tem a especificidade de atender segmentos pauperizados (pobres, miseráveis, inaptos para produzir e desempregados) e que é uma política não contributiva. Todavia, cabe a indagação de Mota:

Eis porque as classes dominantes invocam a política de Assistência Social como solução para combater a pobreza e nela imprimem o selo do enfrentamento “moral” da desigualdade. Mas, até quando as classes dominantes e o seu Estado poderão tratar a pobreza como uma questão de assistência social? (Mota, 2010, p. 16)

Os deveres impostos aos profissionais trabalhadores de linha de frente são sufocantes e sequer dão conta da dimensão macro do problema.

3.3.1.1 Programa Bolsa Família (Auxílio Brasil)

O Programa Bolsa Família³⁸ foi instituído pela lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, sendo um marco no processo de unificação dos programas de transferência de renda, em implementação desde 1995. O Bolsa Família foi produto da fusão de três programas pré-existentes: o Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação.

A partir de 2011, foi criado o cadastro único dos programas sociais, mais conhecido como CadÚnico, um instrumento de coleta de dados e de informações com o intuito de identificar o perfil das famílias no Brasil, bem como reconhecer algumas das desigualdades que assolam nossa população.

Ademais, o cadastro único é capaz de apresentar o perfil e conhecer a realidade socioeconômica vivenciada pelas famílias inseridas na linha da pobreza e extrema pobreza, que são dados importantes para traçar estratégias aos mais vulneráveis na articulação e consolidação da rede de proteção social com as demais políticas públicas. A partir disso, é possível identificar as desigualdades sociais e possibilitar a percepção de que a questão social está “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas” (Iamamoto, 2001, p. 11).

É nessa “condição de pobreza, exclusão e subalternidade que se encontra grande parte dos brasileiros, em um sistema de grande desigualdade” (Yazbek, 2001, p. 34). Esses brasileiros ficam à mercê das políticas de proteção social e buscam, através dos programas de transferência de renda, um alento para garantir as condições mínimas de sobrevivência.

³⁸ Foi um programa criado para beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, integrando a estratégia Fome Zero, que tinha como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada e contribuir para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável. (Brasil, 2010)

Importa ressaltar que a seleção das famílias beneficiárias ao acesso às políticas de transferência monetária é feita automaticamente pelo sistema informatizado do CadÚnico, com periodicidade mensal. O recurso financeiro é transferido diretamente do governo federal para as pessoas em Conta Caixa Fácil, regulamentada pelo Banco Central do Brasil (BCB). Os valores dos benefícios variam conforme as características de cada família: renda per capita mensal familiar, número de crianças e adolescentes de até 17 anos que estejam inseridos na escola, gestantes e nutrizes.

Outra marca do programa é a preferência pela mulher ser a responsável familiar para receber o benefício, bem como administrá-lo. Com essa recomendação, quando houver casos de separação do casal, a mãe continuará recebendo o benefício sem ter prejuízos quanto ao recebimento e segurança de acesso à renda, para a garantia do que for necessário à família. Enfim, o acesso e a permanência do núcleo familiar dependem dos critérios estabelecidos como o determinado corte de renda e cumprimento das condicionalidades de educação e saúde (que são acompanhados por sistemas informatizados de controle e acompanhamento das famílias).

Todavia, interessa explicitar que nem todos que se enquadram nos critérios são imediatamente beneficiados. Isso ocorre porque existe um orçamento previsto para o programa e, se houver mais famílias necessitadas do que recursos disponíveis, é preciso aguardar até que algumas famílias superem a situação de vulnerabilidade social para que outras possam ser inseridas no repasse do recurso financeiro.

Até o findar de 2021, o critério de elegibilidade para o Programa Bolsa Família era uma renda per capita mensal de até R\$100,00 para famílias em situação de extrema pobreza, e renda per capita mensal de R\$200,00 para famílias em situação de pobreza. Com a lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, houve a substituição do Programa Bolsa Família para Programa Auxílio Brasil e se tornaram elegíveis famílias que se enquadrem nos seguintes critérios:

- I - em situação de pobreza, cuja renda familiar per capita mensal se situe entre R\$ 105,01 (cento e cinco reais e um centavo) e R\$ 210,00 (duzentos e dez reais);
- II - em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a R\$105,00 (cento e cinco reais). (BRASIL, 2021)

Após a troca da Presidência da República, em 2023, o programa de transferência de renda passa a vigorar novamente com o nome Bolsa Família, porém através da Medida Provisória 1.164/2023. Com a publicação da lei 14.601, de 19 de junho de 2023, o chamado novo Bolsa família passa a apresentar novos critérios e, para serem elegíveis ao programa, a renda per capita familiar pode ser igual ou inferior a R\$218,00. Antes, o valor máximo previsto era de R\$210,00. Conforme disposto no artigo 3º da lei são objetivos do PBF:

- I - combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;
- II - contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações;
- e
- III - promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza (BRASIL, 2023, p. 01).

O cadúnico é um sistema amplo e, de acordo com os dados de abril de 2023, possui 94.434.541 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e quarenta e uma) pessoas cadastradas, isto é, 46,50% da população brasileira³⁹.

De acordo com o quantitativo de inscritos nacionalmente, 53% do total de cadastrados vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, 22.051.015 (vinte e dois milhões, cinquenta e um mil, e quinze) brasileiros com renda per capita inferior a R\$109,00. Além disso, 9% (3.899.814) se autodeclararam com renda per capita de até R\$218,00, o que os coloca na linha da pobreza. Outros 19% (7.840.639) são considerados de baixa renda⁴⁰ (CECAD, 2023).

No município de Herval d'Oeste, há 1.525 famílias inscritas no cadastro único, das quais 270 (17%) têm renda de até R\$218,00. Essas famílias estão inseridas na linha da pobreza e contabilizam 752 pessoas vivendo nessa situação. Além disso, outras 626 (41%) famílias informaram que possuem renda per capita de até ½ salário mínimo.

O ministério da Cidadania, órgão gestor do atual e do antigo programa de transferência de renda, não direciona nem restringe a forma de utilização do benefício pago às pessoas. Isso quer dizer que as famílias possuem autonomia para gerir o benefício de acordo com as suas necessidades para aquele determinado momento.

³⁹ A população brasileira atual é de 203.062.512 (Censo 2022).

⁴⁰ Pessoas em situação de baixa renda são aquelas que vivem com renda de até ½ salário mínimo per capita.

4. OS IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nas seções anteriores, apreendemos as diferentes determinações da pobreza e das desigualdades sociais que nos fazem compreender a configuração conjuntural de acumulação capitalista sob esse modo de produção. Portanto, pelo ângulo atinente desses determinantes, o campo da política de assistência social torna-se, por vezes, contraditório e insuficiente, especialmente em momentos atípicos como foi a pandemia da COVID-19.

Desse modo, a partir das análises referenciadas anteriormente, este último capítulo tem por fundamento apresentar e problematizar os resultados da pesquisa. O objetivo deste estudo é o de investigar a relação da desigualdade e da pobreza, identificando os impactos sociais da pandemia da COVID-19 nas famílias atendidas pela política de assistência social do município de Herval d'Oeste, no que tange à falta de acesso à renda, como princípio básico para a reprodução social do sujeito e de sua família no capitalismo contemporâneo. Posteriormente, esta pesquisa é conduzida à análise das possibilidades que a política de assistência social têm de atuação perante a dinâmica social.

Iniciar-se-á com a apresentação dos procedimentos metodológicos adotados, na sequência, seguiremos com o perfil dos entrevistados, buscando identificar se as famílias advindas aos serviços de assistência social configuram um novo perfil de usuários. Ademais, serão expostos os impactos sociais da pandemia, a percepção dos usuários e dos técnicos da PAS, além de exibir os dados acerca do Programa Bolsa Família (Auxílio Brasil) para, por fim, refletir acerca do papel dessa política em tempos pandêmicos.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

Para realizar a coleta de dados, inicialmente foram contatados por telefone e/ou aplicativo de troca de mensagens usuários e técnicos da política de assistência social. Em seguida, foram realizados os agendamentos das entrevistas pela pesquisadora.

No que diz respeito ao procedimento da pesquisa propriamente dito, ao entrar em contato, a pesquisadora inicialmente se apresentou e esclareceu os objetivos da conversa, expondo a importância do estudo, sobretudo para as próprias famílias em questão e para a política de assistência social municipal.

O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista⁴¹, que foi realizada entre maio e junho de 2023. Tanto os trabalhadores quanto os usuários se mostraram bastante receptivos e disponíveis para participar, sem maiores dificuldades. Além disso, muitos se sentiram agradecidos por terem sido escolhidos para contribuir com o estudo.

A entrevista teve como base um roteiro com perguntas abertas e fechadas, sendo realizada em uma sala restrita onde só estavam a pesquisadora e o entrevistado. Antes da pessoa começar a responder às questões, o participante lia e aceitava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁴², que foi assinado em duas vias: uma ficou com ele e outra com a pesquisadora.

Após o entrevistado conhecer a finalidade da pesquisa, foi solicitado a cada um a permissão para realizar a gravação do áudio, o que foi acatado pelos entrevistados sem maiores dificuldades. As entrevistas ocorreram de forma bastante tranquila e até descontraída, e tiveram uma duração média de 25 minutos.

Em relação aos trabalhadores, foram entrevistados oito profissionais que atuaram na política de assistência social no período da pandemia. Todas as entrevistas ocorreram nos próprios espaços de trabalho: três no CRAS, três no CREAS e duas no Abrigo Institucional Anjos da Luz.

Os usuários foram selecionados através de uma lista em que constava todos os que buscaram atendimento para o benefício eventual. Foi utilizado como filtro de seleção pessoas que buscavam especificamente pelo benefício da cesta básica, uma modalidade de vulnerabilidade temporária, atendidas entre abril de 2020 a abril de 2022, sem registros de atendimentos em momentos anteriores. Desse montante, restaram 207 usuários elegíveis. Inicialmente, a pesquisadora buscou estabelecer contato telefônico com 71 números, de forma aleatória, contudo a grande maioria das ligações foram infrutíferas, porque os números já não correspondiam à pessoa. Quatro desses sujeitos informaram que não residiam mais em Herval d'Oeste/SC, e apenas treze pessoas se mostraram abertas a conversar e responder à entrevista.

Das entrevistas realizadas com os usuários, sete ocorreram no espaço do CRAS de Herval d'Oeste, e seis através de visita *in loco*, na residência do usuário. A definição quanto ao local da entrevista se deu no momento do contato telefônico, e prezou-se pela escolha do entrevistado em vir até o espaço público ou agendar em sua residência.

⁴¹ O roteiro de entrevista encontra-se no anexo 1.

⁴² O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tal qual aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade e utilizado no decorrer da pesquisa, encontra-se no anexo 2.

Entre técnicos e usuários foram realizadas 21 entrevistas. No início da abordagem, as pessoas escolheram um nome fictício para si, de forma que a identificação contida na análise é escolha dos próprios usuários/trabalhadores entrevistados. As informações gravadas foram transcritas para melhor análise das considerações descritas pelas pessoas e, após as transcrições, seguimos para a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas empregado para o exame dos dados qualitativos (Silva; Fossá, 2013), que tem como objetivo investigar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador, e permite, de maneira sistemática, descrever as mensagens e as atitudes associadas ao contexto da enunciação, assim como inferir sobre os dados coletados (Bardin, 1977; Cavalcante; Calixto e Pinheiro, 2014).

Ainda sobre esse tema, os autores afirmam que a análise de conteúdo é um método que divide o formalismo estatístico com a análise qualitativa, mesmo antes da realização de qualquer quantificação. Isso poderá explicar a escolha desse método devido a sua contribuição de interpretar por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que são estabelecidas, que vai além das falas propriamente ditas dos entrevistados (Cavalcante; Calixto e Pinheiro, 2014). Nesse sentido, ocorre que o objetivo da análise de conteúdo não é apenas se debruçar sobre os dados de forma quantitativa. Acima de tudo, objetiva-se alcançar uma interpretação mais profunda da significação contida em mensagens que estejam obscuras, subliminares ou com duplos sentidos, das quais só é possível construir a significação após uma cuidadosa observação (Rocha e Deusdará, 2005).

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser ao mesmo tempo uma análise de significados e uma análise de significantes. O pesquisador deve, portanto, buscar compreender o sentido da comunicação e, sobretudo, ter o olhar atento para outras possíveis significações que podem estar implícitas ou relacionadas à mensagem principal. Para o autor, esse método pode ser classificado em três fases: a pré-análise, a exploração do material e, por último, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é o momento de organização para sistematizar as ideias iniciais e de estabelecer os indicadores para realizar a interpretação das informações coletadas. Essa etapa de leitura geral do material selecionado ou das entrevistas transcritas é compreendida por quatro estágios: a) leitura flutuante, que é para ter contato com o texto, conhecê-lo obtendo conceitos; b) a escolha dos documentos, que é a definição da estrutura do estudo; c) construção de objetivos e hipóteses, que se dá a partir da leitura inicial dos dados; e d) a elaboração de indicadores, que diz respeito à interpretação do material coletado (Bardin, 1977).

A exploração do material se refere a administrar as decisões que foram tomadas na etapa anterior. Essa é uma fase longa, que contempla a construção do processo de codificação e leva em consideração os recortes que foram feitos no texto em unidades de registro. Ou seja, a codificação é essencial como sendo uma transformação pela qual passam os dados brutos do texto, que pode atingir a reorientação da expressão ou do conteúdo, sendo possível esclarecer ao analista a respeito das características do texto (Bardin, 1977).

A última fase descrita por Bardin (1977) consiste no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que se responsabiliza por atrair os conteúdos expressos que estão contidos no material coletado. A partir dessa etapa é possível obter resultados significativos, podendo propor perspectivas acerca dos objetivos propostos para o estudo ou outras descobertas que porventura não eram esperadas. A seguir, apresenta-se o tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados coletados nas entrevistas.

4.2 UM NOVO PERFIL DA POBREZA?

Nesse primeiro momento, começaremos com a apresentação dos dados relativos ao perfil dos usuários entrevistados. Diante das informações apresentadas, busca-se identificar se os sujeitos atendidos são parte de um novo perfil de famílias em situação de pobreza. Nesse momento introdutório, o objetivo é a aproximação com os entrevistados/usuários da política de assistência social de Herval d'Oeste/SC, de modo a conhecê-los um pouco melhor.

O levantamento dos dados apontou que todas as treze entrevistadas são do sexo feminino. Esses números não refletem uma escolha da pesquisadora por entrevistar apenas mulheres, visto que ocorreram tentativas de contato telefônico com usuários do sexo masculino, porém, esses se mostraram mais relutantes e não foi possível obter êxito na aceitação à participação. Como trabalhadora da política de assistência social, percebo, ao longo dessa trajetória profissional, que nossos atendimentos acontecem especialmente com pessoas do sexo feminino, visto que são elas que, nos momentos de dificuldade financeira, buscam por alternativas de sobrevivência. Esse aspecto não ocorre somente nos atendimentos vinculados aos benefícios eventuais, mas se aplica também aos acompanhamentos familiares. Isso não quer dizer que, enquanto política pública, não atendemos pessoas do gênero masculino, mas ressalta-se que nosso contato é majoritariamente com as mulheres.

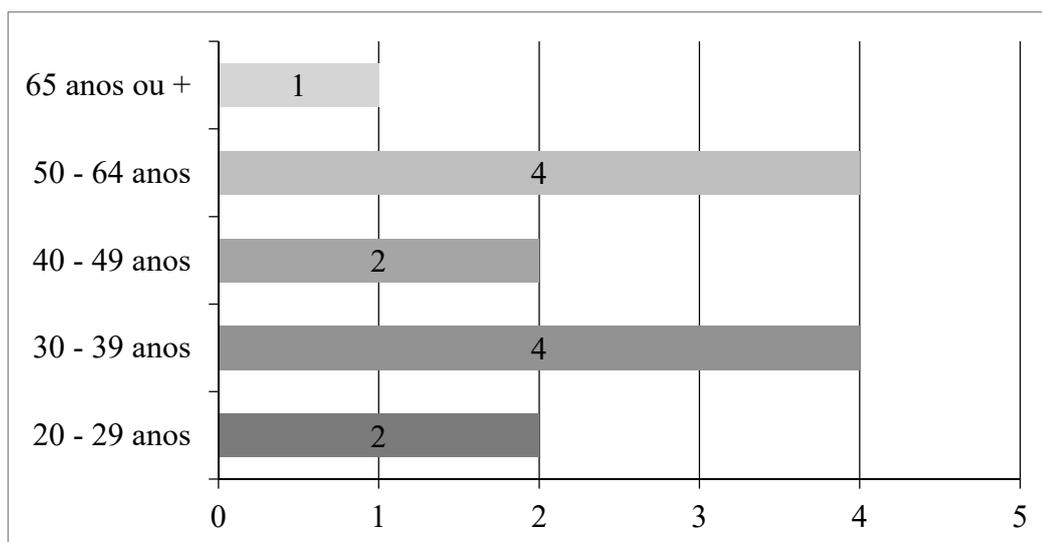
Em geral, nos núcleos familiares em que a figura masculina se faz presente, esse acaba por se inserir no mercado de trabalho formal e/ou informal como forma de garantir renda e subsistência à família. Dessa forma, a mulher geralmente fica responsável pelo cuidado da casa

e dos filhos, sendo, portanto, a que acaba buscando mais pelo apoio das políticas sociais. O relatório da OXFAM Brasil corrobora com esta discussão ao apontar que a pandemia aprofundou as desigualdades de gênero.

Durante a pandemia, as mulheres foram afastadas do mundo do trabalho de maneira desproporcional, principalmente porque os lockdowns e o distanciamento social afetaram as forças de trabalho altamente feminizadas nos setores de serviços, como turismo, hospitalidade e assistência. O aumento do trabalho não remunerado impediu que milhões de mulheres retornassem ao mercado de trabalho (OXFAM, 2022).

Com relação à faixa de idade das usuárias, as mais preponderantes foram mulheres de 30 a 39 anos, e 50 a 64 anos, com quatro cada faixa. Entre as mulheres de 20 a 29 anos e 40 a 49 anos foram duas pessoas cada, e em relação às usuárias com mais de 65 anos, apenas uma pessoa foi atendida, conforme é possível observar no gráfico abaixo.

Gráfico 8 - Faixa etária dos usuários da Política de Assistência Social

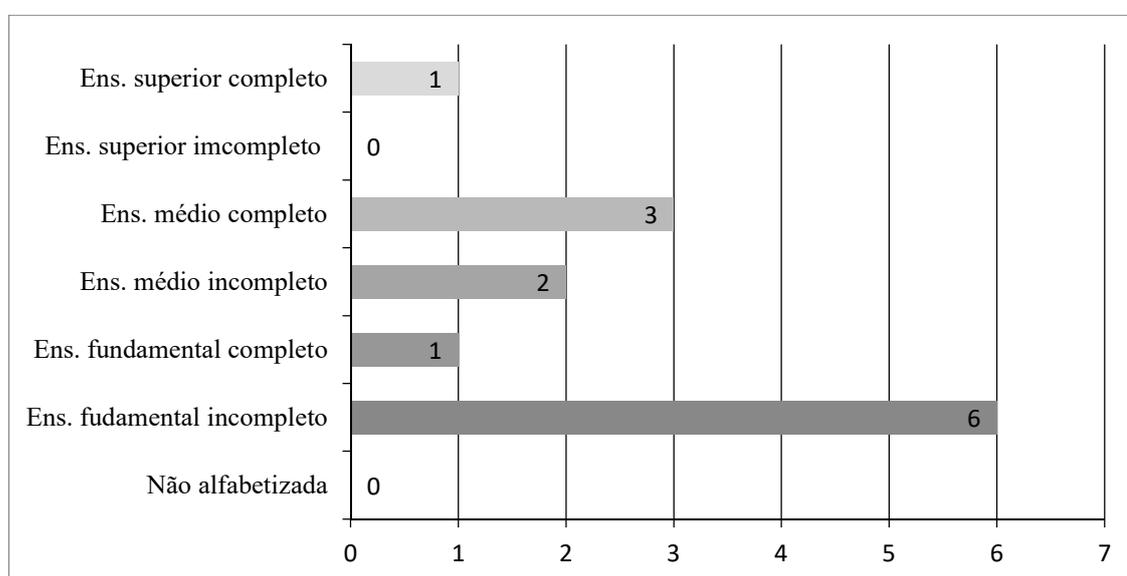


Fonte: Pesquisa empírica com os usuários da política de assistência social (2023); Elaboração Própria.

Quanto ao perfil auto-declaratório étnico-racial das usuárias, nove delas se declaram pardas e quatro brancas. Contudo, durante a entrevista foi perceptível que algumas delas tinham dificuldade de dar a resposta, me olhando e fazendo a pergunta, “de que cor eu sou?”. Para não influenciar, sempre retornei ao questionamento dizendo que ela deveria dizer de acordo com a sua identificação. Ao dar liberdade a essas mulheres, logo declaravam sua identificação étnico-racial.

Esse percentual expressivo de mulheres pardas é um dado que consubstancia com os elementos abordados pela ONU Mulheres⁴³ do aumento de mulheres negras e pardas que bateram à porta da assistência social, seja pela falta de segurança alimentar, renda imediata ou por outros fatores de risco dentro do próprio domicílio. Conforme dados da OXFAM (2022) “Em todo o mundo, a pandemia afetou mais fortemente os grupos racializados, que está diretamente ligado aos legados históricos da supremacia branca, incluindo a escravidão e o colonialismo”. A população negra, embora seja maioria no Brasil - 56%, de acordo com o IBGE -, é a que tem menores índices de acesso à educação. O gráfico a seguir apresenta a escolaridade dessas mulheres.

Gráfico 9 - Perfil da escolaridade dos usuários da Política de Assistência Social



Fonte: Pesquisa empírica com os usuários da política de assistência social (2023); Elaboração Própria.

Das entrevistadas, seis possuem o ensino fundamental incompleto, duas possuem o ensino médio incompleto, três completaram o ensino médio, enquanto que as categorias fundamental e superior completo corresponderam a uma pessoa cada. As categorias não-alfabetizada e ensino superior incompleto não apresentam nenhum dado.

Pode-se perceber que com o baixo grau de escolaridade as pessoas tornam-se ainda mais suscetíveis às intercorrências relacionadas ao mercado de trabalho, particularmente as mulheres, que acabam perdendo espaço no mercado de trabalho formal. Além disso, o acesso

⁴³ www.onumulheres.org.br.

ao trabalho formal apresenta barreiras em países periféricos, alargando-se consubstancialmente em adversidades como a pandemia.

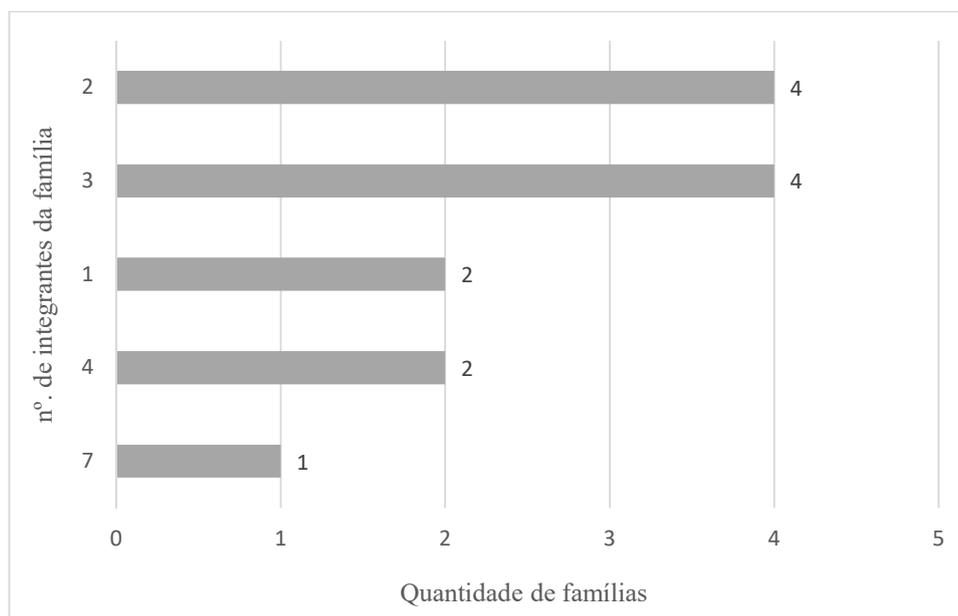
Desse modo, os trabalhadores de menor escolaridade são afetados duplamente, primeiramente em razão do tipo de ocupação, visto que é mais difícil a conversão em trabalho remoto. Além disso, é significativo que, com uma parcela maior da população em casa, haja uma redução da demanda pelos serviços que são prestados por trabalhadores de menor escolaridade. Trabalhadores de escolaridade mais baixa tendem a estar inseridos em atividades como bares/restaurantes, hospedagem em geral, construção civil, serviços de limpeza, setores que foram mais fortemente atingidos com a pandemia.

Como é uma mão-de-obra fácil de encontrar no mercado de trabalho, os trabalhadores de menor escolaridade são em geral os primeiros a serem demitidos. Quanto menor a qualificação, em geral, mais baixos os salários e, conseqüentemente, maior o impacto com a pandemia. Sabe-se que, por si só, níveis elevados de escolaridade não são suficientes para a inserção no mercado de trabalho, assim como a venda da força de trabalho não basta para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. Entretanto, esses elementos têm correlação direta no acesso à renda.

A condição de pobreza que afeta essas famílias está relacionada à baixa escolarização, que limita as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal. Esse mercado, por sua vez, exige um alto nível de qualificação profissional, que não é alcançado por essa população, impedindo-a de obter maiores rendimentos. Silva (2016) aponta que esse é um cenário de alta exclusão social, que dificulta a superação da pobreza.

Analisar-se-á, neste momento, outro fator relevante que está relacionado à composição familiar das usuárias entrevistadas. Importa referenciar que na dinâmica das classes empobrecidas a tendência é de viverem várias pessoas sob o mesmo teto (Yazbek, 2009). Apesar disso, é possível verificar que a maioria das famílias entrevistadas são de núcleos familiares pouco numerosos. O gráfico 12 mostra que o maior percentual (05 famílias) corresponde aos grupos familiares compostos por 3 pessoas, geralmente o casal e um dependente. Em seguida, aparecem os núcleos com 4 integrantes (03 famílias), com 2 pessoas (02 famílias) e, por fim, os núcleos familiares compostos por 1, 5 e 6 pessoas, cada um representando uma família.

Gráfico 10 - Número de pessoas que fazem parte da composição familiar



Fonte: Pesquisa empírica com os usuários da política de assistência social (2023); Elaboração Própria.

Ao perguntarmos sobre a mudança na composição familiar, sete das entrevistadas responderam que houve alterações do começo da pandemia para os dias atuais, e seis disseram que não houve qualquer alteração. Nos núcleos familiares em que ocorreu a mudança, cinco responderam que sua composição familiar aumentou nos dias de hoje e duas relataram que diminuiu.

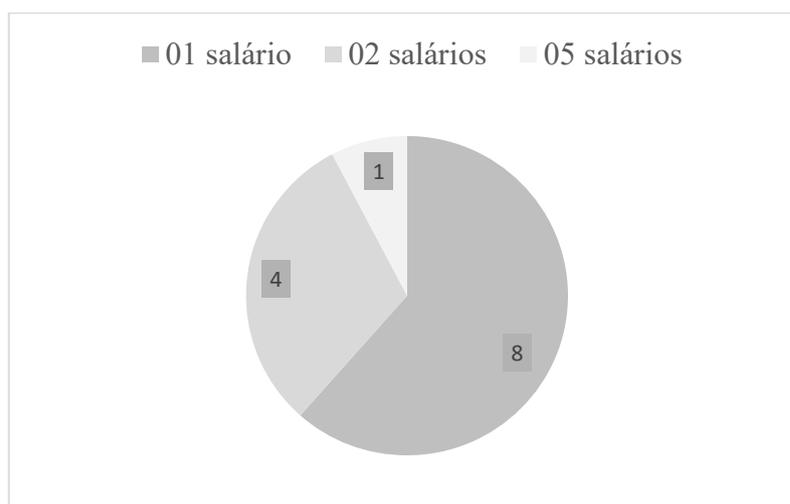
Isto reflete, de certo modo, as dificuldades financeiras apresentadas pelas famílias para custear as despesas básicas, como o aluguel, um custo alto que compromete um percentual significativo da renda. Desse modo, algumas pessoas acabam necessitando residir com os pais ou parentes a fim de dividir o aluguel e reduzir as demais despesas.

Essa situação pode ser ilustrada a partir do depoimento de Débora: “a opção de vir morar aqui no porão da mãe foi diminuir o aluguel” (Débora, usuária). Adelina, outra entrevistada, expõe igualmente a dificuldade dos dois filhos, “ah, um deles morava sozinho, e voltou aqui pra casa, já o outro se separou da esposa [...] com a pandemia não deu mais certo” (Adelina, usuária).

Julia, uma usuária entrevistada, argumenta sobre a sua realidade. Segundo ela, o isolamento do marido em meio à pandemia provocou dificuldades de sustento e da garantia de condições necessárias aos filhos, “por isso a gente está morando junto com a mãe” (Julia, usuária), no intuito de contar com o apoio dos familiares, bem como diminuir os gastos mensais.

Além disso, foi observado que o perfil predominante das famílias entrevistadas é de proveniência de famílias que possuem uma renda familiar considerada insuficiente para garantir as necessidades básicas, no gráfico a seguir é possível identificarmos o rendimento destas pessoas.

Gráfico 11- Renda familiar dos usuários da Política de Assistência Social



Fonte: Pesquisa empírica com os usuários da política de assistência social (2023); Elaboração Própria.

Verifica-se na pesquisa que o maior quantitativo dentre as entrevistadas são as que possuem renda familiar de até um salário mínimo, 08 famílias, seguidos dos núcleos com até dois salários, 04, e por último uma família com 05 salários mínimos. Nota-se, que a carência de recursos financeiros expressa a incapacidade de os sujeitos garantirem a sua sobrevivência e a de sua família.

Um contraponto está no fato de “milhões de pessoas ao redor do mundo enfrentarem uma crise no custo de vida devido aos efeitos contínuos da pandemia e ao rápido aumento dos preços dos bens essenciais”, enquanto “a riqueza dos bilionários teve alta recorde”. A “desigualdade, já extrema antes da COVID-19, atingiu novos patamares” (OXFAM, 2022, p. 01), disparado pelo mundo todo. Para Antunes (2022), a intensificação das desigualdades, o empobrecimento das classes e a devastação ambiental formaram o “solo fértil para a eclosão de uma pandemia que já era previsível” (Antunes, 2022, p. 45).

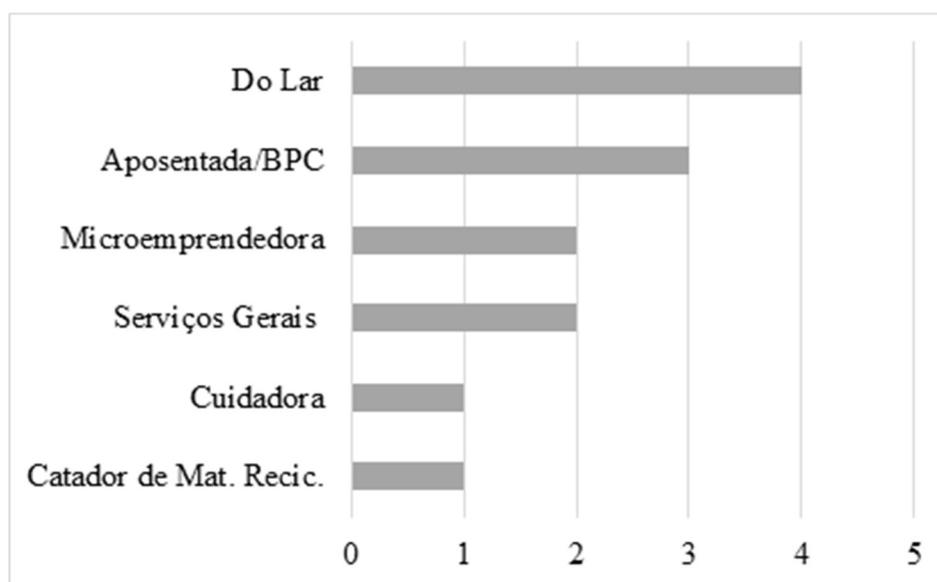
No início da pandemia, nove das entrevistadas não estavam trabalhando, e quatro laboravam na informalidade⁴⁴. No entanto, mesmo com níveis de formação mais elevados, as

⁴⁴ Cientifica-se que das entrevistadas inseridas no mercado de trabalho informal no início da pandemia, 50% possuíam renda de até 01 salário mínimo e os outros 50% relatam que tinham renda de até 02 ½ salários mínimos.

mulheres apresentam maiores dificuldades para arrumar emprego, ou lhes são oferecidos salários menores que os homens em diversas áreas.

De acordo com os dados relativos aos dias atuais, quatro usuárias entrevistadas são do lar, e outras três mulheres são beneficiárias de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e/ou aposentadoria. Identifica-se que hoje elas representam mais da metade das entrevistadas (as donas de casa), representado no gráfico 12.

Gráfico 12 - Perfil profissional dos usuários da Política de Assistência Social



Fonte: Pesquisa empírica com os usuários da política de assistência social (2023); Elaboração Própria.

As mulheres entrevistadas são responsáveis em tempo integral por manter a casa e cuidar dos filhos. Nesse contexto, cabe mencionar o levantamento de Federici (2019), que aborda o trabalho relativo à manutenção da vida, isto é, o trabalho de prover as condições materiais e afetivas para a sobrevivência e o bem-estar de si e dos outros, como preparar as refeições, levar à escola e/ou ajudar nos cuidados das pessoas idosas. É um trabalho essencial que nossa economia tende a não reconhecer nem remunerar, ou seja, a invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres. Em tempos de pandemia, essa invisibilidade foi ainda mais perceptível, pois foram as mulheres que precisaram estar em casa, assumindo o cuidado com seus pares. Diante disso, pode-se afirmar que a pandemia agravou a sobrecarga do trabalho doméstico exercido pelas mulheres, confirmando uma tendência já esperada.

Observa-se, ainda com base no gráfico 12, que seis entrevistadas (microempresenedora, serviços gerais, catadora, cuidadora) estão atualmente inseridas no mercado de trabalho informal. Outro apontamento necessário é que trabalhadores informais, desempregados e

famílias pobres em geral estão particularmente mais expostos às dificuldades frente à pandemia. O trabalho informal intensifica as formas de exploração, dominação e precarização do trabalho. Apesar disso, para as pessoas que dependem do seu trabalho para sobreviver, a submissão a essas atividades laborativas é essencial para garantir sua reprodução material e social.

Em seu estudo, Souza (2009) enfatiza a forma como a chamada “ralé brasileira” é explorada por outras classes dominantes, que se beneficiam e consomem os serviços prestados por esse segmento social geralmente por uma péssima remuneração. Contudo, as pessoas da “ralé” precisam dessa exploração para ter condições de subsistência, pois a prioridade é satisfazer as necessidades primárias de sobrevivência, essencialmente a alimentação, o que se tornou mais difícil na pandemia para as famílias que buscaram atendimento da política de assistência social. Para Antunes:

O cenário social do país, antes da pandemia, já contabilizava uma massa imensa de trabalhadores informais, terceirizados, precarizados, flexíveis e intermitentes que, no caso dos uberizados em particular, não tinham alternativa senão trabalhar oito, dez, doze e até catorze horas por dia. Se não o fizessem, não teriam o sustento, pois compreendem uma categoria completamente à margem dos direitos dos trabalhadores. Com a eclosão da nova pandemia do capital, o que aconteceu? (Antunes, 2022, p. 42)

Ao analisarmos os históricos e constantes processos de ajustes estruturais impostos às economias periféricas, principalmente no regime da acumulação flexível e financeirizado, podemos observar que eles são propulsores de mudanças no mundo do trabalho. Dentre essas mudanças, o trabalho informal é colocado como uma tendência da contemporaneidade pelas organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴⁵, que declaram que os problemas sociais decorrentes do desemprego são “efeitos colaterais indesejáveis”.

Portanto, cabe destacar que o perfil das famílias entrevistadas tem como responsável familiar a mulher, predominantemente parda, que se encontra em idade reprodutiva de 20 a 49 anos, preponderantemente em famílias de 3 integrantes, que não trabalham e/ou se encontram desempregadas e com renda familiar de 01 salário mínimo. Quanto à escolaridade, em sua maioria possuem ensino fundamental incompleto e ensino médio completo.

Na subseção a seguir, analisaremos, a partir das falas das entrevistadas, os impactos sociais da pandemia para os usuários da política de assistência social.

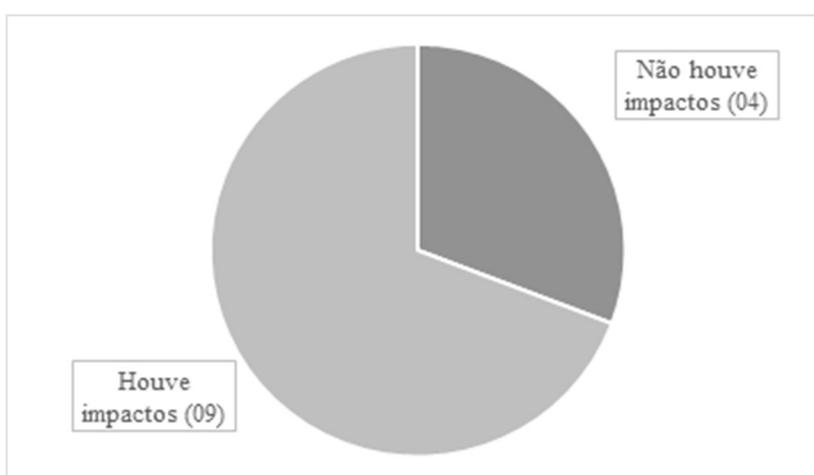
⁴⁵ “O Banco Mundial e o FMI têm recomendado a expansão do setor informal como uma contratendência ao desemprego, que se coloca entre as ações complementares às políticas de proteção social para os extremamente pobres” (*apud* Tavares, 2002)

4.3 OS IMPACTOS SOCIAIS: A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS

No contexto brasileiro, a omissão na gestão da crise sanitária ampliou exponencialmente o número de mortes. Felizmente, em relação às usuárias dos equipamentos de assistência social, as entrevistadas relataram que não houve perda de nenhum familiar por conta da COVID-19.

Além das consequências fatais, outras preocupações emergem no contexto pandêmico: os efeitos físicos e psicológicos que se manifestam e, por vezes, persistem. A entrevista revelou que nove participantes relataram impactos da pandemia em sua saúde, enquanto quatro não os perceberam conforme ilustrado no próximo gráfico.

Gráfico 13- Impactos da pandemia na saúde das famílias atendidas



Fonte: Pesquisa empírica com os usuários da política de assistência social (2023); Elaboração Própria.

A partir dos dados apresentados, observa-se que quatro usuárias atribuíram os impactos da pandemia às sequelas físicas e emocionais decorrentes da doença ou da vacinação. Outras três usuárias relatam interferências em suas vidas porque algum familiar teve a COVID-19 de forma grave, e os dois restantes mencionam o sofrimento psicológico pelo fato do isolamento social e a insegurança.

Agata aponta seus problemas psicológicos decorrentes da COVID-19 e sua dificuldade de retornar ao mercado de trabalho: “teve essa minha depressão, que complicou bastante. As faxinas foi caindo, a dificuldade veio batendo [...] E por causa da depressão também, quem vai pegar uma pessoa com problema” (Agata, usuária). Outra usuária também relata prejuízos psicológicos:

[...] na verdade assim é mais a questão psicológica que eu achei que afetou bastante, foi uma coisa que causou um impacto muito grande, uma preocupação porque a gente

não sabia a proporção que podia tomar? Então até a questão da vacina todo mundo preocupado, nervoso (Juliana, usuária).

Embora os problemas trazidos pelo período pandêmico reflitam de forma expressiva em toda a sociedade, as frações empobrecidas foram as mais afetadas. A pobreza foi um determinante entre doença e letalidade, assim como as formas de prevenção, transmissão, o acesso a insumos e os desfechos dos casos foram díspares, de acordo com a classe social. Isso pode ser facilmente observado, pois “ter mais dinheiro no bolso não só lhe dá acesso à assistência médica, mas também uma vida mais longa e saudável” (OXFAM, 2022, p. 05), além de garantir a segurança alimentar e todos os outros itens necessários para a sobrevivência. Desse modo, ressalta-se que essa desigualdade entre ricos e pobres é percebida no acesso a todos os direitos sociais.

E essa desigualdade mata, pois contribui para que, no mínimo, uma pessoa a cada quatro segundos perca a vida, e somente os mais ricos estão imunes. Ou melhor, mais do que imunes, pois os bilionários se beneficiaram objetivamente dessas múltiplas crises. Sua riqueza aumentou, em grande parte, devido às altíssimas somas de dinheiro injetadas pelos governos na economia global, elevando os preços dos ativos e, com eles, as fortunas bilionárias (OXFAM, 2022, p. 02).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), epidemias dessa natureza, como a da COVID-19, são capazes de introduzir variados fatores de estresse à coletividade, reconhecidos pelos medos quanto aos “riscos de infecção; a diminuição da renda; o confinamento; as informações imprecisas ou conflituosas e a ausência de medidas de saída da crise” (IPEA, 2020, p. 7).

No conjunto dos relatos, tem-se a percepção de que as pessoas reagem de maneira diferente a situações estressantes, a depender da sua história de vida, suas características particulares e do território em que vivem. O aumento dos sintomas psíquicos durante a pandemia ocorreu por diversas causas, dentre elas as experiências traumáticas associadas à COVID-19, o estresse pela mudança na rotina de trabalho, escola e das relações afetivas.

A mudança na rotina escolar afetou crianças e seus responsáveis, pois com o fechamento das instituições de ensino foi introduzida a modalidade de ensino remoto, de forma a tentar manter as aulas mesmo com todas as dificuldades. Entretanto, esse tipo de ensino pode ter provocado efeitos negativos, como a defasagem significativa no ensino e aprendizagem dos estudantes. Além disso, o ensino remoto não foi capaz de suprir a função de socialização dos indivíduos, o que é central para o bom desenvolvimento pessoal e escolar dos alunos.

Nas entrevistas, as usuárias foram questionadas se a pandemia produziu algum impacto na educação dos filhos. Entre as entrevistadas, seis disseram não ter notado nenhum impacto,

referenciando o fato de terem concluído os estudos (04) ou não possuírem filhos (02). As outras sete usuárias responderam que houve impactos na educação dos filhos, e avaliam a situação da seguinte forma: “eles aprenderam muito menos” (Mari, usuária); “ela parou de estudar, eles ficaram meio afastados da escola, por isso que ela tá reprovando na escola [...] Perdeu bastante, e atrasou bastante” (Letícia, usuária). O fato da filha de Letícia estar reprovando na escola após a pandemia é uma realidade comum a outras famílias brasileiras, pois a dificuldade no aprendizado leva também à evasão escolar, outro agravante da pandemia.

Outro ponto a destacar é a dificuldade de muitos pais, por vezes com a baixa escolarização, conseguir auxiliar os filhos nos estudos, além da invisibilidade do trabalho doméstico durante a pandemia, que incluiu a responsabilidade do auxílio em atividades educacionais, que se intensificou em relação a momentos anteriores. Outro aspecto a considerar é a impossibilidade do ensino remoto para parte significativa dos estudantes da rede pública, visto que muitos não possuem acesso aos recursos tecnológicos necessários, bem como acesso à internet de boa qualidade.

Durante a conversa, as usuárias foram questionadas se houve algum outro aspecto negativo (ou mesmo positivo) em suas vidas que a pandemia pode ter sido responsável. Elas se expressaram da seguinte maneira: sete mencionam que houve outros aspectos que a pandemia foi responsável, contudo reforçam as questões apresentadas como a questão da saúde mental, falta de trabalho, insuficiência de renda e isolamento social. Com relação a isso, Letícia esclarece: “a gente já mora no interior, então nós ficamos mais isolados do que todos. Pra nós ficou bem complicado por esse modo” (Letícia, usuária). Deslocamentos longos dificultaram o acesso das comunidades aos serviços de assistência social, saúde e, naquele momento de numerosos atendimentos e incertezas, nem se cogitou a hipótese de descentralização das atividades. Isso porque nos territórios mais afastados ainda há pouca infraestrutura, o que prejudica a comunicação e uso de tecnologias.

Como aspecto positivo, as entrevistadas mencionaram “a importância de estar em família, a convivência familiar” (Nanda, usuária). Com a impossibilidade de sair de casa e realizar atividades ao ar livre, as pessoas buscaram alternativas para passar o tempo em busca de uma relação familiar tranquila e harmoniosa. Essas trocas de experiências entre as pessoas que residem sob o mesmo teto foram muito positivas no sentido de fortalecer os vínculos familiares, assim como podem ter sido danosas, propiciando um ambiente familiar violento, chegando até a ruptura dos vínculos afetivos. Outras seis entrevistadas não citam nenhum outro acontecimento que a pandemia possa ter sido responsável de alguma forma.

Quando questionadas sobre quais foram os impactos da pandemia na renda familiar, Caroline argumenta que: “foi complicado porque como ele trabalha assim por conta, as pessoas não queriam. Por causa do vírus, essas coisas” (Caroline, usuária).

A nossa renda, ela dependia do algodão doce, como teria contato físico com as pessoas, a gente não poderia estar vendendo. Como estava num momento assim, de contaminação alta, não tinha como a gente vender. Todo mundo tinha que ficar em casa. Não tinha evento, não tinha nada (Juliana, usuária).

Outra usuária expõe suas dificuldades financeiras, dizendo que estava “todo mundo sem trabalho, o aumento da alimentação, do gás, sem dinheiro para pagar o aluguel” (Fia, usuária). Os relatos das famílias foram unânimes em elencar a elevação do custo de itens básicos à sobrevivência. Como um dos grandes obstáculos da pandemia, a população que já vivia com precária condição de sobrevivência foi diretamente impactada, encontrando maiores e mais dificuldades para o acesso à subsistência, somadas ao enfrentamento das intercorrências geradas pela pandemia e pela ausência de políticas públicas universais de largo impacto.

Em 2021, os alimentos registraram um aumento de 33,6% e, em março de 2022, atingiram o valor mais elevado dos gêneros alimentícios registrado pelas Nações Unidas, desde 1990. Esse impacto na subida dos preços foi agravada ainda pela guerra na Ucrânia (OXFAM, 2022, p. 06). Além disso, conforme a OXFAM (2022, p. 07) “[...] habitantes de países de baixa renda gastam mais do que o dobro do que ganham com alimentos do que moradores de países ricos [...] a população de renda mais baixa gasta proporcionalmente mais do seu salário com alimentos”.

Pode-se notar no depoimento dessas mulheres o sofrimento causado pela ausência de renda e o quanto a COVID-19 afetou suas vidas e de suas famílias. O rendimento do núcleo familiar de Mari “diminuiu cem por cento, porque nada tinha para receber. Meu trabalho parou por completo [...] Eu me vi sem patrão. Só que tinha a questão do aluguel, luz e água” (Mari, usuária). Em suma, o desemprego foi o principal responsável pela queda do poder de compra das famílias brasileiras. A maioria dos ocupados passou a temer o desemprego e, por precaução, reprimiu a sua demanda por bens e serviços. O efeito do desemprego foi um grande propulsor da queda de renda e do aumento da desigualdade.

Na narrativa de Mari é possível identificar as inseguranças que se materializam em dificuldades para pagar as contas básicas. Por sua vez, Lorena (trabalhadora da política de assistência social) aponta que houve um gasto maior por parte das famílias em razão das crianças/adolescentes estarem em tempo integral em casa. Ainda, é possível correlacionar essa

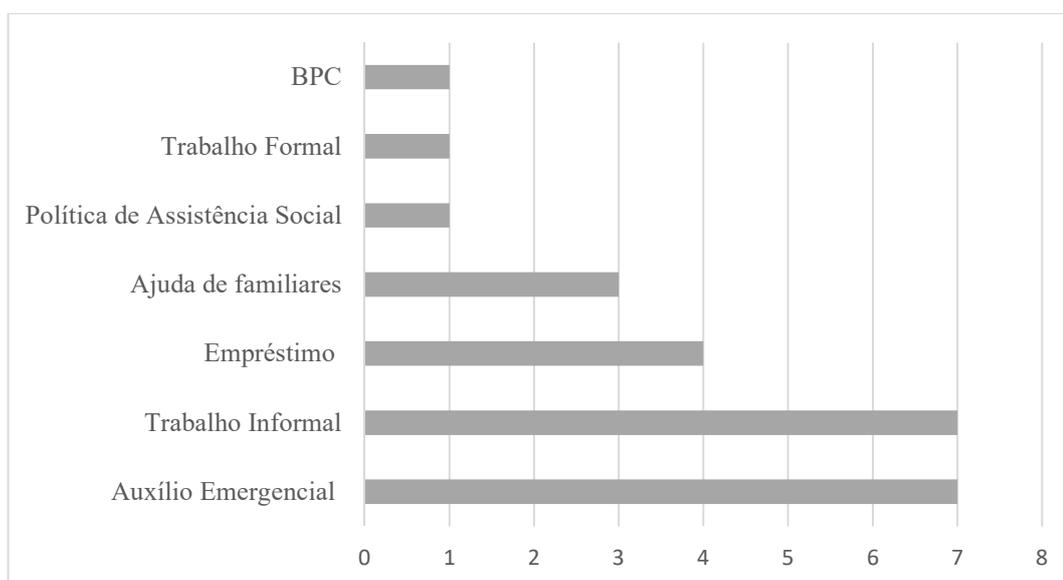
fala com o fato de que muitos trabalhadores acabam realizando alguma das suas refeições no espaço de trabalho e, com a escassez de postos de trabalho e/ou pelo próprio período de isolamento social, esses indivíduos permaneceram em casa, o que impacta expressivamente no aumento dos gastos essenciais para a sobrevivência.

[...] as mulheres, além da sobrecarga do trabalho, teriam a sobrecarga da casa. Com a pandemia, o fechamento das escolas, as mulheres tiveram que abandonar o trabalho, ele formal ou informal, para estar assumindo então os cuidados com as crianças. Com isso dobra a questão da comida, porque daí as crianças estão em casa, tem que fazer todas as refeições, querendo ou não na escola tem a alimentação (Lorena, Trabalhadora).

Essa fala de Lorena reflete o exposto por Antunes (2022) em seus escritos, quando fala das crianças/adolescentes que, ao não frequentarem as escolas, não tinham como se alimentar. Observou-se a partir das análises de Souza (2009) que a situação da falta de recursos financeiros básicos em relação aos capitais requer melhores condições nas relações individuais tanto no ambiente interno quanto no externo, ou seja, no capital social. Portanto, a pobreza representa ausência relativa de bens tangíveis e intangíveis, e ela é influenciada pelas características dos campos sociais e pela diferenciação nas oportunidades, cujos acessos são influenciados pelas relações sociais como fatores de integração na sociedade. O campo social da pobreza evidencia aspectos decorrentes da ausência e falta de acesso aos capitais econômico, cultural, social e simbólico abordados nesta pesquisa (Bourdieu, 1989).

Dessa maneira, tendo em vista a necessidade de dar continuidade a nossa investigação com base na questão de pesquisa e trazer à tona elementos relativos ao empobrecimento das famílias, o gráfico 14 expressa a situação dos usuários quanto às formas de acesso à renda durante o período da pandemia.

Gráfico 14 - Formas de acesso à renda encontradas pelas famílias durante a pandemia



Fonte: Pesquisa empírica com os usuários da política de assistência social (2023); Elaboração Própria.

A partir da pesquisa, pôde-se notar que as formas de acesso à renda mais frequentes entre os participantes foram o Auxílio Emergencial e o trabalho informal, ambos com sete ocorrências. Em seguida, destacam-se os empréstimos contratados por quatro pessoas, bem como o apoio financeiro de familiares, mencionado por três. Por fim, apenas uma pessoa relatou o trabalho formal como fonte de renda, o BPC ou a política de assistência social.

Com relação aos técnicos, todos apontaram o Auxílio Emergencial como o principal mecanismo de acesso à renda, seguido ainda pelo suporte de familiares/terceiros, mencionado por três pessoas, e empréstimos ou trabalho informal, cada um citado por apenas um técnico.

Cabe ressaltar que, durante a pandemia, os sujeitos não obtiveram muitas possibilidades diante das adversidades. As pessoas que vivem em situação de pobreza normalmente enfrentam um cenário de escassez e restrição de escolhas, frequentemente impostas por fatores externos. Quando dispõem de alguma margem de decisão, o que lhes cabe é optar pela alternativa menos prejudicial ou nociva.

Nesse sentido, Agata relata que pôde contar com o apoio dos familiares: “a gente se uniu bastante. A gente se uniu um pouquinho daqui, um pouquinho dali” (Agata, usuária). Juliana trabalha com a venda de algodão doce em eventos e teve a necessidade de fazer empréstimo porque precisou “repor material [...] quando começou a ser liberado para gente trabalhar, a gente não tinha dinheiro para comprar palito, plástico, açúcar” (Juliana, usuária). Como ficaram por um longo período sem trabalhar, não possuíam recursos financeiros para reiniciar seus trabalhos. Mari expõe que “até hoje eu estou pagando juros daquele dinheiro que

eu peguei no banco”, teve que fazer empréstimos, “e vender o carro [...] pra nós poder sobreviver” (Mari, usuária).

A partir da entrevista realizada com as usuárias, buscou-se compreender o motivo pelo qual as famílias buscaram o atendimento da política de assistência social, visto que foi a primeira solicitação por BE na pandemia. Os motivos elencados foram os seguintes: falta de renda (09), inexistência de postos de trabalho (06), insuficiência de alimentos (05), gestação (01), gastos com saúde (01) e cessação do benefício previdenciário (01). As narrativas foram as seguintes: “eu estava passando por dificuldade em casa já. Não tinha mais como comprar alimentos [...] não tinha de onde tirar” (Mari, usuária); para a usuária Caroline, “na verdade foi ali que ficou mais complicado para ele arrumar trabalho. Aí eu também ficava em casa, estava a procura de serviço, mas como veio a pandemia ficou pior. Então ali a gente se apurou mais”.

Juliana (usuária) apontou a gravidez como um fator a mais “Falta ali da renda, daí a gente para se manter estava ficando difícil. E eu grávida, não tinha como ajudar mesmo [...] Eu sentia muito assim o fato de a gente não estar trabalhando [...] não está tendo ganho, não está podendo nem se sustentar, sobrevivendo, se mantendo pra sobreviver”. Para Nanda (usuária), o maior problema foi “A questão mesmo do aumento dos alimentos, e daí como dependo de pagar aluguel, né, a gente acabou se apertando nisso”.

Esses relatos comprovam que a situação de vulnerabilidade que as famílias já viviam se intensificou com o contexto da pandemia. O aumento do desemprego e o elevado custo de vida agravaram a privação das famílias, aumentando as vulnerabilidades apresentadas desses grupos. Antunes reforça que os mais impactados com a pandemia foram “precisamente a população mais pobre, que trabalha na informalidade e suporta os mais altos níveis de desemprego (Antunes, 2022, p. 09)”. Segundo relatório da OXFAM:

Antes da pandemia, a desigualdade entre países ricos e países de baixa renda vinha caindo há três décadas. A COVID-19 reverteu essa tendência. Os países de baixa e média renda agora enfrentam uma década perdida, enquanto as nações ricas, mais uma vez, avançam (OXFAM, 2022, p. 06).

A política de assistência social executa ações de proteção social de natureza singular, visto que busca afiançar um conjunto de seguranças que abrangem tanto benefícios quanto ações e serviços. Na circunstância da pandemia, a garantia da renda teve papel preponderante no enfrentamento das situações de insuficiência ou nulo acesso a recursos às quais inúmeros cidadãos foram submetidos.

Nessa direção, a PNAS (Brasil, 2004) traz no bojo da proteção social a garantia da segurança de renda, operacionalizada por meio da concessão de auxílios financeiros com

condicionantes e da concessão de benefícios continuados para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, desde que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

Com relação à suficiência do atendimento dado às famílias pela política de assistência social, nove usuárias, ao serem indagadas, responderam que não foi suficiente enquanto quatro relataram que foi suficiente. Contudo, ao serem questionadas acerca da necessidade de comprar mais alimentos para além do que consta na cesta básica, todas as usuárias que disseram ser suficiente sinalizam positivamente, dizendo que precisariam adquirir mais produtos alimentícios. Evidencia-se a insuficiência do BE nas colocações das usuárias “se não tivesse o auxílio da família não, porque a cesta é bem mínima. Se fosse para sobreviver o mês com aquilo não seria o suficiente” (Débora, usuária).

Outra usuária relatou que se trata de: “uma ajuda, mas necessariamente ela acaba, não se tornando às vezes suficiente para a família” (Caroline, usuária). No mesmo sentido, a entrevistada Nanda argumentou que: “Ajudou no momento, mas depois com a pandemia a gente precisou novamente” (Nanda, usuária). Os relatos mostram que os usuários entendem o trabalho desenvolvido pela rede socioassistencial como ajuda, um favor que estão recebendo, mas não o percebem como direito social. Essa ideia está incorporada por praticamente todos os usuários das políticas públicas, não especificamente a política de assistência social.

A gratuidade da prestação de serviços socioassistenciais é frequentemente interpretada como uma forma de ajuda. Esse entendimento revela que o novo desenho da política ainda não foi capaz de romper com o legado da ajuda, da benemerência e da caridade, marcas do passado histórico.

Perante os relatos, não se buscava apenas informações, mas os significados produzidos por elas mesmas. Cabe aqui concluir que as narrativas são carregadas de vida, que desvelam a pluralidade de memórias e histórias dessas famílias em tempos de pandemia, de dias laboriosos, que impactaram em inúmeros sentidos a vida dessas pessoas. Ademais, “É imperioso destacar que as consequências da pandemia foram e ainda são abissalmente desiguais e diferenciadas, quando se tem acento de classe” (Antunes, 2022, p. 09)

Isso posto, cabe afirmar que o tempo pandêmico foi mais difícil aos entrevistados que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social, e que as consequências desse período acentuaram-se na saúde, educação, trabalho/renda, ainda mais nos espaços territoriais marcados pelas desigualdades sociais e pobreza. A COVID-19 desvela e explicita ainda mais esse padrão, com a demarcação de classe, raça, gênero e outros operadores de precariedade de vidas

humanas. O curso da pandemia no Brasil recolocou em evidência a tamanha desigualdade social e o pauperismo que terrifica a sociedade brasileira e que se amplificou exponencialmente.

Os desafios postos pela pandemia não foram apenas sanitários, mas socioeconômicos, políticos, culturais, éticos, científicos, e foram agravados pelas desigualdades estruturais e iniquidades vistas no país.

Considerando as respostas dadas pela política de assistência, a próxima seção busca realizar uma análise dos dois lados da moeda, ou seja, usuários e técnicos da política.

4.4 (DES) PROTEÇÃO SOCIAL E O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

No contexto do enfrentamento da crise sanitária da COVID-19, a política de assistência social é requisitada a oferecer respostas para minorar a condição de vulnerabilidade dos sujeitos. De fato, o campo específico da proteção social precisa afiançar a “segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (Brasil, 2004, p. 31). Contudo, frente ao caos instalado com a pandemia, conseguir assegurar de forma integral às famílias essa proteção foi um desafio para as redes de proteção social.

Com o decreto nacional nº. 10.282/2020, que delimitou as atividades essenciais a serem mantidas diante do isolamento social, foi ratificada a natureza essencial da assistência social ao incluí-la dentre os serviços públicos considerados indispensáveis ao atendimento das necessidades da população. A principal porta de entrada dessas famílias para o acesso à rede socioassistencial, especialmente no período pandêmico, foi o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que ofereceu benefícios eventuais, bem como o apoio às demandas relacionadas ao Auxílio Emergencial (AE), ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), à carteira de trabalho digital, entre outros.

Esse decreto, que trata da operacionalização do AE, não estabeleceu atribuições específicas à esfera pública municipal. No entanto, os equipamentos socioassistenciais, especificamente aos CRAS, se depararam com uma demanda frente aos obstáculos apresentados pela população usuária do benefício. É nesse horizonte que a intervenção por parte dos profissionais se faz necessária face aos limites enfrentados pela população. O acesso ao Auxílio Emergencial exigiu dos usuários conhecimento e recursos tecnológicos (tais como celulares e/ou computadores com internet) para acesso e manuseio de aplicativos e plataformas digitais, os quais nem sempre estavam disponíveis para as famílias de baixa renda. Essa carência

de possibilidades se revelou num campo fértil de exclusão social e desproteção para grande parcela dessas famílias.

4.4.1 Bolsa família frente à realidade da pobreza

O período da pandemia foi marcado pelo aumento da procura por atendimento nos CRAS, que atuou como porta de entrada às demandas relacionadas aos benefícios socioassistenciais e esclarecimento de direitos. O contexto trouxe benefícios como o AE e o Programa Auxílio Brasil (PAB), que representaram novidades para a população. Diante disso, surgiram expectativas de acesso e de conhecimento sobre esses programas que levaram as pessoas a buscar atendimento para esclarecimentos de dúvidas.

Uma análise dos dados referentes ao AE revela que, entre os entrevistados, 10 famílias foram beneficiadas com o programa, enquanto três não o receberam. No que se refere à distribuição do AE dentro do núcleo familiar, observa-se que seis famílias tiveram apenas um integrante contemplado, e quatro famílias tiveram duas pessoas recebendo o benefício.

Embora essa medida possa ter ajudado num primeiro momento, permitindo que as pessoas mantivessem o isolamento social, ela se tornou insuficiente diante da redução do benefício e das mudanças de critérios de elegibilidade. Com isso, menos indivíduos puderam contar com o benefício e tiveram que buscar outras formas de obter renda. Essa conduta possivelmente contribuiu com a diminuição das medidas de prevenção ao contágio da doença.

A constatação se evidencia: vivemos um capitalismo acentuadamente destrutivo, responsável por uma corrosão ilimitada dos direitos sociais do trabalho, e cujo resultado é uma massa imensa de indivíduos sem trabalho, sem salário, sem previdência e sem sistema de saúde pública abrangente. E a pressão para impedir o lockdown – e assim salvar a economia – amplia ainda mais a destruição da classe trabalhadora (Antunes, 2022, p. 43)

Antunes (2022) complementa colocando que o capital não preservou o direito essencial da humanidade, que é a vida. Nesse sentido, se a classe trabalhadora acatasse o isolamento social, estava em risco de morrer de fome. Indiscutivelmente, essa situação evidencia que o AE foi insuficiente para suprir os mínimos sociais às famílias, especialmente no quesito alimentação.

O pagamento do benefício do AE substituiu temporariamente o Programa Bolsa Família (PBF), que teve seu pagamento suspenso. Além disso, a publicação da portaria 335/2020 interrompeu por 120 dias as averiguações e revisões cadastrais, de modo que as pessoas não precisassem se deslocar para atualizar o cadastro familiar, contribuindo assim com o processo

de isolamento e distanciamento social. Diante do cenário caótico da COVID-19, o governo federal prorrogou esse prazo inicial, promulgando novas portarias.

Desse modo, ao compararmos os dados de Herval d'Oeste acerca do número de pessoas inscritas no CadÚnico - tomando como referência o mês de abril de cada ano -, observa-se que em 2020 eram 3.461 pessoas cadastradas, em 2021 houve uma queda para 3.356, aumentando, no ano de 2022, para 3.779 cadastros (CECAD, 2022), o que representa 17,39% da população hervalense inscrita no cadastro único (IBGE, 2022). Dessa forma, cabe sugerir que o número de pessoas cadastradas caiu em 2021 por conta das recomendações federais de não atualização cadastral. Todavia, com a interrupção no pagamento do AE e início do PAB no segundo trimestre de 2022, pôde-se perceber um aumento na procura no setor, bem como acréscimo de mais de 12% do número de pessoas inscritas, no comparativo com 2021.

É importante sinalizar que nem todas as famílias que fizeram a inclusão no CadÚnico eram desconhecidas pela política de assistência social, visto que após dois anos de falta de atualização cadastral ou por averiguação a família pode ter sido excluída do CadÚnico, necessitando fazer a nova inclusão.

Com relação ao número de núcleos familiares que receberam o benefício de transferência renda (PBF/PAB/AE), nessa mesma série histórica observa-se que houve uma variação no quantitativo de famílias atendidas. Em 2020, foram 388 famílias beneficiadas; em 2021, o número aumentou para 400; e em 2022, registrou-se uma redução para 368 famílias em recebimento. Ressalta-se que, nesse mês de referência (abril) de 2022, foi pago a primeira parcela do PAB, em substituição ao PBF na época.

No CadÚnico, foi possível verificar uma ampliação no número de pessoas cadastradas, porém o número de famílias beneficiárias chegou a diminuir. Todavia, é necessário esclarecer que, apesar de a família estar por vezes em situação de empobrecimento e/ou miserabilidade social e já ter a documentação avaliada e reconhecida pelo ministério, muitas ficam em uma fila de espera devido à falta recursos financeiros federais de aporte ao programa. Essas famílias precisam aguardar para então receber a transferência de renda.

Cabe afirmar que o fato de o número de beneficiários do PBF ser menor no ano de 2022 não está atrelado à diminuição da situação de pobreza e extrema pobreza entre as famílias do município de Herval d'Oeste. Pelo contrário, pode-se inferir que as causas na diminuição deste indicador estão vinculadas à gigantesca fila de espera evidenciada na época. Conforme dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em abril de 2022, eram 2,8 milhões de famílias na fila de espera para o recebimento do PAB. Essa situação já ocorreu em outros momentos, como em junho de 2023, quando 438 mil famílias aguardavam o benefício.

Entretanto, o quantitativo de famílias na época de abril de 2022 foi expressivamente maior no comparativo com outros momentos.

Os sucessivos cortes para a cobertura do programa e o congelamento dos gastos públicos fazem com que o governo não destine o recurso necessário para atender a demanda. A necessidade da família que já está em situação de vulnerabilidade social, em aguardo para o recebimento da transferência de renda, tem impacto significativo na economia do município, porque quando os usuários deixam de receber o benefício do ente federal ou precisam esperar para serem incluídas, eles deixam de consumir nos comércios locais. Logo, isso impacta diretamente na receita municipal, gerando novas demandas sociais, especialmente no benefício eventual.

No início da pandemia, das famílias entrevistadas, onze não recebiam PBF, enquanto apenas duas eram beneficiárias do programa. Este percentual se manteve igual, comparando com as beneficiárias atualmente. Todavia, ressalta-se que as famílias que recebiam em abril de 2020 não são as mesmas que estão recebendo atualmente.

Baseando-se em Sposati (2013), importa assinalar que a proteção social envolve não apenas o aspecto contributivo das aquisições via transferência de renda pautadas na noção de direitos, mas também uma dimensão de responsabilidades e obrigações do poder público. Essa dimensão se expressa na oferta de ações e serviços que atendam às dificuldades sociais decorrentes da insuficiência de renda, advindas de situações de calamidades, gerando demandas legítimas por parte da população.

Considerando-se a defasagem do poder de compra dos benefícios atuais do PBF e os riscos econômicos e sociais decorrentes da pandemia da COVID-19, faz-se necessário o ajuste das linhas de elegibilidade e dos valores dos benefícios, o que impactaria primeiramente no aumento no número de famílias elegíveis e, segundo, elevaria o valor dos benefícios. Com isso, benefícios de maior valor seriam pagos a um número maior de famílias. Além disso, seria relevante a eliminação da fila de espera, de modo que todas as famílias elegíveis sejam imediatamente incorporadas ao programa.

Os impactos econômicos da pandemia da COVID-19 comprometeram a capacidade dessas famílias de obter rendimentos no mercado de trabalho. Desse modo, é possível verificar o aumento da pobreza e, conseqüentemente, a busca maior da população pela inscrição no Cadastro Único e apoio das redes locais de assistência social. Assim, não é aceitável que a família esteja elegível ao programa, mas precise aguardar em fila espera, pois isso compromete as seguranças que devem ser afiançadas às famílias pela PAS. O PBF cumpre um papel fundamental de complementação da renda das famílias no município em questão e no Brasil. A

transferência de renda permite a proteção monetária e a segurança para aquela família que precisa do recurso como forma de subsistência. Em termos gerais, Silva⁴⁶, presume que os programas de transferência de renda têm contribuído para a:

[...] significativa redução das situações extremas de indigência de sua população beneficiária, todavia apresentaram menor repercussão sobre a pobreza e menores impactos ainda sobre a redução da desigualdade social [...] aliviam situações extremas, mas não são capazes de erradicar a denominada pobreza intergeracional. (2016, p. 367)

O programa de transferência de renda, apesar de alterar o mapa da pobreza no país e garantir o mínimo de dignidade a um contingente de famílias subalternizadas, também tem estreitado o escopo da ação das políticas públicas. Essa situação pode gerar uma falsa impressão de “dever cumprido” e pode levar a pensar que a luta por melhoria das condições de vida está atrelada apenas ao provimento de renda no curto prazo.

Sem desprezar a urgência da fome e o quanto essas transferências têm sido eficazes na sua mitigação, percebe-se que não há esforços articulados intersetorialmente para equacionar as diversas facetas da pobreza como déficits habitacionais, falta de vagas no mercado de trabalho e difícil acesso às políticas públicas, principalmente devido a insuficiência de recursos em relação à demanda. No conjunto, as políticas sociais perdem sinergia ao ignorar as possibilidades de trabalhar de forma articulada, o que seria desejável num sistema bem estruturado de proteção social.

É impossível ignorar o impacto que programas específicos de combate à fome e à pobreza têm tido sobre as famílias que recebem esses recursos. Sem dúvida, o alívio à pobreza imediata é o maior trunfo do PBF (PAB). No entanto, o programa social não foi acompanhado de mudanças estruturais que garantisse a emancipação dos beneficiários. Isso revela uma diluição da responsabilidade do Estado, o que acarreta em frágeis mecanismos de proteção social.

As responsabilidades que deveriam ser do Estado têm sido, gradualmente, repassadas aos indivíduos e suas famílias e, cada vez mais, esses são culpabilizados pela situação de empobrecimento em que estão inseridos. É preciso pensar políticas públicas de excelência, defendendo-as como direitos universais. A questão da retirada do Estado importa, pois, subentende-se que, à medida que os indivíduos conseguem alavancar seu progresso, eles também serão capazes de arcar com todos os custos que envolvam a sua sobrevivência.

⁴⁶ É importante sinalizar, que esta análise feita pela autora foi em 2016, momento histórico diferente do que assistimos nos dias de hoje.

É notório que a configuração do programa de transferência de renda é semelhante ao modelo das políticas liberais, pois nada mais é do que uma política focalizada nos pobres e miseráveis. Essa ênfase na focalização impediu que reformas permanentes fossem promovidas e que alterassem de modo significativo os padrões de proteção social na sociedade brasileira.

Após a análise acerca do PBF/PAB e AE, pretende-se, com a próxima subseção, identificar quem foram os profissionais entrevistados, bem como ter um olhar atento para as considerações dessas trabalhadoras sobre a política de assistência social.

4.4.2 Impactos sociais: o olhar das trabalhadoras da assistência social

Neste tópico, aprofundaremos os resultados das entrevistas realizadas com as trabalhadoras da assistência social. Complementar à fala das usuárias apresentadas ao longo desta pesquisa, nesse momento, discorre-se sobre as narrativas das profissionais que estiveram atuando frente à pandemia. Durante a entrevista, foram compartilhadas informações acerca dos impactos da pandemia no desenvolvimento da política de assistência social, especialmente na questão dos benefícios eventuais, bem como a respeito da suficiência do atendimento ofertado à população para suprir a necessidade por alimentos. Por fim, foram apresentados os impasses encontrados para a realização do atendimento aos usuários.

Verifica-se que todas as trabalhadoras entrevistadas são do gênero feminino, sendo quatro assistentes sociais e quatro psicólogas. Com relação à faixa etária, cinco possuem entre 40 e 49 anos, intervalo de idade predominante, uma entre 20 e 29 anos, uma entre 30 e 39 anos e uma entre 50 e 64 anos. Essas informações podem ser melhor visualizadas no quadro abaixo.

Quadro 2 - Identificação dos Profissionais da Política de Assistência Social

Profissão	Faixa Etária	Quantitativo
Assistente Social	20 a 29 anos	01
Assistente Social	40 a 49 anos	03
Psicóloga	30 a 39 anos	01
Psicóloga	40 a 49 anos	02
Psicóloga	50 a 64 anos	01

Fonte: Pesquisa empírica com as trabalhadoras da política de assistência social (2023); Elaboração Própria.

Antunes (1995) aponta sobre a incorporação massiva do contingente feminino no mundo do trabalho. Pode-se perceber os reflexos da feminização a partir da reestruturação do capital, bem como no próprio espaço da política de assistência social (PAS), em que as principais trabalhadoras são mulheres. Essa predominância feminina está relacionada à função de proteção e cuidado que a política de assistência social desempenha, e que é historicamente atribuída ao gênero feminino, tanto nas tarefas domésticas quanto nas vinculações trabalhistas. Federice (2019) argumenta que o feminino está intrinsecamente associado a essa interconexão do cuidado. Enquanto a política de assistência social oferece proteção/cuidado aos usuários, compreende-se por que o universo de trabalhadoras entrevistadas neste estudo é composto apenas por mulheres.

Na pesquisa desenvolvida com as técnicas, essas foram questionadas acerca dos principais impactos da pandemia no desenvolvimento da política de assistência social, no que diz respeito à demanda por benefícios eventuais. As profissionais relataram a dificuldade de lidar com a excessiva demanda e insuficiência de recursos para administrar o crescimento das solicitações por alimentos. Além disso, elas destacaram o aumento significativo nos atendimentos relacionados ao Benefício Eventual (BE), assim como a outros serviços socioassistenciais, devido ao agravamento das ocorrências de violação de direitos, “porque as demandas elas vão muito além da necessidade por alimentos” (Clarisse, trabalhadora). Joana esclarece:

As famílias ficaram muito tempo em casa! Juntas, então na rotina normal, fica durante o dia no trabalho, então se encontra somente à noite. Os conflitos ocorrem, mas talvez não com tanta intensidade e aí pelo medo, por tudo que o processo mesmo da pandemia, do isolamento acaba trazendo para as pessoas acabou que os conflitos ficaram mais intensos, então foram descobertos vários tipos de violações (Joana, trabalhadora).

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo um aumento da violência doméstica contra mulheres, crianças, adolescentes e outros segmentos vulneráveis, como idosos e pessoas com deficiência. Isso pode ser atribuído ao fato de que, para alguns segmentos da população em situação de violência, essas pessoas passaram a conviver mais tempo que o comum com seus agressores, aumentando também as situações de risco. No Brasil, os dados do Disque 180⁴⁷ e do Disque 100⁴⁸ disponibilizados pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania,

⁴⁷ O Disque 180 é uma central nacional de atendimento à mulher vítima de violência, que presta uma escuta e acolhida a essa vítima, bem como registra e encaminha a situação aos órgãos competentes.

⁴⁸ O Disque 100 é a central nacional que recebe denúncias de violência contra crianças e adolescentes, registra e encaminha aos órgãos competentes.

confirmam essa tendência. No mês de abril de 2020, houve acréscimo de 37,58% nos casos de violência contra a mulher⁴⁹ e de 47% nos casos de violência contra crianças e adolescentes, se comparado com o mesmo período do ano anterior.

Essa realidade também se refletiu na cidade de Herval d'Oeste, como comprova a informação da narrativa apontada por uma das trabalhadoras que relata que “foi o período nos últimos dez anos que o abrigo teve o maior número de acolhimentos” (Ana Paula, trabalhadora). Nesse sentido, assim como nos dados nacionais, as equipes de atendimento da rede socioassistencial também identificaram no contexto da cidade de Herval d'Oeste o crescimento de situações de risco vivenciado pelas famílias durante o período da pandemia.

Nesse contexto, a Proteção Social Especial (PSE) configura-se como um nível de atenção a mais às pessoas em situação de vulnerabilidade de direitos. As crianças afastadas do ambiente escolar, por exemplo, naquele momento não podiam contar com o apoio da escola para a escuta e denúncia das demandas. Do mesmo modo, as mulheres, idosos e pessoas com deficiência isolados da comunidade tinham maiores impasses para expor as situações de violências e abusos. Diante desse cenário, as equipes técnicas da média e da alta complexidade tiveram que aumentar a capacidade de resposta no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco social.

Outro impacto da pandemia no desenvolvimento da PAS apontado pelas trabalhadoras foi “de não estar preparado financeiramente para estar suprindo aquela demanda que surgiu de uma hora para outra” (Joana, trabalhadora).

Com os escassos recursos ordinários recebidos, mesmo diante do repasse dos valores extraordinários e emergenciais, como já foi apontado, o governo federal não cofinancia a gestão de benefícios eventuais, ficando a cargo dos estados e municípios a previsão orçamentária para gerir sua concessão. O estado de Santa Catarina não transferiu nenhum crédito suplementar para dar aporte financeiro aos municípios e, com o absurdo aumento da busca por alimentos frente à insegurança alimentar, os municípios não estavam organizados financeiramente para suprir toda essa demanda. Isso foi perceptível principalmente porque “Vieram muitas pessoas que até então nunca acessaram a assistência, pela vulnerabilidade temporária, naquele período” (Claudia, trabalhadora).

Diante da crise econômica e social que agravou o empobrecimento da população, o PAS se tornou uma fonte de proteção social para muitas pessoas. Esse fator deve ser analisado nos

⁴⁹ Segundo a Lei 11.340/2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar é aquela baseada no gênero, praticada no âmbito da família ou qualquer relação íntima de afeto, e que possa causar sofrimento físico, psicológico, sexual, moral e patrimonial à mulher.

próximos anos e deve compor as projeções dessa política no que tange ao seu público. As medidas de isolamento social que visam a proteção da população ocorrem simultaneamente ao aumento do desemprego, do subemprego, da violência e da ausência de moradia.

Ao serem questionados se o atendimento dado pela política de assistência social municipal foi suficiente para suprir a necessidade por alimentos, todos os profissionais da política de assistência social compartilham da mesma opinião, que não foi. Os depoimentos abaixo expressam a opinião dessas trabalhadoras.

O nosso atendimento, da nossa política de assistência social, não foi suficiente porque a gente teve que contar com o auxílio de outros serviços, entidades, enfim, igrejas, serviços não-governamentais, que se uniram para a arrecadação de alimentos, fizeram cestas básicas e eu acredito que então esses outros serviços vieram a contribuir, agregar com a nossa política (Maria, Trabalhadora).

Identificou-se que, se não houvesse o apoio e a mobilização desses setores, as famílias teriam ficado mais fragilizadas em razão da insuficiência de meios de sobrevivência. É inconteste que o papel efetuado por essas organizações tornou-se fundamental no período pandêmico para garantir o alimento para os sujeitos.

É preciso reafirmar a primazia do Estado como garantidor do direito e a participação da sociedade civil como forma complementar. Desse modo, entende-se a relevância das doações por parte das organizações não-governamentais e entidades de cunho religioso, mas, antes de tudo, enfatiza-se a responsabilidade pública para o seu enfrentamento, visto que enquanto política pública “não conseguimos [...] auxiliar de forma integral as famílias que estavam ali sofrendo com a pandemia” (Ângela, trabalhadora).

Ao analisar o atendimento dado a esses usuários, compreende-se que: “o município não supriu assim a necessidade dos benefícios eventuais para toda a população em função de poucos recursos” (Amanda, trabalhadora). Todavia, é necessário considerar a desestruturação gradativa do SUAS e os massivos cortes orçamentários, especialmente com a aprovação da Emenda Complementar 95. Não é possível fazer política pública sem recurso público.

A liberação de crédito extraordinário, como houve durante a pandemia, não tem a capacidade de resolver as fragilidades carregadas pelo SUAS ao longo dos últimos anos. Assim, faz-se indispensável o repasse regular de recursos pelas esferas federal e estadual aos fundos municipais, de modo a garantir a operacionalização da política de assistência social num contexto que exige uma intervenção pública compartilhada e robusta, com investimento expressivo, que garanta a valorização e proteção dos sujeitos e a oferta sistemática de serviços e benefícios.

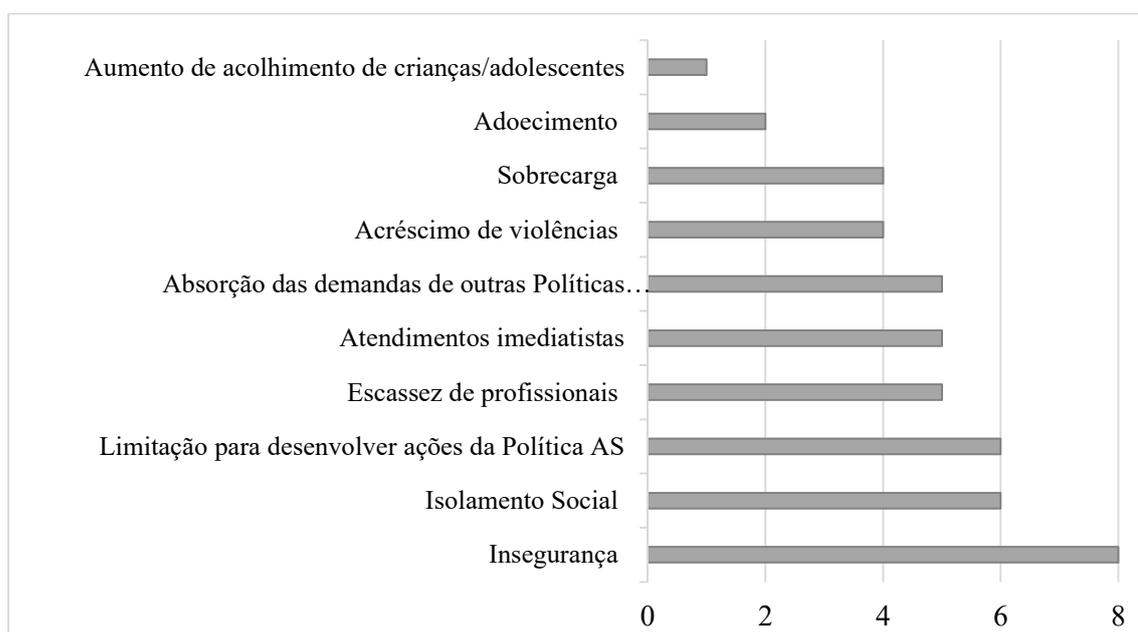
No que se refere à política de assistência, constata-se que o desfinanciamento federal tem comprometido a capacidade dos estados e municípios de responder às necessidades sociais da população em conformidade com o preconizado pela Constituição Federal de 1988 e demais regulamentações atinentes à garantia de proteção social não contributiva.

Ao longo da construção da política de assistência social no Estado brasileiro, sempre se enfatizou que, para garantir proteção social, se faz necessário a corresponsabilidade no financiamento dessa política. Contudo, contraditoriamente, vivencia-se no país um processo marcado pelo desfinanciamento da política, iniciado no governo Temer e acirrado na gestão do Bolsonaro, com algumas transições tênues e positivas no cenário atual.

Desse modo, considerando a escassez no cofinanciamento federal, estadual, e inclusive no municipal, a pandemia do Coronavírus encontrou o SUAS enfraquecido diante das reduções orçamentárias constantes. Com a ampliação das demandas, fez-se dificultoso assegurar a garantia do direito aos usuários, apontamentos compartilhados por todas as trabalhadoras. Por isso, requer-se a recomposição orçamentária aos serviços de assistência social no repasse regular e sistemático de recursos ordinários das esferas federais e estaduais, de forma a garantir o funcionamento da rede socioassistencial, sobretudo em um contexto adverso, como foi o caso da pandemia.

Essa política, que integra a Seguridade Social, enfrenta não só os empecilhos da insuficiência de recursos, mas também diversas dificuldades nos atendimentos durante o período da pandemia, conforme ilustrado no gráfico 15.

Gráfico 15 - Dificuldades enfrentadas nos atendimentos no período da pandemia



Fonte: Pesquisa empírica com os usuários da política de assistência social (2023); Elaboração Própria.

A pandemia e a insegurança diante da COVID-19 geraram angústia diante das consequências da doença no mundo. Com grande capacidade de transmissão e alto índice de mortalidade, esse cenário de incertezas e medo da contaminação afligiu em massa a sociedade mundial, e não poderia ser diferente para as trabalhadoras do SUAS, do município de Herval d'Oeste. Claudia, uma das entrevistadas, se posiciona manifestando sua opinião: “é a questão da nossa insegurança como trabalhador [...] não poderia parar de trabalhar por conta do nosso trabalho ser essencial e ao mesmo tempo, a gente também é ser humano (Claudia, Trabalhadora).

Todas as trabalhadoras expressaram a preocupação em contrair a doença, relataram a aflição de transmitir o Coronavírus aos filhos, pais, colegas de trabalho e o medo do adoecimento de uma forma mais grave, e até letal⁵⁰. Como a doença se inicia silenciosamente, é difícil saber com precisão se está ou não com COVID-19, ainda mais se a pessoa for assintomática. Desse modo, essas angústias permearam os dias de trabalho de inúmeros brasileiros, inclusive das trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Herval d'Oeste.

Na maioria dos depoimentos, observa-se outra dificuldade que se refere ao isolamento social/distanciamento: “não poder estar em grupos, não poder ter contato com as pessoas, o número de pessoas em determinados ambientes, pelas questões de segurança, às vezes restrições estruturais” (Ana Paula, Trabalhadora).

Os profissionais tiveram que aprender novas formas de se relacionar com os seus usuários e em sociedade. Redesenhar as formas de vínculos, distanciados pelo medo e escondidos pelas máscaras, mas que era necessário para o exercício profissional. Algumas recomendações voltadas aos equipamentos sociais em tempos de pandemia foram definidas na nota técnica conjunta nº. 7/2020 da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social e do Ministério da Cidadania:

- a) Manter os equipamentos abertos e suspender temporariamente as atividades coletivas, reorganizando o atendimento para contemplar a atenção às demandas no campo da Assistência Social relacionadas ao contexto da pandemia;
- b) Flexibilizar as atividades presenciais, priorizando-se atendimentos individualizados apenas para as situações graves ou urgentes, evitando-se a aglomeração de pessoas nas salas de espera ou recepção das unidades;

⁵⁰ No município vizinho, em Joaçaba/SC, a servidora pública Marlei Galvão Kuntz, de 39 anos, trabalhadora da política de assistência social, faleceu em decorrência da COVID-19. Esse caso sensibilizou os servidores dos municípios próximos pela pouca idade da profissional e por ela estar atuando quando adoeceu. As diretrizes de prevenção ao contágio não a inibiram de contrair a doença.

- c) Considerar outros espaços disponíveis no território que possam também ser utilizados para as atividades dos CRAS e CREAS, de modo a prevenir aglomerações;
- d) Disponibilizar canais remotos de atendimento, por meio de ligação telefônica ou aplicativos de mensagens – como Whatsapp, com ampla divulgação à população;
- e) Redirecionar o atendimento presencial para as situações que não puderem ser asseguradas por meio de atendimentos remotos, fazendo com que a população não fique desprotegida;
- f) Planejar de modo criterioso as visitas domiciliares que sejam extremamente relevantes e urgentes nesse momento, considerando as medidas necessárias para a proteção e segurança da saúde dos usuários e trabalhadores (uso de EPI, distanciamento de pelo menos 1 metro entre as pessoas, utilização de espaços mais arejados para conversar com a família e outras medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias locais) (BRASIL, 2020, p. 6).

Isso significa que se colocou, a partir de então, a necessidade de reinvenção do seu modo de trabalho, com diferenciadas modalidades de atendimento que não unicamente o presencial. Para isso, algumas medidas em âmbito municipal foram instituídas a fim de assegurar o atendimento à população, bem como garantir a segurança dos profissionais e usuários como: a) disponibilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI'S) para funcionários (máscara e jaleco) e de álcool 70°; b) organização da equipe em regime de escala, evitando aglomeração de profissionais na unidade (4 horas diárias); c) afastamento dos funcionários consideradas dos grupos de risco, como idosos, pessoas com doenças crônicas, gestantes e lactantes; d) suspensão de todas as atividades coletivas, como grupos; e) flexibilização de atividades presenciais, priorizando-se atendimentos para as situações consideradas mais graves ou urgentes, evitando-se a aglomeração de pessoas nas recepções das unidades; f) disponibilização de canais remotos de atendimento às famílias: telefone e whatsapp; g) planejamento das visitas domiciliares consideradas relevantes e urgentes, considerando as medidas necessárias para a proteção e segurança da saúde dos usuários e trabalhadores.

Contudo, diante do novo contexto para o atendimento à população, as trabalhadoras expuseram os entraves para desenvolver as ações da política de Assistência Social “teve uma limitação no desenvolvimento da própria política de assistência social, os nossos objetivos, nossas promoções e provimentos eles não ficaram, ficaram mais em escanteio” (Lorena, trabalhadora). Claudia, outra técnica entrevistada, complementa que “os trabalhos em grupo que a gente não pôde mais desenvolver, que é uma atividade que a gente percebe que é bastante necessária. Não existe social sem trabalho em grupo” (Claudia, trabalhadora). Os atendimentos eram imediatistas “a gente ficou naquilo que era mais emergencial, e era mais necessário naquele momento” (Claudia, trabalhadora) que foi o garantir o acesso à alimentação das famílias.

Entretanto, a problemática de não podermos desenvolver a política como prevista nos cadernos de orientações e na própria tipificação nacional dos serviços socioassistenciais pode

ter resultado no acréscimo das violências e das situações de risco. A trabalhadora Maria coloca que “acabou muita coisa se perdendo, ficando para trás naquele momento, não se achava que era tão relevante e agora está vindo os frutos” (Maria, trabalhadora). Em outros termos, se pode apontar que a política se preocupou em prestar o atendimento imediato à família, mas a própria insuficiência de profissionais e a impossibilidade na execução dos serviços dificultou a proteção integral das famílias e indivíduos.

Ao citarem a escassez de profissionais, as equipes apontam que “devido ao afastamento justamente pela COVID dos profissionais, sempre tinha profissionais reduzidos, para atendimento de toda a população e isso dificultou bastante” (Amanda, trabalhadora). Com a recomendação do afastamento dos profissionais que integravam o grupo de risco da doença, conforme a lei nº. 13.979 da presidência da república (Brasil, 2020), alguns dos profissionais foram imediatamente afastados, o que já exigiu um reordenamento nas escalas de trabalho. Outra consequência foi a redução da jornada de trabalho presencial, evitando assim que houvesse acúmulo de pessoas nos postos de trabalho, dando possibilidades do *home office*.

Conforme as recomendações da OMS, por um período duradouro da pandemia, as pessoas, inclusive as assintomáticas que tivessem tido contato com uma pessoa positivada para a COVID ou até suspeita, deveriam permanecer em isolamento social. Isso significa que, por profusos momentos, as equipes de atendimento estavam desprovidas de capital humano.

Outra dificuldade elencada pelos profissionais foi a absorção das demandas de outras políticas públicas e/ou equipamentos em razão do fechamento das unidades consideradas não essenciais.

Com o fechamento dos serviços como INSS, fórum, ministério do trabalho aumentou bastante a demanda nesse sentido, porque os serviços passaram a ser on-lines e os nossos usuários enfim não tinham acesso a equipamentos, a internet ou até mesmo conhecimento pra acessar esses serviços e passaram a ser demandas aqui do CRAS (Maria, trabalhadora).

Lorena complementa: “para que o usuário não ficasse desassistido naquele momento, visto que os outros equipamentos estavam fechados, a gente acabou assumindo isso. Porque isso também implicava no acesso dele à renda” (Lorena, trabalhadora). Desse modo, somando todas as adversidades apontadas pelos profissionais, inferimos que “por conta do aumento da demanda teve a insegurança e a sobrecarga emocional, desse modo, notou-se maior adoecimento entre as pessoas, seja nós profissionais ou os usuários” (Lorena, trabalhadora). Ângela finaliza dizendo que “o equipamento humano acaba se desgastando” (Ângela, trabalhadora). Pelas narrativas trazidas em cena, identifica-se que o período pandêmico foi

marcado por muitas incertezas, um misto de sentimentos de frustração, de não conseguir executar a política pública em si, deixando um fardo a esses técnicos que atuaram na linha de frente.

A pandemia do Coronavírus no contexto nacional, e em particular no município de Herval d'Oeste, revelou as múltiplas faces da (des)proteção social. Por vezes, desconsiderou-se sua essencialidade no âmbito da Seguridade Social.

[...] a assistência social é, e deve ser defendida, como uma política de seguridade social, que pode e deve compor um sistema de proteção social, mas não pode e não deve ser confundida com a proteção social em si, nem deve ser defendida como a política por excelência de enfrentamento à miséria e à pobreza, e muito menos deve trazer para si a responsabilidade de “promover a inserção no trabalho (Boschetti, 2016, p. 20).

A política está situada no conjunto de ações destinadas a diminuir os impactos causados pelo modo de produção capitalista, e vem cumprindo um papel estratégico na reprodução social das classes subalternas. Apesar disso, pouco tem contribuído para amenizar as condições de pobreza da população usuária. Como analisa Yazbek (2009, p. 177), a política de assistência social acaba reiterando a identidade subalterna dos usuários, já conformados pelo lugar que ocupam no mundo do trabalho, pelas habitações precárias e as histórias de vida que refletem privações e dificuldades de se reproduzir material e socialmente. Considerando que a questão da subalternidade das classes é um processo histórico e não episódico, é necessário ter consciência de que a luta de classe dá legitimidade aos sujeitos sociais envolvidos na luta histórica dos trabalhadores.

Conforme o estudo de Yazbek, apesar da importância da assistência social como direito, no sentido de se constituir como uma “estratégia reguladora das condições de reprodução social dos subalternos” (2009, p. 177), cabe considerar também que as “ações assistenciais podem significar a tutela e a reiteração da subalternidade quanto a um lugar de reconhecimento e acesso ao protagonismo” (2009, p. 189). A partir da hipótese da coletivização das demandas e do reconhecimento da importância da participação, a autora expõe que a política pode criar uma “ruptura da cultura de tutela”.

[...] para que sua crítica acerca da política social e assistencial e de sua própria intervenção não se configure como um discurso genérico e abstrato, sobretudo no que se refere à cidadania dos assistidos, é necessário em primeiro lugar reconhecer seus limites. Ultrapassar as aparências que escamoteiam o fato de que entre as políticas assistenciais e seu objeto há um enorme fosso, que é o próprio caráter estrutural da geração da pobreza, exclusão e subalternidade de seus usuários (Yazbek, 2009, p. 183).

No conjunto dessas reflexões emerge a necessidade de repensar o papel da PAS, em conjunto com as demais políticas públicas que compõem o tripé da Seguridade Social (saúde e previdência), além da Segurança Alimentar e Nutricional, sob a ótica macrossocietária. Assim, é possível vislumbrar novos horizontes para o além da mitigação da pobreza e que orientem sob o viés da superação das desigualdades sociais e da miséria.

A história nos mostra – assim como as ações atuais de alguns governos – que a redução da desigualdade não é só possível, mas também alcançável. [...] Ninguém deve viver na pobreza; ninguém deveria viver com tamanha riqueza bilionária inimaginável; a desigualdade não deve mais matar. A única saída para esta crise é mais igualdade (OXFAM, 2022, p. 12).

O papel da política de assistência social está distante da perspectiva emancipatória dos sujeitos, do ponto de vista da coletivização das demandas e do reconhecimento desses na sociedade capitalista. Não há, do ponto de vista prático, capacidade de respostas qualificadas às necessidades sociais que revertam efetivamente o contexto do empobrecimento e desigualdade social a que esses sujeitos estão submetidos. Para além do horizonte das políticas sociais, o que há de mais emergente são as transformações estruturais do capitalismo periférico. Esse é o argumento de Antunes (2022), que afirma: “as repostas do grande capital estão mais do que evidenciadas: um modelo antissocial, fundado na acumulação capitalista e na riqueza privatizada a todo custo, respaldada na exploração e espoliação ilimitadas do trabalho, na corrosão completa dos direitos sociais” (Antunes, 2022, p. 45 – 46)

É preciso considerar que essa discussão aqui realizada não desmerece a construção histórica do sistema de proteção social e das lutas para que a população pudesse ter espaços de acesso, mesmo que precariamente. O que se busca é evidenciar que essa construção é pautada de avanços e retrocessos e que, nesse período pandêmico, pôde-se identificar um viés focalista gigantesco de (des) proteção social. Nessa perspectiva, torna-se necessário reavaliar as intervenções do SUAS no atendimento às famílias.

Além disso, verificou-se que a PAS em âmbito municipal/estadual não criou nenhum serviço, programa ou projeto com vistas a assegurar ao usuário a garantia dos direitos sociais. Pelo contrário, foi trabalhado a partir da lógica da fragmentação, na concessão de benefícios eventuais, especialmente o de alimentação, que, de acordo com a opinião das usuárias/trabalhadoras, foi insuficiente frente à necessidade das famílias.

A pesquisa evidenciou a sobrecarga de trabalho para os profissionais do SUAS, além da falta de diálogo e ações conjuntas entre as políticas públicas. Além disso, o que se observou não foi apenas o fechamento das portas dos espaços como INSS, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Tribunal de Justiça, mas a limitação no diálogo com outros equipamentos,

deixando de discutir medidas para preservar os direitos dos usuários. A Caixa Econômica Federal foi uma exceção, mas acabou sobrecarregando o CRAS ao direcionar grande maioria da população para eles.

Em meio à pandemia, os espaços de assistência social precisavam garantir o isolamento dos seus servidores, mas também o acesso dos usuários aos serviços essenciais. Entre eles, estavam a carteira de trabalho digital, a justiça gratuita e o encaminhamento dos benefícios previdenciários (agendamentos de perícias, solicitação de auxílio doença, maternidade, reclusão, pensão por morte, cumprimento de exigência, digitalização dos documentos pessoais para inserção na solicitação on-line do usuário). Embora os profissionais do SUAS tenham realizado um esforço além das suas habilidades técnicas para atender a população, o SUAS se mantém na subalternidade.

Aqui foram apresentados os entraves, limites e desafios da assistência social em tempos de pandemia, porém é preciso visualizar as possibilidades além do horizonte, para que se possa atender com dignidade e cidadania a população em situação de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos esforços ao longo deste trabalho trataram de problematizar os aspectos da pobreza e das desigualdades sociais em tempos de pandemia, especialmente para as famílias atendidas pela política de assistência social de Herval d'Oeste/SC, objetivando reconhecer os impactos sociais da COVID-19, sob a ótica do desenvolvimento capitalista.

Para tanto, perseguiu-se tal objetivo a partir de algumas questões norteadoras, recuperadas aqui: a) o aumento da demanda por benefícios eventuais pelas famílias do município de Herval d'Oeste/SC pode indicar um aumento na situação de pobreza desses usuários? b) quais os impactos sociais da pandemia da COVID-19 no que diz respeito à desigualdade social, bem como à situação de renda desses indivíduos? c) qual o papel da política de assistência social, no que tange à garantia de sobrevivência e renda dessas famílias no contexto da pandemia da COVID-19?

Para responder às indagações postas, o lugar que se ocupou não poderia ter sido outro senão o da interdisciplinaridade, dada a complexidade das múltiplas dimensões da pobreza e da realidade a que os sujeitos são submetidos. Conforme já sinalizado no decorrer do trabalho, as estruturas e as relações sociais são contraditórias e se movimentam em constante processo de afirmação, negação, incorporação e superação no terreno histórico da realidade concreta.

O norte teórico e conceitual da pesquisa teve como discussão as categorias pobreza, desigualdade social e assistência social, a fim de trazer os elementos que explicitam as contradições do modo de produção capitalista e a proteção social enquanto manutenção da ordem social e a defesa dos direitos em tempos de pandemia.

Desse modo, cabe concluir que a pobreza e as desigualdades sociais vêm assolando milhões de pessoas no mundo, sob uma ótica para além da pobreza material. Não se pode negar que a falta de recursos é forte indicativo de uma vida pobre. Nas discussões trazidas em curso, pôde-se perceber que a pobreza tem outras faces, como a restrição de capacidades que impede que as pessoas se desenvolvam com autonomia e possam viver uma vida considerada digna. As múltiplas dimensões se reforçam mutuamente, criando uma espécie de armadilha que dificulta exponencialmente a saída de tal situação e torna quase impossível o sucesso do esforço individual empreendido por esses sujeitos. Nas narrativas, pôde-se constatar que a pobreza é composta de uma rede de múltiplas privações.

O Brasil enfrenta um problema grave de pobreza que exige a implementação de políticas públicas abrangentes e articuladas. Essas políticas devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado na geração

de emprego, elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, concentração de renda em nosso país. Importa ressaltar que o Brasil avançou nas políticas de transferência de renda desde a Constituição Federal de 1988, todavia, faltam ações mais integradas e capazes de ampliar as chances de os sujeitos saírem da condição de pobreza com autonomia suficiente para interromper a sua transferência entre gerações.

Numa sociedade monetizada, marcada pela lógica do valor e que envolve produção e reprodução, quem não tem renda alguma se aproxima cotidianamente da brutalidade da pobreza diante da incapacidade do capitalismo de assegurar pleno emprego. Assim, sobre esse intento teórico metodológico, assume-se uma proposta calcada numa perspectiva em que os sujeitos podem assumir seu papel histórico e se emancipar das correntes do capital a partir do movimento das lutas de classe e, muito provavelmente, da contradição entre a produção e reprodução da vida humana.

Os fragmentos das histórias aqui analisadas mostraram universos permeados de frustrações, tristezas e medos. A pesquisa comprovou o pressuposto do qual partimos, de que o aumento da demanda por benefícios eventuais pelas famílias do município de Herval d'Oeste/SC indica um aumento na situação de pobreza desses usuários. A pandemia exacerbou as grandes lacunas das desigualdades sociais e da pobreza no mundo, e particularmente no Brasil.

O aumento significativo do preço dos alimentos e produtos nos mercados impactou diretamente a vida das famílias brasileiras e revelou os problemas de insegurança alimentar que levaram o Brasil novamente ao mapa da fome. Tais dados evidenciam a urgente necessidade de garantir políticas públicas transversais de segurança alimentar e nutricional no país, especialmente quando confrontadas com o contexto brasileiro de profunda desigualdade social. Os desafios do combate à fome aumentaram na conjuntura da pandemia, pois comer é uma das necessidades mais básicas da humanidade e a escassez de alimentos tem como efeito mais lógico a fome.

Em abril de 2020, com a aprovação da lei nº. 13.982/2020 que destinou o auxílio emergencial, atendeu-se à necessidade mais urgente das famílias, sendo uma solução para a proteção financeira dos núcleos familiares mais vulneráveis. Entretanto, essa medida não impulsionou ações intersetoriais que reduzissem a desigualdade socioeconômica com impacto positivo entre as populações vulnerabilizadas.

Em relação à comparação realizada entre os números de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), não houve variações expressivas nos anos analisados. Recuperamos aqui os dados: em 2020 foram 388 famílias, em 2021 eram 400 beneficiárias e em 2022 tiveram 368

famílias em recebimento do PBF. Apesar da redução no número de famílias beneficiárias, analisou-se que havia, em 2022, um número significativo de famílias em fila espera, aptas a receber.

O período pandêmico deu visibilidade aos invisíveis. As populações vulneráveis socialmente foram, comprovadamente, afetadas de forma negativa nesse contexto, e as disparidades são inúmeras: na exposição ao vírus, no acesso ao diagnóstico e tratamento, no acesso a habitações adequadas, tecnologias, água e saneamento, alimentação e nutrição apropriadas, entre outras.

Constatou-se com a pesquisa que os trabalhadores mais afetados foram aqueles com menor grau de instrução que atuam em subocupações ou em trabalhos informais. Na perspectiva da análise de gênero, revelou-se que os impactos da pandemia recaíram mais fortemente sobre as mulheres, pois devido à disparidade salarial, os casais tendem a priorizar o emprego dos homens. Além disso, o fechamento das escolas e creches impôs às mulheres o cuidado dos filhos, assim como a necessidade de cuidados com os idosos e/ou pessoas com deficiência da família.

O início do ensino remoto, como medida sanitária para contenção do vírus, revelou problemas relacionados à infraestrutura educacional, como as limitações do acesso à internet. Identificou-se na pesquisa que, no quesito educação, a preocupação esteve associada às dificuldades na aprendizagem após retorno das atividades presenciais.

Outras situações foram desencadeadas pela pandemia no município de Herval d'Oeste/SC, como o distanciamento físico, o isolamento social, o desemprego, o aumento no número de acolhimentos institucionais de crianças/adolescentes e o acréscimo das situações de violência. A violência não é fruto do isolamento social, mas de uma estrutura patriarcal que faz com que grupos vulnerabilizados (crianças, mulheres, pessoas com deficiência/idosas) sejam submetidos a sucessivas violações de direitos. E, especialmente nesse período pandêmico, esses grupos ficaram mais expostos à violência.

Produzir a escuta dessas vozes femininas (usuárias e trabalhadoras) nos faz compreender uma amplitude de anseios que se revelaram em tempos pandêmicos, de narrativas carregadas de tristezas, frustrações, preocupações e, da mesma forma, de alívio por enxergar que a pandemia estava se despedindo, e que seria possível recomeçar. Reiniciar a vida com menos aflição e retomar a execução da política de assistência social.

O aprofundamento da pesquisa permitiu constatar que o papel desempenhado pela política de assistência social no atendimento às famílias social e economicamente vulneráveis não foi suficiente para responder às necessidades impostas a esses sujeitos. Contudo, foi

essencial para garantir parte da subsistência, mesmo que por poucos dias. Tendo como referência empírica a atuação da assistência social de Herval d'Oeste/SC, pôde-se observar o comprometimento na oferta dos serviços à população mais vulnerável, mesmo diante das incertezas do seu papel.

Ou seja, na esteira de ações que visem garantir a segurança alimentar das famílias, é preciso mudar o atual modelo de desenvolvimento econômico que leva à exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos seus resultados visíveis, assim como o desemprego, a miséria e a concentração da terra e da renda. Não estão delineadas nem as formas, nem a velocidade de como serão superados esses meses pandêmicos que foram desafiadores para as famílias. Contudo, os estudos apresentados nesta dissertação apontam para décadas de retrocesso, e cabe aqui afirmar que o efeito mais adverso da pandemia inquiriu sobre as pessoas em estratos de classe baixa e média baixa, ou seja, são esses sujeitos que batem à porta da assistência social cotidianamente.

Sabe-se que as contradições da Política de Assistência Social não são superadas nos marcos do sistema capitalista. Todavia, compreende-se sua essencialidade para garantia da vida digna de diversos segmentos no Brasil, o que justifica sua defesa intransigente num cenário de desvalorização de sistemas protetivos públicos.

A pandemia trouxe desafios inéditos ao sistema brasileiro de proteção social, bem como alterações significativas de materialização do SUAS, um serviço essencial que, diante da insuficiência de recursos financeiros e humanos e do isolamento social, não teve condições reais para garantir os direitos aos usuários. Além disso, as dificuldades vivenciadas pelos profissionais não decorrem somente da pandemia, mas de políticas públicas que foram desmanteladas, desfinanciadas ou subfinanciadas por orientação da emenda constitucional 95, bem como da própria burocratização ainda muito presente na máquina estatal, que acaba emperrando para a efetiva garantia do direito dos sujeitos.

Todo esse cenário, aliado ao medo e insegurança de uma pandemia, exigiu ainda mais dos profissionais. Os desafios institucionais exigiram um esforço de planejamento e fortalecimento das bases teóricas, metodológicas, éticas e operativas do fazer profissional. Na prática, é preciso identificar as reais necessidades subjacentes às demandas, bem como construir respostas que considerem as imprescindibilidades dos usuários, fazendo a leitura crítica das questões sociais e indo além da ação emergencial e burocrática. Além disso, zelar pela sua própria saúde mental e física, para que a garantia da qualidade do serviço não seja construída sobre o sacrifício do trabalhador.

Foi possível identificar, por meio da pesquisa, que os profissionais do SUAS reconhecem seu papel dentro do sistema de proteção e demonstram comprometimento com o atendimento à população, tentando buscar respostas às demandas trazidas até os equipamentos, para além de suas atribuições. As problemáticas levantadas somam-se às questões de espaços inadequados para atendimento, falta de profissionais, sobrecarga emocional e de trabalho, adoecimento, aumento das demandas, insegurança e limitações para o desenvolvimento da PAS.

As reflexões apresentadas nesta dissertação certamente não esgotam a complexidade presente na trama das relações que envolvem a questão da pobreza e dos impactos sociais da pandemia da COVID-19 para os usuários da política de assistência social. Assim sendo, o que se pretendeu foi uma contribuição que possibilite avançar no conhecimento da realidade que engendra a vida desses sujeitos, na perspectiva de construir mais um referencial no conhecimento dessa realidade.

Atravessar o momento pandêmico não significa que a sociedade global vai fazer desaparecer a COVID-19 do seu convívio. Ela permanece, e exige dos sujeitos e das políticas públicas resistência e resiliência. É preciso repensar a Política de Assistência Social inserida no sistema de proteção social brasileira, para que ela possa dar conta dos desafios postos pela realidade social na pós-pandemia, envidar esforços para aperfeiçoar a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e resistir contra atual tendência existente no Brasil de priorizar políticas sociais focalizadas e reprodutoras da pobreza.

A pandemia da COVID-19 deixou profundas marcas após uma crise sanitária sem precedentes para a nossa geração. Desse modo, é fundamental compreender as dimensões afetadas, bem como os impactos que irão perdurar a médio e longo prazo para a condução de políticas que visem remediar as sequelas deixadas na vida dos sujeitos. Aprender a pobreza nas suas diversas dimensões e particularidades pode possibilitar a implementação de políticas com maior efetividade. A saída, portanto, é a mais do que necessária construção de caminhos que recuperem o protagonismo da classe trabalhadora, não somente no campo das políticas sociais, mas também no campo da luta contra as condições postas efetivamente no processo de espoliação e aumento da riqueza das minorias e da ampliação da desigualdade social das maiorias.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2022.

ARACIL, Elisa. **As receitas dos prêmios Nobel de Economia para reduzir a pobreza**. Jornal El País, 20/10/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/18/economia/1571393124_472838.html. Acesso em 16 mai. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S/A.

Brasil deve ganhar 100 mil novos milionários até 2025, aponta relatório. Revista Exame, por Estadão Conteúdo, 03/08/2021. Disponível em: <https://exame.com/negocios/brasil-deve-ganhar-100-mil-novos-milionarios-ate-2025-aponta-relatorio/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 10.316**, de 7 de abril de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.316-de-7-de-abril-de-2020-251562799>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.836**, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284**, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-370918498>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Atuação da Política de Assistência Social no Contexto da pandemia do novo Coronavírus**: Série De Olho na Cidadania. n. 06. Maio/2021.

Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/sexta-volume-da-serie-de-olho-na-cidadania-destaca-os-grandes-numeros-do-sistema-unico-de-assistencia-social-durante-a-pandemia-em-2020/de_olho_na_cidadania_v6_12-05.pdf . Acesso em: 31 de mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Perfil dos Beneficiários do Auxílio Emergencial pela COVID-19: quem são e onde estão?**: Série De Olho na Cidadania. n. 03. Março/2021.

Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/sagi/relatorios/De%20olho%20na%20cidadania_Vol_3_v2_30_04_2021.pdf> . Acesso em: 31 de mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Potência dos Programas sociais e evolução da extrema pobreza**: o que a PNADC e PNAD Covid19 revelam: Série De Olho na Cidadania. n. 02.

2021. Disponível em: < https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/De_olho_na_cidadania_VOL_2_PNADC.pdf>. Acesso em: 31 de mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 337**, de 24 de março de 2020. Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-337-de-24-de-marcode-2020-249619485>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 54**, de 1º de abril de 2020. Aprova recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-54-de-1-de-abril-de-2020-250849730>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 58**, de 15 de abril de 2020. Aprova a Nota Técnica nº 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n58-de-15-de-abril-de-2020-252722843>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Portaria nº 454**, de 20 de março de 2020. Ministério da Saúde. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt454-20-ms.htm. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 953**, de 15 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv953.htm. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.061**, de 9 de agosto de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução nº. 109**, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf> . Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Coronavírus Brasil**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos pagu**, n. 17/18, pp.157-196, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S010483332002000100007>. Acesso em: janeiro 2020

BUENO, Flávia Thedim Costa, SOUTO, Ester Paiva, MATTA, Gustavo Corrêa. **Notas sobre a trajetória da Covid19 no Brasil**. In: Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9786557080320.0002>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CATTANI, Antonio David. **A riqueza desmistificada**. Porto Alegre: Marca Visual, 2 ed., 2014.

CATTANI, Antonio David; CIMADAMORE, Alberto. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Organizadores: Antonio David Cattani, Alberto Cimdamore; tradução: Ernani Ssó. — Porto Alegre: Tomo Editorial/Clasco, 2007.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v. 24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014

CECAD. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 13 abril 2021.

CNM (Confederação Nacional dos municípios). Disponível em: <https://www.cnm.org.br/index.php/index.php>. Acesso em: 16 jul. 2023.

COSTA, Antonio Firmino da. **Desigualdades Sociais Contemporâneas**. Perspectivas de análise e debates atuais sobre desigualdades. Editora Mundos Sociais. Lisboa, 2012.

DURKHEIM, Émile. Método para determinar a função da divisão do trabalho. In: **Da divisão do trabalho social**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977. v.1. p.63-86.

FALÇONI, Sabrina Fernandes Santos, et al. **Boletim nº. 14 – Máquina do Tempo - O Brasil de volta ao Mapa da Fome**. Observatório das Desigualdades, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Conselho Regional de Economia – MG. Fevereiro/2022. Disponível em: < <https://uenf.br/portal/wp-content/uploads/2022/02/Boletim-14-O-Brasil-de-volta-ao-Mapa-da-Fome.docx-1.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Tradução de José Laurêncio de Melo.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, 4ed. São Paulo. 2002.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003

HERVAL D'OESTE. **Lei nº 3.662**, de 12 de maio de 2023. Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/h/herval-do-oeste/lei-ordinaria/2023/367/3662/lei-ordinaria-n-3662-2023-da-nova-redacao-a-artigos-da-lei-n-3210-2017-que-dispoe-sobre-a-regulamentacao-da-concessao-de-beneficios-eventuais-em-virtude-de-nascimento-morte-situacoes-de-vulnerabilidade-temporaria-e-de-calamidade-publica-no-ambito-da-politica-municipal-de-assistencia-social-e-da-outras-providencias?q=3662>. Acesso em: 25 jun. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis. 2001. Cap. 1. p. 9-32

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia: garantia da renda, saúde mental e comunicação efetiva**. Nota técnica nº 27, 2020.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00305137. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/VqhBxrX6GWp7LhbNLPWWxYH/#>. Acesso em: 30 mai. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 2004.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Obras Completas**. Moscou, Ed. Progresso, 1966, v. 31.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Organização de Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, Os Economistas, livro I, tomo 2, 1996.

MARX, Karl. **O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MATTEI, Lauro, HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. In: **Revista de Economia Política**, vol. 40 – outubro - dezembro/2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2022.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: **Revista Katálysis**, vol. 13 – jul./dez. 2010.

Mesmo com a pandemia, número de bilionários bate recorde; 65 no Brasil. Veja a lista.

Revista IstoÉ Dinheiro, 06/04/2021. Disponível em:

<https://www.istoedinheiro.com.br/mesmo-com-pandemia-numero-de-bilionarios-bate-recorde-65-no-brasil-veja-a-lista/>. Acesso em 16 mai. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da Pesquisa Social**.

In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES,

Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004. Cap. 3. p. 51-66.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete (org.) **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Who drives the OECD's work? 2019. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/whodoeswhat/>. Acesso em 22 novembro 2021.

OXFAM. **Lucrando com a dor**. Sobre a urgência de tributar os ricos em meio a um aumento na riqueza bilionária e a uma crise dos custos de vida em nível global, de 23 de maio de 2022. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso em: 19 jul. 2023.

PIMENTA, Denise Nacif, WENHAM, Clare, ROCHA, Mariela Campos, et. al. **Leituras de Gênero sobre a Covid-19 no Brasil**. In: **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

Primeira morte por coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, diz Ministério da Saúde. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco-diz-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2022.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, I. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: **Dicionário do Desenvolvimento, guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, Vozes, 2000.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica**. Unisul. 2002.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, 2002. Disponível em: www.est.ufmg.br. Acesso em: 25 set. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. 1 ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANDEL, Michael J. **A Tirania do Mérito: O que aconteceu com o bem comum**. Editora Civilização. 2020

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**, um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Theotônio dos. **Conceito de Classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1987

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Sobre conceptos y medidas de pobreza**. Comercio Exterior, México, v. 42, n. 4, abr. 1992.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O mito e a realidade no enfretamento à pobreza na América Latina: estudo comparado de Programas de Transferência de Renda no Brasil, Argentina e Uruguai**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK Maria Carmelita; COUTO, Berenice Rojas. **Pobreza enquanto categoria teórica e análise das matrizes que fundamentam o desenho e implementação dos PTRC**. São Luís, 2015. Texto preliminar produto do projeto: Programas de Transferência de Renda Condicionada na América Latina: Estudo Comparado.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos**. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade - ENEPO. Brasília - DF, 03 a 05 de 2013. Disponível em <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf>, acesso em: 24 jun. 2023.

SOTO, Silvia Fernández. El concepto de pobreza **en la** teoría marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 73, p. 5-22, jan./mar. 2003.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive** / Jessé Souza ; colaboradores André Grillo [et al.] — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Os 20 anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista**. In: CRUS, J. F. da et al. (Org.). Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2013.

STIGLITZ, Joseph Eugene. **O preço da desigualdade**. Madrid: Taurus, 2012.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania. Dilemas do Brasil Contemporâneo. **Cadernos CHR**, n. 19, Salvador, p. 8 – 21, jul./dez. 1993.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil, In: BOSCHI, Renato. (org). **Corporativismo e desigualdade**, a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. As armas secretas que abateram a Seguridade Social. In: Lesbaupin (Org.). **O desmonte da nação**. Petrópolis: Vozes, 2011. P. 91 – 114.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**. 2001. Cap. 2. p. 33-40

APÊNDICE A - Roteiro para realização de entrevistas semi-dirigidas aos usuários da política de assistência social

Identificação (Nome Fictício): _____

Autodeclaração étnico/racial: () branca () preta () parda () amarela () indígena

Sexo: () masculino () feminino

Faixa etária de idade?

() até 19 anos

() 20 a 29 anos

() 30 a 39 anos

() 40 a 49 anos

() 50 a 64 anos

() 65 anos ou mais

Escolaridade: () não alfabetizado () ensino fund. incompleto () ens. Fund. completo () ens. médio incompleto () ens. médio completo () ens. superior incom. () ens. superior completo

Quantas pessoas atualmente moram na sua casa? _____

Qual a renda familiar? _____

A composição familiar mudou do início da pandemia para agora: () sim () não

Se sim, quantas pessoas residiam na sua casa no início da pandemia? _____

Houve perda de algum membro do seu núcleo familiar (pessoas que residiam sob o mesmo teto) durante a pandemia? () não () sim - Se sim qual membro? _____

O falecimento se deu por COVID-19? () sim () não

Quais foram os impactos da pandemia na saúde da família?

Atualmente sua família recebe o Bolsa Família? () sim () não

Anteriormente a pandemia sua família recebia o Bolsa Família? () sim () não

Durante a pandemia você, ou algum membro da sua família receberam o auxílio emergencial (AE)? () sim () não – Quantos membros receberam o AE? _____

Qual sua profissão? _____

Estava trabalhando no início da pandemia?

() sim – () carteira assinada () informalmente – Valor da renda? _____ () não

Demais membros da família estavam trabalhando no início da pandemia (antes de abril/2020)?

Quais foram os impactos da pandemia na renda da família?

Houve impacto na educação dos filhos?

Houve algum outro aspecto negativo (ou mesmo positivo) em sua vida que a pandemia pode ter sido responsável?

Quais as formas encontradas pelo núcleo familiar durante a pandemia para o acesso à renda?

O que te levou a buscar por atendimento na política de assistência social, considerando que foi sua primeira solicitação durante a pandemia da COVID-19?

O atendimento dado pela política de assistência social, foi suficiente para suprir a sua necessidade por alimentos naquele momento?

APÊNDICE B - Roteiro para realização de entrevistas semi-dirigidas aos técnicos da política de assistência social

Identificação (Nome Fictício): _____

Sexo: () masculino () feminino Faixa etária
de idade?

() até 19 anos

() 20 a 29 anos

() 30 a 39 anos

() 40 a 49 anos

() 50 a 64 anos

() 65 anos ou mais

Profissão: () assistente social () psicólogo

Quais os principais impactos da pandemia no desenvolvimento da política de assistência social, no que diz respeito à demanda por benefícios eventuais?

O atendimento dado pela política de assistência social, foi suficiente para suprir a necessidade por alimentos das famílias naquele momento?

Que formas de acesso à renda foram identificadas por você, pelas famílias que buscaram por atendimento na política de assistência social?

Quais foram as dificuldades enfrentadas nos atendimentos no período da pandemia?

APÊNDICE C – Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFS - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - Usuários

Pobreza, desigualdades e os impactos sociais da pandemia da COVID-19 nas famílias atendidas pela política de Assistência Social do município de Herval d'Oeste/SC

Prezado participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa Desenvolvida por Adriana Chiamolera, discente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), Campus de Erechim, sob orientação do Professor Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva.

O objetivo central do estudo é investigar os impactos sociais da pandemia da COVID-19 nas famílias atendidas pela política de assistência social, no que tange ao acesso ao trabalho e renda, como princípio básico para a reprodução social do sujeito e de sua família no capitalismo contemporâneo.

O convite à sua participação sendo usuário da política de assistência social se deve ao fato de ter buscado atendimento na política de assistência social de Herval d'Oeste/SC durante a pandemia, no que diz respeito à solicitação de benefício eventual, sendo sua primeira busca ao serviço. E como técnico desta política pública, se deve à sua atuação na linha de frente ao atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, em virtude da insuficiência e/ou nulo acesso à renda.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa, pois estará contribuindo para o estudo que pretende investigar se houve um aumento na pobreza e nas desigualdades sociais às famílias atendidas durante o período da pandemia, especialmente às atendidas pela política de assistência social.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Será registrado somente o primeiro nome do participante no instrumento de coleta de dados, não haverá identificação do participante na pesquisa.

A sua participação consistirá em responder perguntas realizadas pela pesquisadora de forma oral, enquanto a pesquisadora fará as anotações e registros das respostas. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 1 hora. A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação Não autorizo gravação

A pesquisa prevê acesso aos seus dados contidos no prontuário da política de assistência social, do município de Herval d'Oeste. As informações que serão acessadas são com relação ao histórico de atendimentos.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo o acesso aos dados do prontuário Não autorizo o acesso aos dados do prontuário

O local da realização da entrevista será na residência do participante ou no local de trabalho da pesquisadora em dia e horário agendado com antecedência. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir com o estudo que pretende investigar os impactos sociais da pandemia da COVID-19 nas famílias atendidas pela política de assistência social, no que tange ao acesso ao trabalho e à renda, como princípio básico para a reprodução social do sujeito e de sua família no capitalismo contemporâneo.

A presente pesquisa não coloca em risco a vida de seus participantes e não tem caráter de provocar danos morais, psicológicos ou físicos. No entanto, especialmente aos usuários da política de assistência social, o envolvimento diante da entrevista poderá suscitar diferentes emoções, de acordo com a significação de seu conteúdo para cada sujeito. De forma a minimizar ou evitar qualquer prejuízo decorrente destas emoções, o participante pode interromper a realização da entrevista a qualquer momento ou solicitar que seja respondido em outra oportunidade. No caso dos trabalhadores da política de assistência social, se algum desses se sentir desconfortável para responder aos questionamentos, será possível a interrupção da sua participação a qualquer momento. Caso ocorra algum risco durante o processo de coleta de dados que seja identificado, as instituições (UFFS e secretaria de assistência social de Herval d'Oeste) serão informadas, bem como outros encaminhamentos poderão ser realizados de acordo com o apresentado.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais, o participante receberá uma cópia digital da pesquisa em sua versão final.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Herval d'Oeste/SC, ____/____/____.

CAAE:

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS:

Data de Aprovação:

Adriana Chiamolera - Pesquisadora Responsável

Contato profissional com o (a) pesquisador (a) responsável:

Telefone: (49) 98802.6364

E-mail: adripjl@yahoo.com.br

Endereço para correspondência: Avenida Beira Rio, 423 – Centro – CEP 89610-000 – Herval d'Oeste – Santa Catarina - Brasil

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Telefone (49) - 2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE D – Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - Trabalhadores

Pobreza, desigualdades e os impactos sociais da pandemia do COVID-19 nas famílias atendidas pela política de Assistência Social do município de Herval d'Oeste/SC

Prezado participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa Desenvolvida por Adriana Chiamolera, discente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim, sob orientação do Professor Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva.

O objetivo central do estudo é investigar os impactos sociais da pandemia da COVID-19 nas famílias atendidas pela política de assistência social, no que tange ao acesso ao trabalho e à renda, como princípio básico para a reprodução social do sujeito e de sua família no capitalismo contemporâneo.

O convite à sua participação sendo usuário da política de assistência social, se deve ao fato de ter buscado atendimento na política de assistência social de Herval d'Oeste/SC, durante a pandemia, no que diz respeito à solicitação de benefício eventual, sendo sua primeira busca ao serviço. E como técnico desta política pública, se deve à sua atuação na linha de frente às famílias em situação de vulnerabilidade social, em virtude da insuficiência e/ou nulo acesso à renda.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa, pois estará contribuindo para o estudo que pretende investigar se houve um aumento na pobreza e nas desigualdades sociais, às famílias atendidas durante o período da pandemia, especialmente às atendidas pela política de assistência social.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Será registrado somente o primeiro nome do participante no instrumento de coleta de dados, não haverá identificação do participante na pesquisa.

A sua participação consistirá em responder perguntas realizadas pela pesquisadora de forma oral, enquanto a pesquisadora fará as anotações e registros das respostas. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 1 hora. A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação Não autorizo gravação

O local da realização da entrevista será na residência do participante ou no local de trabalho da pesquisadora em dia e horário agendado com antecedência. As entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir com o estudo que pretende investigar os impactos sociais da pandemia da COVID-19 nas famílias atendidas pela política de assistência social, no que tange ao acesso ao trabalho e à renda, como princípio básico para a reprodução social do sujeito e de sua família no capitalismo contemporâneo.

A presente pesquisa não coloca em risco a vida de seus participantes e não tem caráter de provocar danos morais, psicológicos ou físicos. No entanto, especialmente aos usuários da política de assistência social, o envolvimento diante da entrevista poderá suscitar diferentes

emoções, de acordo com a significação de seu conteúdo para cada sujeito. De forma a minimizar ou evitar qualquer prejuízo decorrente destas emoções, o participante pode interromper a realização da entrevista a qualquer momento ou solicitar que seja respondido em outra oportunidade. No caso dos trabalhadores da política de assistência social, se algum desses se sentir desconfortável para responder os questionamentos, será possível a interrupção da sua participação a qualquer momento. Caso ocorra algum risco durante o processo de coleta de dados que seja identificado, as instituições (UFFS e secretaria de assistência social de Herval d'Oeste) serão informadas, bem como, outros encaminhamentos poderão ser realizados de acordo com o apresentado.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais, o participante receberá uma cópia digital da pesquisa em sua versão final.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Herval d'Oeste/SC, ____/____/____.

CAAE:

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS:

Data de Aprovação:

Adriana Chiamolera - Pesquisadora Responsável

Contato profissional com o (a) pesquisador (a) responsável:

Telefone: (49) 98802.6364

E-mail: adripj1@yahoo.com.br

Endereço para correspondência: Avenida Beira Rio, 423 – Centro – CEP 89610-000 – Herval d'Oeste – Santa Catarina - Brasil

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Telefone (49) - 2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

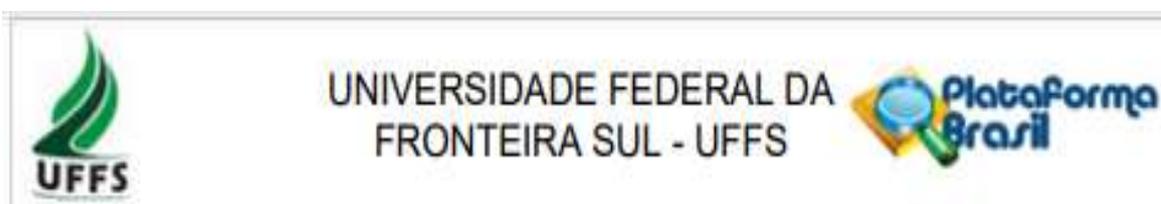
Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE E – Parte do Parecer consubstanciado do Comitê de Ética com a aprovação da pesquisa



Continuação do Parecer: 6.006.405

Outros	questionario_usuarios.pdf	12/04/2023 11:40:53	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
Outros	questionario_profissionais.pdf	12/04/2023 11:38:35	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
Outros	Declaracao_ciencia_modificado_2.pdf	12/04/2023 11:19:38	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
Outros	Declaracao_ciencia_modificado.pdf	12/04/2023 09:40:34	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
Outros	Carta_de_pendencias.docx	11/04/2023 20:28:14	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado_modificado.docx	11/04/2023 20:27:19	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_trabalhadores_modificado.docx	11/04/2023 20:26:56	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_usuarios_modificado.docx	11/04/2023 20:26:39	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado.docx	22/03/2023 18:57:16	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso_assinado.pdf	22/03/2023 18:49:34	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_ciencia_concordancia.pdf	22/03/2023 18:47:58	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	22/03/2023 18:45:36	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	22/03/2023 18:44:09	ADRIANA CHIAMOLERA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não